SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO
SETOR PEDAGÓGICO
2017-2018
São José/SC, Brasil

CADERNO PEDAGÓGICO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Coleção:
CADERNOS PEDAGÓGICOS DA REDE MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ
Volume 1
2019

NUP/CED/UFSC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR PEDAGÓGICO

CADERNO PEDAGÓGICO

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Volume 1

Organização
Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin - UFSC

NUP/CED/UFSC

1ª Edição

Florianópolis, 2019

PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Adeliana Dal Pont

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO 2012-2017
Meri Terezinha Hang

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO 2018-
Lílian Sandin Boeing

SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO
Daniela da Silva Fraga

DIRETORA DE ENSINO
Lílian Sandin Boeing (2012-2017)
Claudia Macário (2018-)

EQUIPE SETOR PEDAGÓGICO
Alzira Isabel da Rosa, Ana Brasil de Oliveira, Carla Cristofolini, Clarilene Benner, Claudia Regina Macário, Debora Augusto Silva da Silva, Eleide Eli de Brito, Eliane Fatima Rover, Josane Fernanda Lisboa Chinkevicz, Jucineide Teresinha Martendal Schmitz, Juliana Cristina dos Santos Prudêncio, Kelen Bittencourt, Kerle Cristine Machado, Lenice Lúcio Cauduro da Silva, Ludmar Medeiros de Bem Peres da Silva, Roberta Silvano, Rose Mara da Silva Garcia, Tania Regina Janesch Wolf e Vilmar Peres Junior

CONSULTORIA GERAL
Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin

COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS
Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin
Ana Paola Sganderla

CORREÇÃO ORTOGRÁFICA
Sabatha Catoia
Eloara Tomazoni
Suziane da Silva Mossmann

REVISÃO
Ana Paola Sganderla
Rodrigo Mafalda

CAPA/DIAGRAMAÇÃO
Rodrigo Mafalda
(**Casa do educador**)

CADERNOS PEDAGÓGICOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ - Volume 1

Organização
Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin

Elaboração inicial em 2009

Atualização em 2017 e 2018.

Florianópolis, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Ubaldo César Balthazar – Reitor
Alacoque Lorenzini Erdmann – Vice-Reitora

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Antonio Alberto Brunetta – Diretor
Roseli Zen Cerny – Vice-Diretora

NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES DO CED
Coordenadora
Eliane Santana Dias Debus
Vice-coordenadora
Suzani Cassiane

Conselho Editorial
Caroline Machado
David Antonio da Costa
Débora Cristina de Sampaio Peixe
Diana Carvalho de Carvalho
Eliane Santana Dias Debus
Gilka Elvira Ponzi Girardello
Juliana Cristina Faggion Bergmann
Karen Christine Rechia
Marcelo Gules Borges
Marcos Edgar Bassi
Marivone Piana
Mônica Fantin
Jéferson Silveira Dantas
Patrícia Guerreiro
Patricia Laura Torriglia
Roselane Fátima Campos
Suzani Cassiani
Zenilde Durli

Corpo Técnico- Administrativo
Bethânia Negreiros Barroso
Jorge Cordeiro Balster

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

C122

Caderno pedagógico [recurso eletrônico] : educação de jovens e adultos : volume 1 / organização, Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin ; Prefeitura Municipal de São José, Secretaria Municipal de Educação, Setor Pedagógico. – Dados eletrônicos. – 1. ed. – Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2019.
155 p. : il., gráf., tab. – (Cadernos pedagógicos da rede municipal de educação de São José)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-9457-040-6
ISBN 978-85-9457-039-0 (Coleção)
E-book (PDF)

1 . Educação. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Professores – Formação. I. Laffin, Maria Hermínia Lage Fernandes. II. Prefeitura Municipal de São José. Secretaria Municipal de Educação. Setor Pedagógico. III. Série.

CDU: 37

Elaborado pelo bibliotecário Jonathas Troglio – CRB 14/1093

APRESENTAÇÃO

O conhecimento é a construção que se realiza entre sujeitos, num processo interativo situado em sua relação com o contexto histórico social. Sendo assim, cada indivíduo que compõe um determinado espaço social, seja família, escola ou comunidade, traz e leva consigo, vivências, experiências e conhecimentos adquiridos através de sua perspectiva histórico-cultural, ou seja, de seus universos referenciais histórica e culturalmente formados.

Nesta perspectiva, faz-se necessário oportunizar a formação continuada aos profissionais da Educação Básica. Diante disto, a Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria de Educação e da Direção de Ensino sempre comprometida com a garantia da qualidade de ensino e da aprendizagem dos escolares, tem investido na formação de seu corpo docente entendendo sua importância para as transformações necessárias no trabalho pedagógico.

Os textos apresentados neste caderno pedagógico são fruto desta formação continuada no ano de 2015, e que foi desenvolvida em momentos distintos, contemplando o tempo destinado à hora-atividade coletiva dos educadores em consonância com o Decreto Municipal nº 1.570/2013. O material completo foi organizado em 5 (cinco) volumes e categorias principais: Educação Infantil, Anos iniciais, Anos finais, Educação Integral e o TAS (Programa Tempos de Aprendizagem).

As formações foram mediadas por diferentes professores de diferentes áreas de atuação e sintetizadas nos textos que podem ser lidos a seguir. O espaço destas constituições foi primordialmente a Casa do Educador do município.

A Casa do Educador é o espaço crítico onde o professor realiza o “uso público da razão” no sentido da Aufklärung (no sentido Kantiano), onde quase 20 mil pessoas passaram por formações somente no ano passado (2015). O espaço que oferece também, área de acolhimento com Reiki, massoterapia, ginástica laboral, informática, biblioteca e curso vivencial de Reciclagem Reconexão Retorno à Fonte (RRRF). Desde a inauguração, em abril de 2014, a Casa do Educador funciona das 7h30min às 19h e é um espaço totalmente voltado para o professor da rede municipal de ensino de São José.

Na elaboração deste Caderno Pedagógico voltado à Educação de Jovens e Adultos foram vivenciados os seguintes momentos formativos:

1998 – 2000 - Formação docente no processo inicial de alfabetização

2000- Formação e escrita da Proposta Curricular de EJA – Anos Iniciais

2002-Formação docente envolvendo todos os docentes de EJA

2002 a 2005- encontros mensais e/ou quinzenais a sistematização e autoria de uma série de documentos para o registro e documentação

2008 -2009 – Formação e elaboração da proposta dos cadernos pedagógicos

2014-2015- Formação na EJA

2017– Retomada da formação– buscando um trabalho colaborativo, mediante processos colaborativos de estudo, de produção de práticas e de formação continuada.

Tais práticas, conhecimentos e imagens de docência na EJA são socializados e debatidos num movimento de tensões permanente, que permite problematizar esses diferentes elementos produzindo, assim, **formas particulares de atuar junto aos jovens e adultos.**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 8
1.1 A COMISSÃO DA EJA E A ELABORAÇÃO DO CADERNO PEDAGÓGICO 8

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM SÃO JOSÉ 10
2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ 10
2.2 O DESAFIO DAS TURMAS DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS 13
2.3 ENSINO FUNDAMENTAL DE 6ª A 9ª SÉRIE/ANO: O CONTEXTO DA PARTICIPAÇÃO 16
2.4 ENSINO MÉDIO: APRIMORAMENTO DAS COMPETÊNCIAS E HABILIDADES 17
2.5 EXAMES SUPLETIVOS: CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS E COMPETÊNCIAS 18
2.6 A PROPOSTA CURRICULAR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EJA 19
2.7 DADOS ESTATÍSTICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SÃO JOVENS 25

3 PROPOSTA CURRICULAR DE SÃO JOSÉ - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 28
3.1 SUJEITOS, MOVIMENTOS, CENÁRIOS E AÇÕES 28
3.2 QUEM É O SUJEITO QUE PROCURA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS? 30
3.2.1 A Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação de Jovens e Adultos 33
3.3 O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 35

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SABERES E SIGNIFICADOS 39
4.1 REFERÊNCIAS PARA OS ANOS INICIAIS DE ESCOLARIZAÇÃO 39
4.1.2 O processo de apropriação da Língua Portuguesa 39
4.1.3 O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS 44
4.1.4 O processo de apropriação dos conhecimentos de História e Geografia 45
4.1.5 O processo de apropriação dos conhecimentos de Ciências 46
4.1.6 O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DE ARTES 47
4.1.7 O processo de apropriação dos conhecimentos de Educação Física 48

5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CAMINHOS E POSSIBILIDADES 51
5.1 POSSIBILIDADES PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO COM PROJETOS DE TRABALHO 52
5.2 POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO INTERDISCIPLINAR E A NOVA MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS/SÃO JOSÉ/SC? 59

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS ANOS FINAIS E ENSINO MÉDIO DE ESCOLARIZAÇÃO 66
6.1.1 LÍNGUA PORTUGUESA 66
6.1.2 LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS 72
6.1.3 ARTES 77
6.1.4 BIOLOGIA 80
6.1.5 FÍSICA 99
6.1.6 FILOSOFIA 105
6.1.7 GEOGRAFIA 109
6.1.8 HISTÓRIA 113

6.1.9 MATEMÁTICA 118

6.1.10 QUÍMICA 126
6.1.11 SOCIOLOGIA 129

A AVALIAÇÃO DO PROCESSO-ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SÃO JOSÉ- ANOS INICIAIS -FASES I E II: 132

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DO ALUNO - FASE I 136

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DO ALUNO - FASE II 139

AVALIAÇÃO DO ALUNO – 6ª A 9 ª SÉRIE/ANO E ENSINO MÉDIO 142

ANEXOS 143

1 INTRODUÇÃO

1.1 A Comissão da EJA e a elaboração do Caderno Pedagógico

> É preciso ser flexível para por em dúvida formas de organização escolar correntes, soluções e caminhos já batidos. É preciso ser criativo para inventar novas formas de organização e de ação. É preciso ter coragem de correr riscos, dispor-se a experimentar, rever o que foi feito e mudar o que não deu certo (ANDRÉ, 1999, p. 24).

A comissão de Educação de Jovens e Adultos foi criada em 2005 com o objetivo de reunir profissionais de toda a Rede Municipal de Ensino de São José, entre eles, especialistas, professores e diretores que estivessem atuando com EJA e pudessem contribuir com o desenvolvimento de um *documento inicial* que estaria situado na parte inicial do Caderno Pedagógico (Anexo II).

A comissão de EJA reunia-se semanalmente na própria Secretaria de Educação do município para estudo e elaboração do documento. Retornava-se após cada reunião, procurando mediar e discutir na escola com os participantes, possibilitando uma integração de sugestões, avançando na produção do documento e garantindo que estivesse coerente com os encaminhamentos feitos em sala de aula.

O Caderno Pedagógico reúne textos e conteúdos das disciplinas pertencentes a matriz curricular do ensino fundamental e médio da Educação de Jovens e Adultos, refletindo a trajetória do trabalho empreendido pela Secretaria, nessa área, desde 1998 até o momento atual.

O texto inicial do caderno pedagógico contém a fundamentação teórica e orientações pedagógicas respaldadas na Proposta Curricular já existente na rede municipal de ensino. Além disso, cada disciplina fará a sua apresentação com o objetivo de nortear os trabalhos dos educadores da EJA, partindo do pressuposto de que todos poderão planejar suas atividades de uma forma mais consistente e mais apropriada às perspectivas dos próprios educandos.

Esse material surgiu da necessidade que os educadores perceberam quanto aos encaminhamentos metodológicos a serem tomados em sala de aula com essa demanda tão heterogênea e peculiar que são os jovens e adultos trabalhadores.

No ano de 2005, o caderno pedagógico passou por alguns momentos de estudo e reflexão acerca das questões específicas de currículo e avaliação por meio de encontros com consultores de cada área de ensino a fim de buscar um fechamento e uma conclusão para o

trabalho feito até então.

No ano de 2008/2009 efetivou-se a conclusão do documento do Caderno de EJA, embora revestido de provisoriedade, para que se possa mediatizar efetivamente ações na pratica pedagógica. O documento não foi publicado nessa época, e foi atualizado e debatido no processo de formação docente da EJA no ano de 2017.

Desse modo o presente caderno é resultado dos debates desenvolvidos na formação docente e incorpora a contribuição de docentes da rede.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM SÃO JOSÉ

Simone Warmling dos Santos

2.1 A Educação de Jovens e Adultos no Município de São José

O município de São José ocupa, atualmente, a quarta posição em arrecadação de ICMS no Estado, o que contribuiu nos últimos dez anos para com o grande desenvolvimento da cidade, ampliando a geração de empregos com uma economia forte e diversificada. O que se pode constatar é que uma das Secretarias que mais se desenvolveu no município foi a da Educação, passando de 7000 (sete mil) educandos no ano de 1998, para quase 30 mil no ano de 2003. Grandes investimentos, portanto, foram realizados no âmbito educacional no município de São José e, um deles, foi o *Programa de Educação de Jovens e Adultos,* o qual buscou uma grande parcela da população josefense e até mesmo da região da grande Florianópolis, oportunizando o retorno às salas de aula (PADILHA, 2003).

Uma campanha desenvolvida pelo Governo Federal chamada "Toda Criança na Escola", levou a Secretaria Municipal a entender que para cada criança fora da escola, havia um pai ou uma mãe que também estavam, o que levou a equipe pedagógica a criar alternativas de trabalho que facilitassem a divulgação e a compreensão dos pais no que se refere à necessidade de matricular tanto a si como aos seus filhos. A partir desse movimento, várias pessoas começaram a se interessar pela alfabetização, o que contribuiu em muito para o avanço do projeto de EJA no município, provocando uma vontade política em atender as necessidades dessa população.

No ano de 1998 houve o primeiro contato com o Ministério da Educação para solicitar planos de atuação junto às Prefeituras, foi possível elaborar projeto de ação educacional e enviar juntamente com os demais projetos do município para Brasília para fins de análise e aprovação. No primeiro momento, foi autorizado o *Projeto de Alfabetização de Adultos*, cuja demanda foi de aproximadamente 400 (quatrocentos) educandos.

Esse projeto envolvia a formação continuada de educadores com de um total de 80 horas aula e aquisição de material didático. A formação continuada foi organizada da seguinte maneira: 20 horas para o estudo sobre a concepção de EJA, parte que incluiu leitura e discussão de textos de autores como Paulo Freire, partindo do princípio de que todos os educadores se interassem pelas peculiaridades do educando jovem e adulto; 20 horas para

reflexões sobre auto-estima dos educandos, buscando alternativas e estratégias de trabalho em sala de aula que proporcionassem uma melhora na qualidade de vida dos mesmos; 20 horas para discutir as possibilidades pedagógicas que englobam o estudo geral sobre conteúdos e temas a serem abordados em sala de aula e 20 horas para estudos a respeito do processo de aquisição da escrita e da leitura do adulto.

Até este momento não havia sido definido a linha de pensamento que se queria ou se considerava melhor seguir. O grupo ainda estava realizando as primeiras tentativas e iniciativas buscando a implantação da Educação de Jovens e Adultos. Desta forma, a fundamentação teórica apresentada na Proposta Curricular posteriormente, ainda não estava delineada.

Para dar início aos trabalhos, a Secretaria Municipal da Educação organizou no mês de Julho do mesmo ano um processo seletivo interno para educadores interessados em atuar nessa modalidade de ensino. Aproximadamente 40 educadores realizaram a inscrição, dos quais 20 foram imediatamente admitidos em caráter temporário e participaram da formação continuada. Estes educadores faziam parte da Secretaria de Educação e pertenciam ao quadro de funcionários do ensino fundamental – séries/anos iniciais, sendo que a formação inicial exigida para essa contratação foi o curso de magistério.

As turmas de educandos foram organizadas conforme a necessidade dos bairros, por meio de uma pré-matrícula que serviria de parâmetro para a distribuição dos pólos e dos educadores. Inicialmente 17 turmas foram criadas e distribuídas entre as escolas municipais e alguns centros comunitários, com o objetivo de atender os seus moradores, o que foi prontamente aceito pelo Secretário Municipal de Educação.

Ao término de um ano do início do programa, aproximadamente no mês de novembro 1999, 309 (trezentos e nove) educandos puderam concluir a fase de Alfabetização do Ensino Fundamental. Daí em diante, a Educação de Jovens e Adultos passou a fazer parte das prioridades da Secretaria Municipal de Educação.

Com o término do período de alfabetização, correspondente aos anos iniciais (1ª a 5ª anos), fez-se imprescindível a partir de 1999, a oferta da continuidade para estes alunos. Desse período em diante, passou-se a ofertar o segundo segmento do Ensino Fundamental (6ª. a 9ª. série/ano), sendo que o município arcou com o financiamento do projeto com de recursos próprios.

A partir do segundo semestre do ano de 2000, percebendo-se a necessidade e o aumento da demanda, passou-se a oferecer o Ensino Médio, dando início à última etapa para a formação dos educandos, os quais iniciaram a escolarização passando pelo Ensino

Fundamental e encontravam-se, então, prontos para mais uma etapa.

Em função disto, a matriz curricular foi cuidadosamente pensada com a intenção de proporcionar aos educandos uma variedade de disciplinas que pudessem contribuir com os seus interesses, possibilitando um tipo de conhecimento cada vez mais interdisciplinar (anexo I).

Conforme Santos (2004), a Educação de Jovens e Adultos de São José teve início por meio de um convênio entre a Prefeitura Municipal de São José e o Governo Federal, oferecendo inicialmente turmas de Alfabetização de Adultos, no ano de 1998, que, na época, correspondia a 17 turmas, cada qual com 25 alunos, distribuídos em vários bairros do município.

Durante estes dois anos (1999 e 2000) o programa de Educação de Jovens e Adultos foi-se tornando imprescindível no que se refere à atenção do poder público, inserindo-se de tal forma no contexto educacional do município, que hoje é responsável por 40% da folha de pagamento dos professores. De um total de 30.000 alunos de toda a rede municipal de ensino, a Educação de Jovens e Adultos tem, atualmente, 4.500 alunos distribuídos nos três níveis: Alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Secretaria Municipal de Educação, SME, 2006).

No que se refere à Legislação, os direitos relacionados à Educação de Jovens e Adultos estão assegurados na Constituição Federal de 1988, Capítulo III, Seção I, Artigo 208, inciso I, que garante a provisão pública de "ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria"; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, constam no Título V, Capítulo II, Seção V, dois artigos relacionados, especificamente, à Educação de Jovens e Adultos; Resoluções nº 02 e 03/ 98 do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica (CNE/CEB); Resolução nº 004/99 do Conselho Municipal de Educação de São José; Parecer 058/2003 do Conselho Municipal de Educação de São José – COMESJ.

Durante os anos de 2001 e 2002 o município continuou oferecendo as modalidades já citadas anteriormente, Alfabetização, 6ª a 9ª série/ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Contudo, a partir do término deste ano e início do ano de 2003, por meio de um ofício enviado pela Empresa "Frigoríficos Macedo" ao Secretário de Educação, constava que um dos fatores que mais estimulavam os funcionários da empresa era o programa de EJA oferecido por intermédio da parceria Empresa/Prefeitura. Isso demonstra que o programa não estava preocupado apenas com o conhecimento, mas também com o movimento das relações interpessoais que se faziam presente em todos os momentos, seja na família, no local de

trabalho ou na sala de aula.

Atualmente a Educação de Jovens e Adultos de São José está presente em 18 escolas da rede municipal, atendendo a alunos entre 15 e 70 anos, desde o nível da Alfabetização (1º segmento), passando pelo 2º segmento do Ensino Fundamental até o Ensino Médio e pretende, a cada ano, ampliar a oferta para suprir a demanda existente no município, se assim for necessário.

Vale destacar ainda que os cursos oferecidos no município são freqüenciais, permitindo um acompanhamento maior dos alunos, com avaliação do processo como também uma participação maior dos mesmos no que se refere às atividades desenvolvidas no espaço escolar, propiciando uma interação entre os educandos de diversas faixas etárias.

A freqüência mínima exigida dos alunos é de 75% (setenta e cinco por cento) para Ensino Fundamental e Médio, sendo que a aprovação fica condicionada ao aproveitamento, nota ou conceito mínimo correspondente a 05 (cinco) na escala de 0 a 10 (zero a dez). No entanto, a Secretaria Municipal da Educação, com o Setor Pedagógico, responsável pela Educação de Jovens e Adultos, orienta as equipes pedagógicas das escolas quanto à exceção do aluno trabalhador, o qual possui amparo legal no que diz respeito à freqüência obrigatória, ou seja, se o educando comprovar que está trabalhando e que o turno de trabalho comprometerá a chegada no horário estabelecido pela escola, este será devidamente orientado para que consiga acompanhar os conteúdos trabalhados em sala de aula e não seja prejudicado por causa disso.

O aluno trabalhador não será dispensado das aulas e obterá autorização para entrada tardia, o que não deverá prejudicá-lo quanto à aquisição de conteúdos, sendo que a sugestão é de que o professor desenvolva uma metodologia diferenciada para ele em função dessa necessidade. As Unidades Escolares municipais oferecem esta facilidade aos alunos trabalhadores que geralmente têm carência de 15 minutos para início da aula.

2.2 O Desafio das Turmas de Alfabetização de Adultos

Rodrigues (1985), destaca que com o processo da alfabetização altera-se o perfil social do homem, pois poderá se transformar em um homem político e participativo. É por isso que a alfabetização não se restringe apenas a dotar os indivíduos de certas habilidades para ler e decodificar símbolos e letras. Ao se alfabetizarem, os indivíduos também se instrumentalizam para compreender e reconstruir o mundo.

Alguns alunos relatam:

> Quando eu vim eu não sabia quase nada. Hoje, então eu me sinto sabida. Sei escrever mais e ler. Porque a pessoa que não sabe ler é um rio sem água (aluna Josefa Pereira Faria, 50 anos).
>
> No começo não sabia nada. Agora já sei um pouco ler e escrever. Quem não sabe ler é cego (aluna Olívia, 65 anos).

Danyluk (2001) diz que o conceito de alfabetização vem se modificando ao longo das últimas duas décadas. A idéia de assinar o nome em um papel já não faz parte de que consideramos como pessoa alfabetizada. Alfabetizar é tarefa desafiadora e complexa, especialmente quando se trata de pessoas adultas.

O analfabetismo no Brasil é um fenômeno cujas características podem ser delineadas com relativa precisão. A desigualdade de oportunidades no Brasil, em termos regionais, rural/urbano, gênero, faixa etária, cor e renda, estão refletida nas taxas de analfabetismo e em sua distribuição.

A Alfabetização de Adultos foi mais uma modalidade de ensino oferecida no município de São José e buscou contemplar aquelas pessoas que estavam há muito tempo afastadas da escola e que necessitavam da escolaridade mínima para garantir seus empregos e acompanhar seus filhos nas produções escolares.

Essa forma de ensino acontece de segunda a sexta-feira. Durante duas horas há aulas propriamente ditas. As outras duas horas (que estão incluídas na contratação do professor) ficam à disposição dos educandos para auxílio individual e encaminhamentos referente às produções realizadas em sala. Quinzenalmente, às sextas-feiras, os professores reúnem-se sob uma supervisão escolar para planejamento e avaliação dos trabalhos realizados nesse tempo.

O tempo necessário para conclusão da alfabetização fica condicionado ao desempenho individual e ao próprio tempo do educando, que estará sendo encaminhado por meio de avaliações realizadas pelos professores às fases seguintes, que são 5ª a 8ª e Ensino Médio. Exclusivamente nessa modalidade, Alfabetização na EJA ocorre dessa forma, sendo que da 6ª a 9ª série/ano e o Ensino Médio acontecem diferentemente, conforme será explicitado posteriormente.

No tocante aos conteúdos das disciplinas que são trabalhadas por estes alunos, Rodrigues (1985, p. 52) referindo-se ao ensino de matemática como um exemplo a ser seguido, diz o seguinte:

> Os jovens e adultos já têm algum domínio sobre vários aspectos de sentido operacional, em função da ampla experiência informal com operações

> matemáticas. Para aprofundar e sistematizar esse conhecimento, o trabalho escolar deve propiciar atividades que os ajudem a estabelecer as relações entre as suas idéias e estratégias pessoais e o conhecimento geral, complexo e formal.

Desta forma, assim como no ensino da linguagem matemática, da mesma forma o aluno adulto está informalmente convivendo com as outras disciplinas, como no caso do Português por meio das conversas familiares, no local de trabalho, na hora de realização de aquisições, compras, etc. No presente a intenção foi de possibilitar ao adulto não escolarizado as condições para que estivesse apto a utilizar-se da linguagem matemática, assim como das outras áreas, assumindo com autonomia os êxitos ou fracassos desse uso.

A posição adotada encontra eco em Freire (1984, p.24), que ao tratar da alfabetização de adultos, diz que sempre viu "[...] a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo como um ato criador". Assim, gradativamente, os adultos foram se apropriando dessa nova forma de trabalho, que lhes permitiu ser protagonistas do "feito educativo", passando a discutir suas idéias e a defender seus pontos de vista. Isso lhes possibilitou questionar e criticar, fazer e refazer aquilo que tinham necessidade e desejo de aprender.

A sala de aula é um lugar privilegiado em que pode se dar a interlocução dos múltiplos saberes, a articulação das diferentes linguagens, as relações interpessoais, permitindo a inserção de novos recursos, estratégias metodológicas e ambientes que podem tornar o processo pedagógico favorecedor de aquisição do código escrito pelo adulto, assim como informações mais abrangentes. Marques (1999, p.182) afirma que "[...] na experiência real pode ocorrer o inesperado que leve a repensar os caminhos andados e os enforques adotados, onde se fundamentem a sabedoria dos limites e a riqueza dos imprevistos".

Sentimos as pessoas a quem acompanhamos se mostrarem motivadas a conhecer cada vez mais, pois, como manifestaram, não esperavam que esse conhecimento pudesse ser adquirido ao longo de suas vidas.

De acordo com Mortari (2001, p. 105):

> As interferências da cotidianidade dos indivíduos desafiam a educação escolar a estudar formas de renovar e transformar a dinâmica da sala de aula, de introduzir mecanismos que se aproximem mais das vivências dos educandos e possam interferir na prática educativa para conduzir o aluno ao processo de construção do conhecimento.

Assim, considerando que essas pessoas são trabalhadores que atuam no mercado de trabalho, passam, a partir dessa experiência, a conhecer outros instrumentos que estão presentes na realidade de diversos contextos sociais, além da possibilidade de realizarem

atividades pedagógicas dinâmicas que motivam à aprendizagem.

2.3 Ensino Fundamental de 6ª a 9ª série/ano: o contexto da participação

Para dar prosseguimento aos estudos dos educandos da Alfabetização de Adultos é oferecido o segundo segmento do Ensino Fundamental – 6ª a 9ª séries/anos, cuja distribuição ficou caracterizada da seguinte maneira: primeira fase, referente à 6ª série/ano; segunda fase, referente a 7ª série/ano; terceira fase, referente a 8ª série/ano; quarta fase, referente a 9ª série/ano.

Para que o educando possa matricular-se nessa etapa é necessária a apresentação de documentos que comprovem a sua escolaridade. Se o mesmo não possuir nenhum tipo de documentação, a própria escola realizará uma avaliação do seu desempenho e o encaminhará à fase que estiver apto a freqüentar, conforme determina a legislação vigente, LDB n º 9.394/96, Art. 37. Convém ressaltar que para cada fase acima citada, existe o tempo equivalente a um semestre do ano letivo, ou seja, para cada série/ano, o educando deverá cumprir o tempo relativo a dois bimestres letivos. Dessa maneira, ele poderá concluir os estudos correspondentes ao Ensino Fundamental em dois anos.

Com o intuito de abrir caminhos para uma formação humana dos alunos, no tocante à autonomia crítica, a EJA tem como base as disciplinas do Ensino Regular, buscando contribuir de forma mais efetiva e diferenciada, levando em conta a sua experiência de vida do ponto de vista físico e social.

Dessa forma, acreditamos que formar para o exercício da cidadania pressupõe a participação política de todos na definição e decisão de rumos, em movimentos sociais e no envolvimento com os temas que digam respeito à sociedade e em todos os níveis da vida cotidiana.

A EJA pode contribuir com isso, no que se refere à experiência que repassa aos alunos quanto aos diversos tipos de saberes que são trabalhados na escola sobre a sociedade e sobre o mundo. Os alunos que não tiveram acesso ao ensino científico, distribuído por séries, poderão levar para a sua prática esta forma de estruturação e organização pessoal, de vida. Uma relação que se estabelece numa sala de EJA entre educadores e educandos em termos de troca de experiências da vida de pessoas adultas, utilizam o conhecimento informal e saber sistematizado, modificarem tanto as micro relações, quanto as macro relações existentes entre eles.

É preciso que se compreenda a cidadania como o direito à participação social e

política. Não significa que a cidadania esteja atrelada ao poder político, mas sim ao direito de escolha e a compreensão e consciência dessa escolha, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, demonstrados por meio de atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

Os alunos jovens e adultos que participam da vida em sociedade por meio do seu trabalho, da família e das relações que são estabelecidas no seu cotidiano esperam obter da EJA a ampliação de espaços de participação, facilitando o acesso aos meios de comunicação, à tecnologia e demais ações voltadas à vida em sociedade.

Usufruem a oportunidade de desenvolver um pensamento mais crítico que venha a demonstrar a importância de sua contribuição no desenvolvimento de uma coletividade mais justa social e economicamente (MEC, 1997).

2.4 Ensino Médio:

Para freqüentar o Ensino Médio, o educando deverá apresentar documentação que comprove a conclusão do Ensino Fundamental, por meio de histórico escolar. A duração do curso é de um ano e meio, realizado da seguinte forma: primeira fase, correspondente a 1ª série/ano do Ensino Médio; segunda fase, correspondente a 2ª série/ano do Ensino Médio e terceira fase, correspondente a 3ª série/ano do Ensino Médio.

Cabe ressaltar que para cada fase, o período correspondente é de um semestre, ou seja, dois bimestres letivos.

Os motivos para se ter curso de Ensino Médio para Jovens e Adultos são diversos, entre eles, podemos citar: possibilitar aos jovens e aos adultos, a quem ainda não haviam sido oferecidas as condições adequadas para o estudo, o direito de viverem integrados na era do conhecimento, atender às necessidades do mercado de trabalho que exige um profissional qualificado, além de oferecer condições e acesso igualitário a todos em todos os níveis de ensino.

Contudo, o principal objetivo é o de incentivar a formação crítica dos educandos que não tiveram acesso a escola em idade própria, buscando contribuir para a sua autonomia, fazendo com que e que ele possa, dessa forma, tornar-se mais consciente de seus direitos, de suas potencialidades, da contribuição que eles podem dar à sociedade, incentivando, antes de tudo, uma maior consciência coletiva.

No mundo globalizado, aquele que não teve acesso ao Ensino Médio não consegue

oportunidade de trabalho ou não progride em sua carreira.

Além disso, não atende às necessidades básicas do cidadão.

Dessa forma, este ensino pretende atender às necessidades de formação geral, corrigindo a distorção idade-série, possibilitando a quem assim o desejar a conclusão do nível médio com qualidade e com adequação à realidade do aluno. Pretende, também, aprimorar as competências e habilidades de cada jovem e de cada adulto, além de capacitá-los para a integração na comunidade como pessoas atuantes.

2.5 Exames Supletivos: certificação de conhecimentos e competências

Os Exames Supletivos caracterizavam-se por certificar conhecimentos e competências em nível Fundamental e Médio, sem exigir comprovação de escolaridade anterior ou freqüência a cursos regulares. São regulamentados pela Lei 9394/96 (Diretrizes e Bases da Educação).

Essa possibilidade de ensino visa facilitar a conclusão dos ensinos fundamental e médio pela da realização de provas referentes às disciplinas exigidas para os dois níveis de ensino. Para a conclusão do Ensino Fundamental, exige-se a aprovação com, no mínimo, 50% de acertos em cada prova realizada contemplando as seguintes disciplinas de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Inglês como optativa para o aluno. Para a conclusão do Ensino Médio ocorre da mesma forma sendo contempladas as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura, Matemática, História, Geografia, Biologia, Inglês, Física e Química.

Os Exames Supletivos diferenciam-se do Ensino Modularizado pelo fato de não oferecer apostilas ou acompanhamento sistemático do professor, por não permitir ao aluno realizar várias provas de uma mesma disciplina e por não oferecer provas ao longo do ano, e sim, em datas específicas durante dois dias, geralmente nos finais de semana. Portanto, o Ensino Modularizado não ocorre a nível municipal, sendo somente oferecido em nível de Estado e empresas privadas.

Os Exames Supletivos estão previstos no artigo 38 da LDBEN, assim como no Sistema Municipal de Ensino do município de São José e possibilitam aos educandos a conclusão dos estudos por meio de uma modalidade diferenciada. Tal modalidade teve início no ano de 2000, tendo uma procura de aproximadamente 500 educandos para conclusão do Ensino Fundamental.

A partir desse ano, a cada etapa aumentou o número de pessoas que buscam esta

modalidade para conclusão dos seus estudos em São José, alcançando em 2004, um total de 12 mil inscrições.

A partir do ano de 2005, percebeu-se uma diminuição na procura, tendo em vista que muitas pessoas já concluíram o Ensino Fundamental ou Médio, melhorando ainda mais os números referentes à escolarização dos munícipes e também das pessoas de outras cidades que buscam os Exames Supletivos de São José.

A procura constante durante todo o ano por uma modalidade que favorecesse os trabalhadores, pais e mães de família que não tinham condições de freqüentar as salas de aula, levou a SME a investir nos Exames Supletivos por se tratar de mais uma possibilidade de conclusão dos estudos mais conveniente aos moradores do município.

Em 2006 será realizada a 13ª etapa dos Exames Supletivos, sendo que, desde a sua primeira realização, em 2001, já passaram por eles mais de 20 mil alunos e destes, cerca de 5 mil já concluíram seus estudos nos níveis fundamental e médio.

Os Exames proporcionam acesso às Universidades, além de contribuir para ascensão funcional de trabalhadores, favorecendo uma melhor qualidade de vida, sendo que mais de 10mil pessoas já passaram por esta modalidade de ensino no município (Secretaria Municipal de Educação – SME, 2006). Tais exames na atualidade são ofertados via *Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos* (ENCCEJA[1]).

2.6 A Proposta Curricular e a Formação de Professores de EJA

> Não se trata de formar o educador, como se ele não existisse. Como se houvesse escolas capazes de gerá-lo ou programas que pudessem trazê-lo a luz (...) é necessário acordá-lo (ALVES, 1997, p. 22).

Ao iniciarem os trabalhos do Setor Pedagógico no ano de 1998, onde eu participava, imediatamente foram estabelecidos alguns critérios para organização dos trabalhos e algumas prioridades para o ano letivo que seguia. Uma das prioridades inquestionáveis foi a formação continuada dos profissionais da rede municipal de ensino, condição considerada por todo o grupo como o ponto de partida para quaisquer outras ações pedagógicas que fossem realizadas posteriormente.

A partir desse enfoque, trabalhou-se durante os anos de 1998 e 1999 com a formação continuada de professores, visando, posteriormente, a elaboração de uma proposta curricular própria para a rede municipal. Durante esses dois anos, houve uma distribuição ao longo de cada semestre de encontros para discussão de temas voltados às questões gerais de educação,

[1] Para maiores informações: http://enccejanacional.inep.gov.br/encceja/#!/inicial. Acesso em: jul. 2019.

como fundamentação teórica de cada disciplina, concepções de educação, encaminhamentos metodológicos para as escolas, entre outros.

Durante dois anos, 1998 e 1999, a formação continuada representou todos os investimentos de caráter pedagógico da rede municipal, tendo como objetivo geral a elaboração, a médio prazo, de uma proposta curricular que atendesse as necessidades dos educadores e que representasse um documento norteador das atividades pedagógicas desenvolvidas no município de São José.

Após o término da formação continuada, iniciou-se a elaboração do projeto para a construção da proposta curricular da rede municipal, passando por aspectos legais, administrativos e pedagógicos. A partir dessa iniciativa de reunir profissionais renomados e que estivessem dentro dos objetivos propostos pela Secretaria, todos os educadores foram contemplados com consultores habilitados para cada disciplina específica, que auxiliaram e coordenaram a elaboração de uma proposta curricular para a rede de ensino. Os professores que atuavam naquele momento na rede municipal de ensino e que foram escolhidos como grupo responsável de cada disciplina, puderam participar efetivamente da elaboração, produção e discussão sobre a proposta curricular municipal. O trabalho foi realizado ao longo do ano de 2000, perfazendo um total de 100 horas de efetivo trabalho.

A Educação de Jovens e Adultos que, durante o ano de 2000, era representada somente pela Alfabetização de Adultos, também foi contemplada e desenvolveu uma proposta curricular específica para o projeto que estava em andamento, possibilitando cada vez mais o aprimoramento pedagógico.

No ano de 2000, a partir da escolha de alguns educadores de cada disciplina feita pelos próprios colegas, iniciou-se a produção escrita daquele que seria o fundamento das ações pedagógicas daquele momento em diante. Desde então, os educadores que participavam do programa de EJA puderam freqüentar as paradas pedagógicas para discussões e aperfeiçoamento curricular e metodológico referente a Alfabetização, o que contribuiu muito com o bom desenvolvimento do ensino.

Contudo, vale ressaltar que a proposta curricular contemplou todos os segmentos oferecidos pela educação, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

> Repensar a escola não é um jogo intelectual, não é tarefa, nem um dever que tenha que ser intelectualmente ou conceitualmente resolvido por solitários teóricos e estudiosos. Repensar a escola só poderá ser realizado quando ela já tiver na prática, novas funções. E este repensar a escola dependerá fundamentalmente da postura dos professores que na lida diária com o aluno incorporem ao processo de ensino o desenvolvimento do novo, porém de forma construtiva para a construção do cidadão (FICHTNER,

1998, p.25).

Após a edição e distribuição da proposta curricular aos educadores que participaram da elaboração da proposta, foram distribuídos 1000 volumes para toda a rede de ensino. A partir dessa etapa, retomou-se a formação continuada e iniciou-se o que chamamos de materialização da proposta curricular, em que novos encontros foram organizados com o intuito de socializar as produções e de aprofundar a fundamentação teórica.

De 2001 a 2005 mantiveram-se os procedimentos administrativos e pedagógicos concernentes à formação continuada, buscando uma maior abrangência a cada ano, possibilitando aos educadores uma constante discussão e reflexão acerca da prática pedagógica. Contudo, a cada ano, sentia-se a necessidade de um recomeço, tendo em vista a grande rotatividade de profissionais que fazem parte do projeto da EJA. Conforme citado anteriormente, não existe professor efetivo atuantes nessa modalidade, dificultando a compreensão e continuidade do trabalho.

Retomando o foco especificamente para a EJA, a formação continuada sempre foi um dos princípios de trabalho do programa e permanece na lista das prioridades estabelecidas anualmente pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Muito se discute, atualmente, sobre a formação do professor de jovens e adultos, pois ele deve ter consciência de sua força e do seu papel na formação do educando. A educação de jovens e adultos requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, relação professor-aluno, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente (ARBACHE, 2001).

Para Paiva (1973), as instituições de ensino, públicas e particulares, têm se preocupado muito com a formação de seu corpo docente, pois sabem que a qualidade do ensino depende muito da relação professor-aluno. A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que a tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários. Esse conceito nos faz perceber que o professor que vai atuar com jovens e adultos deve ter uma formação especial, que lhe permita compreender os anseios e necessidades dessas pessoas, além de saber lidar com os sentimentos delas.

O professor da EJA deve compreender a necessidade de respeitar a pluralidade cultural, as identidades, as questões que envolvem classe, raça, saber a linguagem dos seus alunos. Caso contrário, o ensino ficará limitado à imposição de um padrão, um modelo pronto e acabado em que se objetiva apenas ensinar a ler e escrever, de forma mecânica. Enfim, o

que se pretende com a educação de jovens e adultos é dar oportunidade de valorização a todos que de certa forma foram marginalizados ao longo do seu tempo de formação.

Danyluk (2001, p. 107), ressalta que:

> [...] muitas pessoas acham que o aluno adulto tem mais dificuldade para aprender. Na realidade, o que tenho constatado é que esse educando não quer somente decorar, mas ele questiona até realmente compreender. Logo, é preciso que nós professores trabalhemos com eles de várias formas, explicando de outro modo numa abordagem de ensino voltada para a compreensão.

Novo enfoque está sendo dado à educação de jovens e adultos, ou seja, é necessário superar a idéia de que a EJA se esgota na alfabetização, desligada da escolarização básica de qualidade, superando também a descontinuidade das ações institucionais e o surgimento de medidas isoladas e pontuais, fragmentando e impedindo a compreensão da problemática.

É preciso desafiar o encaminhamento de possíveis resoluções que levem à simplificação do fenômeno do analfabetismo e do processo de alfabetização, reduzindo o problema a uma mera exposição de números e indicadores descritivos. Visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos envolvidos que a ela recorrem, torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional (ARBACHE, 2001).

Educar jovens e adultos, hoje, não é apenas ensiná-los a ler e escrever seu próprio nome é também lhes oferecer uma escolarização ampla e com mais qualidade. E isso requer atividades contínuas e não projetos isolados que, na primeira dificuldade, são deixados de lado para o início de outro. Além disso, a educação de jovens e adultos não deve se preocupar apenas em reduzir números e índices de analfabetismo. Deve ocupar-se de fato com a cultura do educando, com sua preparação para trabalho e como previsto nas diretrizes curriculares da EJA a mesma tem como funções: reparar, qualificar e equalizar o ensino, tendo como objetivo primordial, a educação.

A formação continuada do educador se faz, assim, por duas vias. A via externa, representada por cursos de capacitação, aperfeiçoamento, seminários, leitura de periódicos especializados etc., quando lhe é proporcionado e a via interior, que é a atitude ética que cada professor deve ter, indagando sobre seu papel na sociedade e se, de fato, o está cumprindo, mantendo o exemplo frente aos educandos.

Um dos grandes problemas na formação docente é a auto-suficiência, ou seja, julgar-se saber tudo, pois a condição para o constante aperfeiçoamento do educador não é somente a sensibilidade aos estímulos intelectuais, mas é fundamentalmente a consciência de sua

natureza inconclusa como sabedor.

Muitas vezes não são os negligentes e sim os auto-suficientes que estacionam em seu caminho de formação profissional, julgando-se sabedores de tudo e considerando que seu papel na educação nada mais exige deles. Esta é uma noção que paralisa o educador e o torna incapaz de progredir.

No entanto, progredir não significa apenas adquirir conhecimentos, mas também abrir a própria consciência para a acolhida do novo, que surge diariamente, repensando constantemente o próprio conhecimento.

O professor que realmente quer estar atualizado deve repensar constantemente a didática que está sendo utilizada na educação de jovens e adultos, na tentativa de melhor adequá-la às necessidades dos mesmos, mudando-a sempre que necessário. Precisa ver o educando como um ser pensante, cheio de capacidades e portador de idéias que se apresentam quando problematizada, em uma conversação simples e em suas críticas aos fatos do dia-a-dia. O mesmo deve apresentar-se como um aliado do educando e não como um "doutor", arrogante, pois nesse caso o educando vai se sentir inferiorizado, discriminado de sua parte, o educando, especialmente o adulto, ao perceber que está sendo tratado como uma pessoa participante do processo de aprendizagem, vai se sentir mais interessado e mais responsável. A responsabilidade é tão superior nessa concepção, que o educando passa a compreender que poderá contribuir para a mudança da sociedade, sua realidade e a essência de seu país pelo fato de estar mudando a si mesmo.

A consultoria foi realizada por profissionais com formação na área específica, contemplando todas as disciplinas componentes da matriz curricular do município além da Educação de Jovens e Adultos.

Além dos consultores das várias disciplinas, a equipe pedagógica contratou uma consultoria geral, a qual deu todo o suporte pedagógico e encaminhou os trabalhos de produção realizados pelos demais consultores que, por sua vez, passavam para os professores, conduzindo todo o encaminhamento dos trabalhos.

A Secretaria de Educação buscou uma proposta curricular pautada numa concepção de escola que tivesse como função social o compromisso de garantir a cada educando que por ela passasse a apropriação do conhecimento, que tornasse possível a cada educando a apropriação tanto das Ciências, como da Filosofia, da Arte e da técnica, como condição para a compreensão do mundo em que vive e nele intervir e agir (SÃO JOSÉ, 2000).

Foi a partir dessa Proposta Curricular que os educadores de São José conseguiram avançar em seus planejamentos e ações, de forma a compreender melhor a realidade dos

alunos da rede municipal e, dessa forma, interagir melhor com eles, o que antes era um pouco limitado devido a falta de unificação do método de trabalho e da linha filosófica a ser seguida. A partir desta fase determinou-se qual seria o encaminhamento dado a construção da proposta, assim como de todo o trabalho a ser seguido posteriormente.

O método de trabalho passou a ser baseado nos mesmos encaminhamentos, nas mesmas diretrizes, dando, contudo, liberdade para que o professor possa se interar quanto às realidades de cada escola e de cada comunidade onde trabalhava, buscando ficar o mais próximo possível da realidade do educando.

Com a construção da proposta e da delimitação destas diretrizes a serem seguidas pelos professores e toda equipe pedagógica, pôde-se melhorar alguns aspectos referentes às metodologias e materiais utilizados, assim como trabalhar de uma maneira homogênea, pois até então não existia um documento que propiciasse a elaboração de um plano pedagógico que pudesse direcionar e possibilitar uma ação coletiva relacionada ao currículo.

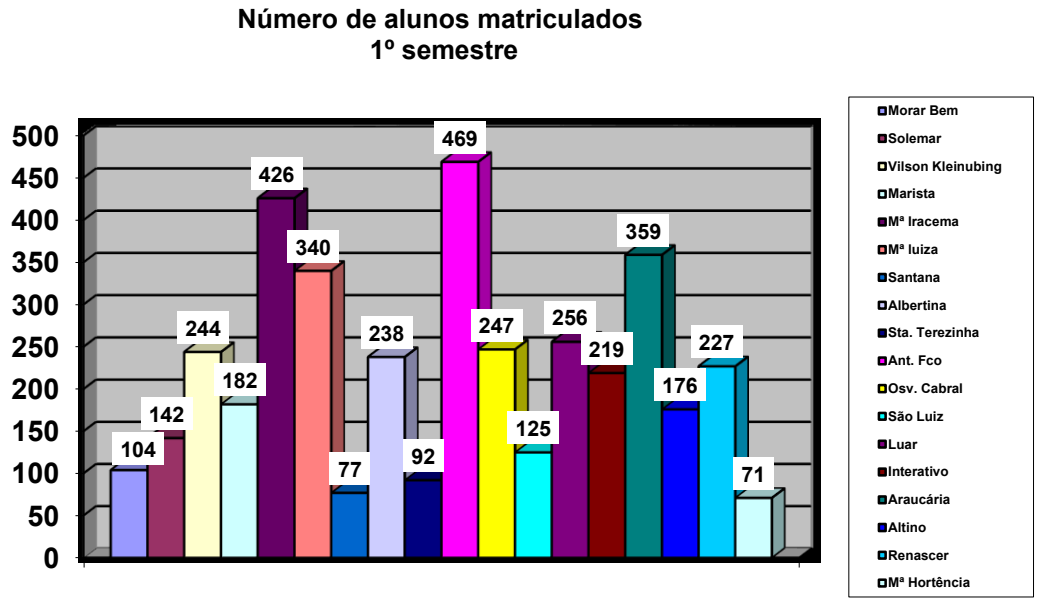
É importante destacar que tal iniciativa não indica uma mudança clara e objetiva de atitude, mas fortalece o desejo dos professores de inovar constantemente a prática, passando, então, a pensar coletivamente e discutir internamente nos espaços das escolas que trabalhavam as questões mais sérias a respeito do processo de ensino e aprendizagem.

A partir desse momento optou-se por buscar fundamentação teórica na perspectiva sócio-histórica, considerando que:

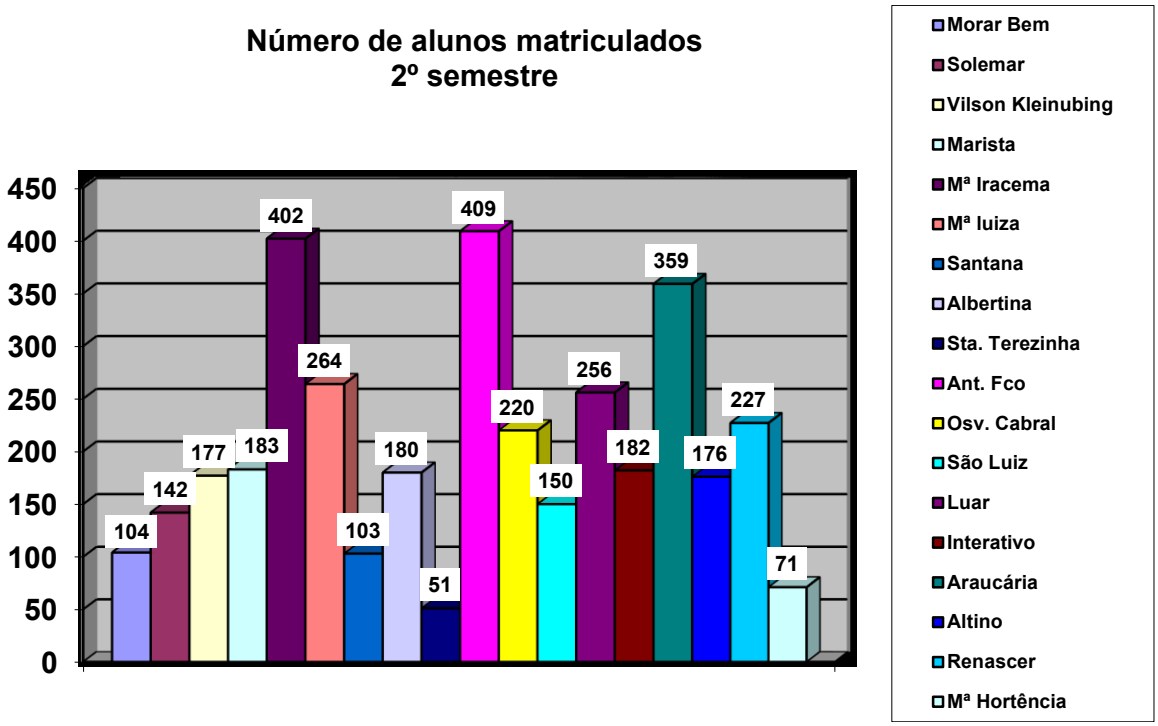
- Seria apropriada por que a rede já assumia encaminhamentos referentes a essa filosofia de trabalho;

- Apresentar-se como possibilidade para a compreensão da concepção de educação de jovens e adultos.

2.7 Dados Estatísticos da Educação de Jovens e Adultos em São Jovens



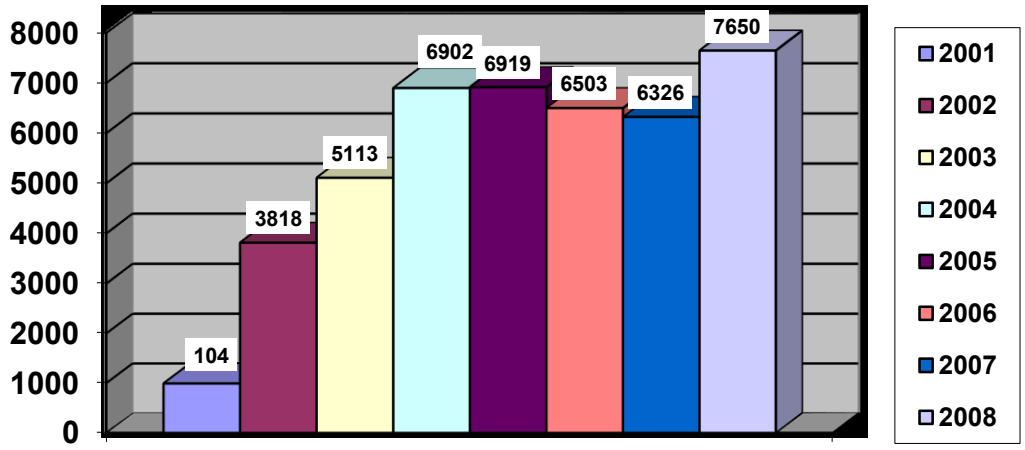
Fonte: SME/São José, 2001.



Fonte: SME/São José, 2001

Número de alunos matriculados por ano – 2001 a 2008

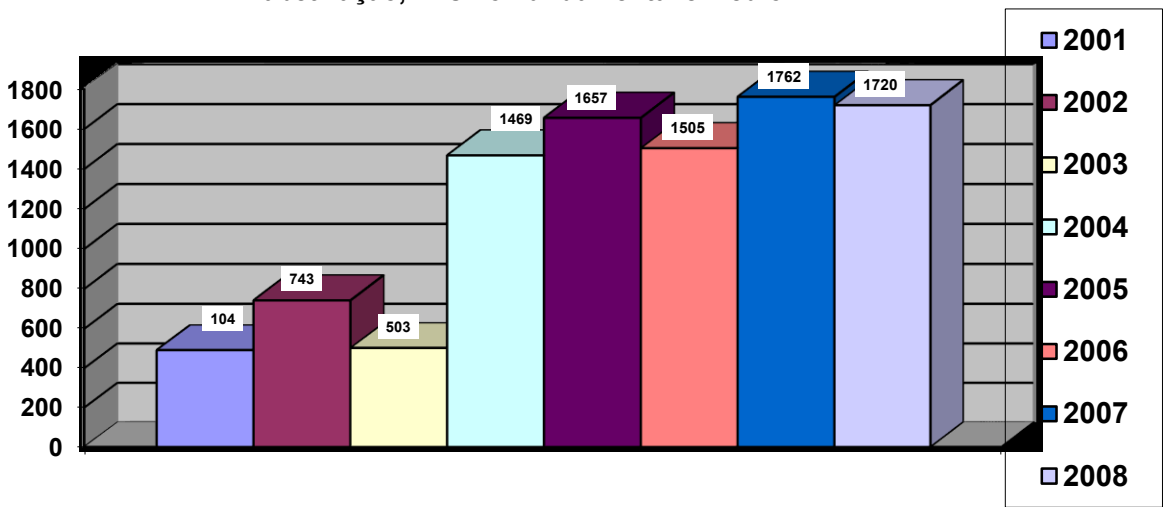
Número de alunos matriculados:
Alfabetização, Ensino Fundamental e Médio



Fonte:

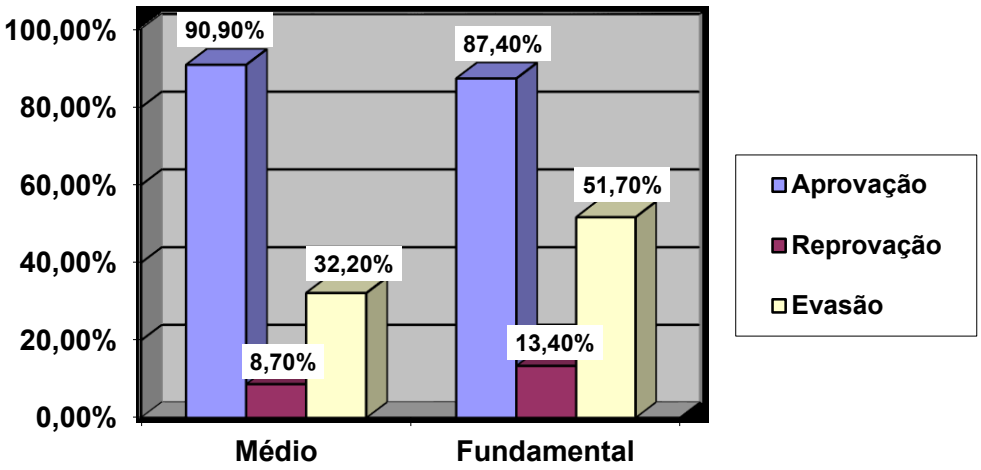
SME/São José, 2008.

Número de formandos por ano:
Alfabetização, Ensino Fundamental e Médio



Fonte: SME/São José, 2008.

ÍNDICES DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E EVASÃO - 2007



Fonte: SME/São José, 2008.

Em 2017 a rede atendeu cerca de 1640 estudantes de EJA, distribuídos na seguinte organização:

Estudantes da EJA/2017.

REDE MUNICIPAL DE ENSINO			
ANO	NOTURNO		VAGAS
	Número de alunos	Turmas	
ALFA	97	4	43
6º	91	4	49
7º	116	6	94
8º	161	8	84
9º	237	9	78
1ª	319	10	81
2ª	328	11	112
3ª	291	11	149
Total Fund	702	31	348
Total Médio	938	32	342
TOTAL	1640	63	690

Fonte: SME São José, 2017.

3 PROPOSTA CURRICULAR DE SÃO JOSÉ - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS[2]

3.1 Sujeitos, Movimentos, Cenários e Ações

As mudanças do mundo do trabalho decorrem da nova ordem econômica mundial que exige novas forças de trabalho, principalmente por parte dos jovens, exigindo, que estes se preparem para compreender o mundo em que vivem e atuem nele criticamente com responsabilidade e especialmente para sua inserção no mundo do trabalho e de uma visão crítica das atuais relações destas forças.

De acordo com Fichtner (1996), o desenvolvimento desenfreado de novas tecnologias está gerando mudanças nas funções sociais do conhecimento, das comunicações e no modo de vida das pessoas. A escola sendo uma instituição responsável pela universalização do conhecimento, nem sempre consegue cumprir sua função de garantir a apropriação do conhecimento científico como forma de inserção social e cultural do sujeito no mundo. Perante tal contexto faz-se necessário repensar a escola, e aqui, o papel da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que visualizamos como um direito do cidadão, buscando entender nesse repensar o que significam tais mudanças e suas implicações para a vida humana, para a escola e para educação. Sendo que

> Repensar a escola não é um jogo intelectual, não é tarefa, nem um dever que tenha que ser intelectualmente ou conceitualmente resolvido por solitários teóricos e estudiosos. Repensar a escola só poderá ser realizado quando ela já tiver na prática novas funções. E este repensar a escola dependerá fundamentalmente da postura dos professores que na lida diária com o aluno incorporem ao processo de ensino o desenvolvimento do novo porém, de forma construtiva para a construção do cidadão (FICHTNER, 1998, p. 25).

Neste cenário de mudanças sociais e econômicas, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser visualizada, sendo que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9394/96, criou dispositivos que favorecem o atendimento da grande parcela da população que por diversos motivos foi excluída da educação formal, possibilitando a continuidade do processo por meio da Educação de Jovens e Adultos.

Na década de trinta com o processo de industrialização ocorre a transformação da sociedade brasileira e surge no cenário nacional a preocupação com o ensino de jovens e

---

[2] SÃO JOSÉ, Documento de Educação de Jovens e Adultos. In: **Proposta Curricular de Rede Municipal de São José**. Prefeitura Municipal de São José, 2000.
Este texto já foi publicado na Proposta Curricular de São José, no ano 2000, mas apresenta-se neste caderno em versão revista e formulada pelo conjunto de professores da Comissão de 5ª a 8ª e de Ensino Médio em 2008.

adultos configurado no Plano Nacional de Educação No entanto, apenas na década seguinte, a Educação de Adultos define sua identidade tomando forma de uma Campanha Nacional.

Já no início da década de cinqüenta esse projeto entra em decadência, emergindo dele apenas o Ensino Supletivo. Nesta época, a concepção de Educação de Adultos era marcada por uma visão do analfabetismo como causa e não como efeito da situação econômica. Assim, o adulto analfabeto era visto como um ser incapaz e marginal. Mais tarde os debates sobre a questão foram ampliados e aos poucos o sujeito 'dito analfabeto' passou a ser visto como um ser produtivo capaz de raciocinar e resolver os seus problemas.

O que mais marcou a Educação de adultos entre nós, foram as experiências vividas por Paulo Freire no nordeste, no início da década de sessenta. Experiências estas que se multiplicaram e foram disseminadas pelo Brasil por vários movimentos adeptos da teoria conscientizadora e libertadora de Paulo Freire.

Baseado na sua proposta, em 1964 foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, em que o analfabetismo passou a ser visto como efeito da situação sócio-econômica e não como causa. O ser 'dito analfabeto' passou a ser visto como sujeito capaz. Com o golpe militar essas idéias foram reprimidas, assim como qualquer movimento de oposição, sendo que a ditadura apoiou apenas as formas de trabalho assistencialista na Educação de adultos.

Em 1967 é lançada a grande campanha do MOBRAL - movimento em que a concepção de alfabetização presente caracterizou-se por uma mera técnica mecânica de decodificação e de reprodução da ideologia dominante.

Apesar de silenciado no Brasil, durante os quinze anos que esteve no exílio, as idéias de Paulo Freire se espalharam pelo mundo e se ampliam as referências para as suas reflexões, no tocante à Educação de Adultos. Paulo Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos que era vista como conscientizadora, que possibilita que o educando se assuma como sujeito de sua aprendizagem. A realidade vivenciada pelos educandos adultos não é apenas referenciada, mas problematizada numa perspectiva em busca de soluções e de transformação da sociedade. Seu princípio básico pode ser traduzido numa frase sua que ficou célebre: a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

Na década de setenta a Educação de Jovens e Adultos continua quase como exclusividade do governo autoritário. O MOBRAL se expandiu por todo o território nacional derivando dele o Programa de Educação Integral, abrindo possibilidades de continuidade de estudo para os recém-alfabetizados.

Já a década de oitenta é marcada pela emergência dos movimentos sociais e o início da abertura política. Em 1985 o MOBRAL foi extinto e surge a Fundação Educar a qual não

se constitui enquanto programa, mas como instituição que apóia pedagogicamente outros projetos. Nos anos Collor a Fundação Educar foi extinta, deixando uma grande carência em termos de políticas para a Educação de Jovens e Adultos.

Com a Constituição Federal de 1988, ficou assegurado o direito a Educação para todos, porém na atual LDB a EJA vem caracterizada enquanto direito de todos, mas não como dever do estado, o que se torna contraditório.

Alguns Estados e Municípios, assim como algumas organizações da Sociedade Civil, têm assumido a responsabilidade de oferecer programas de Educação de Jovens e Adultos, mas a oferta ainda está longe de satisfazer a demanda. Nesse contexto, também em Santa Catarina constituíram-se no final dos anos noventa grupos para realizar estudos e desenvolver projetos para alfabetização, ensino fundamental e médio de EJA no âmbito estadual e municipal.

3.2 Quem é o sujeito que procura a educação de jovens e adultos?

> ...eu já não sou muito jovem mas eu quero ir a fundo no meu estudos (Aluna Josefa Pereira Faria - 50 anos).
>
> Comecei no projeto este ano. O meu desejo é saber ler e escrever. Quando comecei só sabia matemática. Agora já sei mais um pouco ler e escrever. Quero ler e escrever para trabalhar e ter dinheiro (Aluno Maicon - 17 anos).
>
> Muitas pessoas acham que o aluno adulto tem mais dificuldade para aprender. Na realidade, o que tenho constatado é que esse sujeito não quer somente decorar, mas ele questiona até realmente compreender. Logo, é preciso que nós professores(as) trabalhemos com eles de várias formas, explicando de outro modo, numa abordagem de ensino voltada para a compreensão (Professora Sandra Mara Fermino).

Caracterizar o sujeito que procura a educação de jovens e adultos nem sempre é uma tarefa fácil, porém podemos dizer que alguns elementos em comum têm sido caracterizados por vários estudos.

Em um país como o Brasil, marcado por graves desníveis sociais, pela situação de pobreza de grande parcela da população e por uma tradição política pouco democrática, baixos níveis de escolarização estão fortemente associados a outras formas de exclusão econômica, social e política.

O sujeito que procura a EJA é na maioria das vezes, oriundo desta situação. É um sujeito que busca respostas às contradições de uma sociedade capitalista marcada pela desigualdade, pela competição no mercado de trabalho, pelo surgimento das novas tecnologias que exigem o domínio de instrumentos da cultura letrada.

Para Oliveira (1983), três características básicas marcam o contexto desses sujeitos:

No estudo realizado, muitos indivíduos eram migrantes e sofriam as conseqüências das contradições e dicotomias entre cidade grande e zona rural; principalmente porque essas pessoas orientam suas vidas para atividades conjuntas e interações sociais e, não para projetos individuais. Outra característica é a instabilidade constante em sua situação, independente da sua própria vontade ou de seus atos, mas, marcada pelas condições sócio-econômicas.

Estes elementos fazem-se presentes em muitos dos nossos alunos sendo que, os sujeitos ao viverem num mundo que exige conhecimentos sistematizados para a sua inserção no mundo do trabalho, como necessidade básica de produção do próprio sustento, acabam tendo menos condições para o acesso ao mundo que valoriza o letramento, o conhecimento sistematizado e a tecnologia.

Muito embora, nem sempre dominem a lógica do mundo letrado estas pessoas trazem consigo uma grande bagagem de conhecimentos adquiridos ao longo da história de suas vidas. Possuem também, alguns conhecimentos sobre o mundo letrado que se apropriaram em passagens pela escolarização ou na realização de suas atividades cotidianas. Outra questão que não podemos desconsiderar é o fato de que muitos de nossos(as) alunos(as) se apropriam de conhecimentos nas suas atividades profissionais.

Muitas vezes o aluno(a) de EJA já esteve inserido no ambiente escolar, no qual se deparava com situações que não favoreciam o processo de seu aprendizado. Alguns desses aspectos caracterizam-se por um modo de funcionamento escolar em que há uma organização linear do conhecimento cujos conteúdos são apresentados de forma fragmentada o que não os torna significativos.

Esses conteúdos ao serem trabalhados de forma descontextualizada tornam a prática pedagógica não atrativa e dificultam a apropriação do conhecimento. Isto contribui para aumentar a baixa estima do sujeito.

Outro aspecto refere-se à supervalorização de algumas áreas do conhecimento e a práticas avaliativas que focalizam o que o aluno não faz e não domina e, não o que ele já sabe fazer e já consegue efetivar.

Precisamos considerar também a concepção de sujeito presente em muitas práticas pedagógicas e nos materiais didáticos utilizados que visualizam o jovem e o adulto como um sujeito acabado, universal, abstrato e padronizado ou, adotam um modo infantilizado de lidar com estes sujeitos.

Perante tal situação, assumimos uma concepção de Educação de Jovens e Adultos, baseada no pensamento de Vygotsky, em que as relações do homem com o mundo são fundamentalmente mediadas por instrumentos e signos. O sujeito humano em suas ações cria

instrumentos e signos para transformar a natureza e a si mesmo, construindo a cultura.

O desenvolvimento das funções humanas acontece por meio do processo de interação do indivíduo com o mundo e com outros sujeitos por sistemas simbólicos construídos socialmente. Os processos de desenvolvimento estão relacionados às circunstâncias históricas e sociais e às experiências particulares de cada sujeito. Desenvolvimento e aprendizagem são processos distintos e inter-relacionados sendo que a aprendizagem gera o desenvolvimento humano.

A aprendizagem escolar, como categoria do processo sócio-histórico de educação, está diretamente ligada com à elaboração de conceitos científicos que subsidiam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Tais conceitos permitem ao sujeito uma mudança qualitativa, ou seja, condições mais ampliadas de relacionar-se com os outros e com o mundo, possibilitando ações conscientemente controladas e intencionais executadas no momento em que se fizerem necessárias, mesmo que ocorram temporariamente e espacialmente distantes do momento de ensino-aprendizagem.

A interação social com o outro como portador de vários conhecimentos é de suma importância para a reflexão sobre o desenvolvimento e aprendizagem de adultos não alfabetizados ou pouco escolarizados. Pois, o desenvolvimento e a aprendizagem estão diretamente relacionados às interações realizadas pelos sujeitos no seu contexto sócio-cultural, que se constitui como um espaço coletivo de aprendizagens.

É fundamental analisar esses aspectos para o trabalho com o adulto não alfabetizado ou pouco escolarizado, pois:

> É preciso considerar a idade adulta não como fase estável e sem transformações psicológicas, mas de continuidade de desenvolvimento psicológico. Suas experiências e circunstâncias culturais, históricas e sociais propiciam situações de aprendizagem promovendo o desenvolvimento psicológico (DURANTE, 1998, p.19).

Segundo estudos de vários autores tais como Vygotsky (1993), Köhl de Oliveira (1983), e Luria (1990) entre outros, adolescentes e adultos diferem das crianças no processo de aprender não pelo modo como compreendem o objeto do conhecimento, mas sim pelo modo como suas mentes trabalham para alcançá-lo. Frente a um problema cuja exigência seja operar com conceitos, uma criança e um adulto podem abordá-lo do mesmo modo, porém suas tentativas de resolução desse problema são completamente diferentes.

Quando trabalhamos com sujeitos jovens e adultos precisamos ter claro que, embora estes sujeitos aparentemente interajam no processo de ensino-aprendizagem de forma semelhante à das crianças, eles já desenvolveram modos próprios de elaboração e de lidar

com o real, mesmo na ausência da linguagem escrita e de conhecimentos sistematizados.

É na escola que o sujeito, ao interagir com os conhecimentos das diferentes áreas, aprende a se relacionar com o conhecimento que para ele é novo, a refletir com e sobre a organização desse saber em um sistema conceitual, instrumentalizando-o para o modo intelectual típico da sociedade letrada.

> Talvez a escola seja o protótipo da instituição social que, no âmbito da sociedade letrada, ensina o homem a transcender seu contexto e a transitar pelas dimensões do espaço, do tempo e das operações com o próprio conhecimento (OLIVEIRA, 1992, p.20).

Ao avaliar esta situação fica clara a importância de trazer para a realidade da escola o contexto social, pois será por meio disso que, tanto professores como alunos, encontrarão objetivos e significados para a aprendizagem.

Desse modo, a EJA deve trabalhar noção de não valorização do sujeito, fazer com que o sujeito renove seus interesses quanto à necessidade do saber e da valorização das relações pessoais e promover a apropriação do conhecimento. Assim, poderá contribuir para a emergência de novas competências sendo que, deste modo, o sujeito terá maiores possibilidades de participar ativamente de uma sociedade complexa, tendo maior acesso a um conjunto de informações e conhecimentos como formas de interação com a realidade.

3.2.1 A Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação de Jovens e Adultos

Professora Elaboradora: Janaina Amorim da Silva

Nos últimos anos, dentro de um cenário de grandes e rápidas transformações econômicas, políticas e sociais, as concepções de educação sofrem impactos significativos. Diante da necessidade de responder às demandas por condições de exercício de cidadania, a sociedade e o Estado sensibilizados, vão reconhecendo a urgência de elaborar e implementar políticas públicas da juventude dirigidas à garantia da pluralidade de seus direitos, dentre eles, a educação. A Educação de Jovens e Adultos ganha destaque na agenda das políticas públicas brasileiras.

Ao mesmo tempo em que se consolidam as políticas públicas neste sentido, faz-se também a discussão em torno das especificidades do público que freqüenta os espaços em que essa educação ocorre, sujeitos homens e mulheres, negros, brancos, indígenas, jovens, idosos.

Na perspectiva de considerar a modalidade da educação de jovens e adulto, sua atuação não pode desconsiderar a questão étnico-racial.

O sistema educacional, ao reproduzir as práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, faz com que crianças e jovens negros/as vivenciem situações que os/as deixem vulneráveis às práticas discriminatórias, interferindo no desenvolvimento emocional e cognitivo desses sujeitos.

Repensar a EJA numa perspectiva de educação anti-racista requer criar formas mais democráticas de se implementarem as ações e projetos para esse público.

Dentre os desafios colocados para a EJA, está o de possibilitar a inclusão da discussão sobre a questão racial não apenas como tema transversal ou disciplina do currículo, mas como discussão, problematização e vivências.

O material didático utilizado em sala de aula também requer uma escolha criteriosa. Grande parte dos conteúdos expressos pelos livros didáticos, para-didáticos ou pelos materiais pedagógicos em geral ainda mantém uma visão estereotipada sobre a representação do segmento negro ou ignora o conhecimento científico, técnico, lingüístico, estético, a visão de mundo dos africanos e afro-brasileiros.

Se no passado a luta era para possibilitar o acesso, na atualidade ela focaliza a permanência na escola, no sentido de minimizar os índices de exclusão social, que conforme o IBGE encontra-se majoritariamente na população afrodescendente.

O público do EJA no Brasil tem um número expressivo de afrodescendentes, sendo crescente também este número em São José. Conforme os dados do primeiro semestre de 2008, apresentados pelos núcleos de EJA do município, contam com 34,7% de afrodescendentes. Conhecer essa juventude e sua realidade seria um importante passo para uma aprendizagem significativa, valorizando as diferenças.

A obrigatoriedade de inclusão da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e indígena com as leis 10.639/03 e 11.645/08 nos currículos de Educação Básica para além de uma decisão política, é uma conquista da sociedade civil, em especial dos movimentos sociais, que pretende promover fortes repercussões pedagógicas, buscando reparar danos que se repetem a cinco séculos e atingem a toda sociedade brasileira de modo diferenciado.

Além das leis citadas e da LDB de 1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004 instituem orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais, a exemplo do Artigo 2° §1º,

> A Educação das relações Étnico-Raciais, tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais

> e valorização de identidade, na busca de consolidação da democracia brasileira.

Importante salientar que não se trata de mudar o foco etnocêntrico europeu por um africano ou indígena, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira.

Cumprir a lei é um compromisso de todos que exige um comprometimento solidário de todos os segmentos do sistema de ensino brasileiro, tendo como princípio norteador à igualdade básica de pessoa humana como sujeito de direitos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 3/ 2004.

BRASIL. Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003.

BRASIL. Lei 11.645 de 10 de Março de 2008.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. SP: Summus, 2001.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil: Histórias, Realidades, Problemas e Caminhos*. SP: Global Editora, 2004.

PAIXÃO, Marcelo. Desenvolvimento humano e Relações Raciais. RJ: DP&A, 2003.

3.3 O Currículo na Educação de Jovens e Adultos

> "[...] e ainda temos falta de muitas coisas, tem fome, desemprego, corrupção, pobreza, temos falta de sabedoria para não votar em quem não dá mais confiar. Corrupção nunca mais. (Aluno Laudelino - 30 anos)
>
> País rico, maravilhoso, lindo e varonil. Mal administrado isto se chama quinhentos anos desta favela chamada Brasil. (Aluna Valmorinda - 49 anos)
>
> O Brasil é bom, mas por causa da corrupção se torna ruim porque o rico fica mais rico e o pobre, fica mais pobre. (Aluna Marlene - 30 anos)

Estas falas dos alunos da Educação de Jovens e Adultos nos encaminham para pensar quais os conhecimentos trabalhados na EJA e qual o modo de lidar com esses conhecimentos, o que nos remete às discussões de currículo.

Segundo Ribeiro (1997), na Educação de Jovens e Adultos, há uma ausência de discussões sobre currículo, sendo que o debate centra-se ou na postulação de princípios e idéias pedagógicas ou no relato de experiências. Segundo a autora há a necessidade de

construção de elos e mediações entre estas questões.

Numa época conhecida como pós-industrial em que as relações de poder são marcadas pelo domínio do conhecimento, da informação e do desenvolvimento tecnológico faz-se necessário repensá-lo, como forma de buscar a participação dos sujeitos hoje tão excluídos dessas relações de poder.

Entendendo o currículo como um artefato cultural, trabalhamos com uma visão de alfabetização e escolarização na EJA como um processo que exige continuidade e sedimentação e, portanto programas emergenciais não mais correspondem às necessidades atuais. Para tanto, optamos por visualizar o conceito de alfabetismo ou letramento como aquele que:

> [...] designando uma condição a que ascendem pessoas ou grupos que lêem e escrevem; e que não depende somente do uso restrito do domínio do sistema de representação, mas sim dos usos que o sujeito faz dessa competência (RIBEIRO, 1997, p. 226).

Pensar a escrita e seus usos sociais: repercute nas orientações e escolhas curriculares de EJA, uma vez que a visualizamos não somente enquanto possibilidade de apropriação do conhecimento pelo sujeito, mas de produção deste e de leitura de mundo em que está inserido. Mundo este permeado pelas novas tecnologias que geram a existência de novos símbolos, significações e instrumentos utilizados socialmente, o que nos leva a concluir que:

> [...] todo o ensino fundamental deve ser alfabetizador - Os diversos usos da leitura e da escrita constituem o núcleo do currículo que a partir do qual deve ser contemplado um vasto leque de saberes científicos, artísticos e práticos (RIBEIRO, 1997, p. 227).

O desafio dos professores de EJA é articular o conhecimento já apropriado pelos sujeitos nas suas atividades cotidianas com as novas aprendizagens escolares e com as formas sistematizadas de resolver os problemas. Pensa-se então, em desenvolver um ensino significativo e não somente funcional, ou restritamente utilitário. Significativo por trabalhar com conteúdos úteis e motivadores voltados para o desenvolvimento de um grande número de relações com outros conteúdos e, portanto, favorecem o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos ampliando as possibilidades de leitura do real e de melhor criticar, decidir suas ações e agir.

Sendo assim, caracteriza-se pela reflexão, por desenvolver um ensino voltado para a compreensão e, para tanto, é preciso trabalhar coletivamente para a construção de um projeto de EJA que busque estas dimensões.

Faz-se necessário repensar de que modo lidar com o conhecimento e quais conteúdos são relevantes na EJA, o que vem gerando muitas polêmicas. Muitos tem a idéia

de que o adulto aprende mais rápido, e por isso pode-se superficializar os conteúdos, resgatando assim a escolaridade perdida. Para começar a pensar em conteúdos precisamos recuperar o conceito de currículo. Pensar currículo implica em *definir a concepção de escola que se quer, para quem e para quê*.

Numa visão progressista e emancipatória a escola constrói seu *currículo em processo e não abre mão do tempo histórico em que vivem os educandos.* Nessa perspectiva só faz sentido pensar currículo como forma de problematizar as questões econômicas sociais e culturais, ou seja, como aglutinador do vivido. Para tanto, é preciso compreender o que se passa no mundo onde estamos vivendo e as formas de agir e atuar neste mundo.

Nenhuma ação educativa se dá sobre o vazio. Para ensinar são necessários conteúdos, que não dispensam a forma como devem ser trabalhados. Paulo Freire alerta para o fato de que ao se discutir conteúdos, é fundamental buscar revelar sua natureza política e ideológica. Logo, faz-se necessário analisar que:

> [...] o currículo pode promover: tanto pelo que ele claramente revela, quanto pelas formas sutis pelas quais ele se oculta. O que o currículo revela diz respeito ao conhecimento escolar que o constitui, selecionado, particular e arbitrariamente, em um universo muito mais amplo de possibilidades (PAIVA, 1997, p. 4).

Deve-se buscar o conhecimento que prepare o homem para o seu tempo, ampliando a sua capacidade de agir na construção do novo, compreendendo e criticando o que vem sendo produzido. Os conteúdos do currículo de EJA deverão trazer as temáticas sociais para a sala de aula, como conteúdos sistematizados, capazes de favorecer a visão interdisciplinar que permita a compreensão da totalidade concreta. O currículo será organizado e selecionará conteúdos que possam portanto, desvendar o papel que os conhecimentos das várias áreas, a ciência e a tecnologia cumprem na sociedade.

Desta forma, estaremos possibilitando o desenvolvimento de conceitos. Para que os conceitos sejam trabalhados, o professor deve diferenciar os dois tipos de *conceitos: os cotidianos e os científicos* ou sistematizados.

Para Vygotsky, os conceitos apropriados pelas crianças/jovens/adultos, nas suas experiências do dia-a-dia na relação com adultos e colegas mais experientes são denominados de cotidianos e os conceitos formados a partir da sistematização dos conhecimentos das diferentes áreas de estudo são denominados científicos.

A apropriação dos *conceitos cotidianos* acontece a partir das interações que o sujeito estabelece na sua história individual e sócio-cultural porém, neste caso, não enquanto formulações sistematizadas.

Já os c*onceitos científicos ou sistematizados* são aqueles que se constituem de formulações sistematizadas, definições científicas elaboradas histórica e culturalmente pelo sujeito humano num processo de generalização e abstração, mediados por outros conceitos ou palavras. Tais conceitos também podem se desenvolver no dia-a-dia, mas dependem da intervenção intencional do outro. Para Vygotsky (1993, p. 46), [...] "o conceito não é uma formulação isolada, fossilizada e imutável, mas sim uma parte ativa do processo intelectual, constantemente a serviço da comunicação, do entendimento e da solução de problemas".

Estes dois tipos de conceitos, embora diferentes estão intimamente ligados pois, à medida que o sujeito se apropria dos conceitos científicos, seus conceitos cotidianos vão sendo reelaborados, atingindo um nível mais aprofundado de compreensão, abstração e generalização.

No processo ensino-aprendizagem deve-se trabalhar com uma série de mecanismos e procedimentos que permitam ao sujeito a apropriação dos conceitos sistematizados, oportunizando uma melhor forma de lidar com o real. Ou seja, a educação de jovens e adultos deve organizar ações que promovam a internalização dos conceitos sistematizados possibilitando formas mais elaboradas de pensamento na resolução de tarefas.

Muitas vezes, no ato de ensinar, trabalha-se apenas com definições, quando na realidade, as definições são apenas um dos elementos do processo de apropriação do cultural. Os conceitos sistematizados ampliam nosso conhecimento do real e nos permitem melhor entender, lidar e interferir significativamente nesse real, no cotidiano.

É importante, que nós educadores e educadoras da EJA saibamos que é necessário que nas nossas práticas pedagógicas sejam apresentadas novas exigências aos alunos, oportunizando novos conhecimentos, considerando a formação de conceitos como uma função primordial no crescimento social e cultural do sujeito, não apenas na apropriação de conteúdos, mas também na forma de raciocinar e agir frente a esse contexto, pois " [...]aprender a direcionar os próprios processos mentais com a ajuda de palavras ou signos é uma parte integrante do processo de formação de conceitos" (VYGOTSKY, 1993, p. 51).

> Comecei no projeto este ano. O meu desejo é saber ler e escrever. Quando comecei só sabia matemática. Agora já sei mais um pouco ler e escrever. Quero ler e escrever para trabalhar e ter dinheiro (Aluno Maicon - 17 anos).
>
> Comecei no projeto no ano de 1998. O melhor, de tudo, é aprender. (Aluna Paulina - 65 anos).
>
> Eu tinha dificuldades no 1ª ano eu aprendi algumas coisa, mas no 2ª eu comecei a entender as operações dividir, multiplicar e somar. Hoje melhorei muito (Aluna Vânia da Rosa David - 17anos).

4 Educação de jovens e adultos: saberes e significados

Buscar o reconhecimento e valorização da Educação de Jovens e Adultos, *na construção de uma identidade própria e o um espaço de direito do sujeito* nos fez perceber que existe o fato, equivocado a nosso ver, *de que muitas pessoas têm a ideia de que basta superficializar os conteúdos para "resgatar" assim, a escolaridade perdida.*

Este fato exige-nos pontuar os conteúdos desenvolvidos na prática pedagógica da EJA, nos estudos correspondentes ao ensino fundamental e ao ensino médio, mesmo que possamos omitir alguns elementos. Os itens elencados na seqüência têm sua origem na análise de várias propostas curriculares, assim como, da nossa prática pedagógica enquanto professoras e professores de EJA. As reflexões aqui tecidas caracterizam-se como possibilidades *para este momento histórico e local* e não pretendem se constituir como únicas e acabadas, que ao serem pensadas na pluralidade de vozes, de professoras, professores, alunos e teóricos estão marcados pela provisoriedade e buscam a visualização de perspectivas futuras.

Nesse sentido, assumindo os pressupostos teórico-metodológicos das diversas áreas da Proposta Curricular do município de São José, buscamos aqui fazer algumas reflexões sobre as áreas de conhecimento no projeto de EJA. Questões especificas e mais aprofundadas, assim como os indicadores bibliográficos de cada área de conhecimento poderão ser encontradas nos documentos correspondentes desta Proposta Curricular.

4.1 Referências para os Anos Iniciais de Escolarização

4.1.2 O processo de apropriação da Língua Portuguesa

> Quando eu vim eu não sabia quase nada. Hoje, então eu me sinto sabida. Sei escrever mais e ler. Por que a pessoa que não sabe ler e um rio sem água (Aluna Josefa Pereira Faria - 50 anos).
>
> No começo não sabia nada. Agora já sei um pouco ler e escrever. Quem não sabe ler é cego (Aluna Olívia - 65 anos).

Ao pensar o processo de apropriação da linguagem escrita na Educação de Jovens e Adultos compartilhamos a concepção de língua assumida nesta proposta curricular de São José, como uma atividade humana complexa que permite ao homem representar a realidade. Mantendo estreita relação com o pensamento, enquanto constitutiva do sujeito caracteriza-se como um processo histórico e social.

É preciso salientar que nesse processo recebemos alunos que mesmo não tendo freqüentado a escola ou quando pouco escolarizados participam de atividades interativas com

o mundo letrado, o que os torna portadores de conhecimentos sobre a escrita, apresentando às vezes na linguagem oral características da linguagem escrita.

Portanto, os adultos não alfabetizados não desconhecem o sistema da escrita e sua função. Suas concepções sobre o sistema da escrita são decorrentes das condições de vida adulta. Não são processos lineares, mas determinados pelas possibilidades diferenciadas de interação com a língua escrita.

É por meio deste processo de interação com a sociedade letrada que adultos pouco escolarizados podem produzir e reconhecer o sistema de escrita e os diferentes tipos de textos. Estas considerações nos remetem à necessidade de situar o que entendemos por letramento e analfabetismo.

Numa sociedade que valoriza a cultura letrada o termo "**analfabeto"** acabou assumindo um significado eminentemente pejorativo, definindo o sujeito pelo que carece e não pelos conhecimentos de que é portador. Hoje, no entanto novos significados vêm sendo relacionados a esse termo sendo que analfabeto não é quem não sabe ler e escrever, mas também aquele que sabendo, é incapaz de compreender ou redigir um texto com determinadas características.

À medida que a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita, não basta apenas aprender a ler e escrever, é necessário incorporar a prática da leitura e da escrita. Para nomear esse novo fenômeno surgiu a palavra **letramento.**

O termo letramento surge de "literacy" que significa *a condição de ser letrado.* É, pois, o adjetivo que caracteriza a pessoa que domina a leitura e a escrita e designa o estado ou a condição daquele que sabe ler e escrever e faz uso competente e freqüente da leitura e da escrita. Ser letrado é ir além de ser alfabetizado, é tornar-se cognitivamente diferente, ou seja o sujeito se apropria de novas formas de pensar.

Entendendo o letramento como um conjunto de práticas sociais que se utiliza da escrita, ampliam-se as agências de letramento para além da escola, abrangendo a família, a igreja, o trabalho, as organizações populares, entre outras.

O processo de letramento tem de considerar a sua dimensão social, o significado que a escrita tem para determinado grupo social e em que tipo de instituição foi adquirida. As mudanças pretendidas por meio do processo de letramento visam a formação de um indivíduo consciente, crítico e transformador, que questione e participe do "poder da língua" na sociedade letrada.

Nesse contexto, para Foucambert (1994) o analfabetismo é o desconhecimento das técnicas de utilização da escrita e iletrismo caracteriza-se pela falta de familiaridade com o

mundo de utilização da escrita, uma exclusão em relação ao todo ou a parte desse modo de comunicação. Assim, cada um de nós é iletrado em diversos campos. Quando esses campos são muitos observa-se até mesmo entre aqueles que foram alfabetizados uma volta ao analfabetismo e ao esquecimento das técnicas básicas que permitem utilizar a escrita.

> Outrora, o analfabetismo resultava da ausência de escolarização. Hoje, aparece como conseqüência do iletrismo. Como o funcionamento social exclui dos processos de decisão e poder entre 50 e 70% dos "cidadãos", estes são excluídos também dos motivos para encontrar na escrita o que ela tem de específico. Seu não saber técnico revela-se como uma resposta equilibrada ao seu estatuto social de não-leitor (FOUCAMBERT, 1994, p. 18).

Desse modo, é primordial refletir sobre as práticas pedagógicas de língua escrita e os aspectos de poder implicados nesse processo para quem está aprendendo a ler e escrever.

Percebemos então que *alfabetizar e letrar* são duas ações distintas, mas não inseparáveis e o ideal seria alfabetizar letrando ou seja: *ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.* Participar do processo de letramento é poder usar a escrita para se orientar no mundo, é entender-se, lendo ou escrevendo, é descobrir e visualizar alternativas e possibilidades do que cada um pode ser.

A escrita torna possível novas estratégias cognitivas, novos modos de pensamento e expressão, novos tempos, novos modos de ver e mostrar a realidade e, dentro dela, o próprio ser humano.Nesse sentido, para Soares (1998) letramento é prazer, é lazer, é ler em diferentes condições. É interagir com a imprensa diária. É usar a leitura para seguir instruções, dar apoio à memória, comunicar-se com quem está ausente.

Ao exigir que o sujeito não apenas conheça, mas faça uso da escrita, há na nossa sociedade uma tendência à desvalorização da cultura oral. Este fato torna-se contraditório, pois a oralidade ainda hoje é a forma de linguagem mais utilizada na humanidade. Perante isso, é preciso unir de novo a oralidade e escrita, elemento que devemos incorporar em nossas práticas pedagógicas.

A prática oral da linguagem escrita provoca a transformação e o desenvolvimento da consciência lingüística no indivíduo e tem também relação direta com a conscientização de seu papel político dentro da sociedade. Logo, a alfabetização pressupõe uma pedagogia da escrita, da voz , do ouvido e do gesto. É um processo rico de interação com as diversas formas da linguagem e signos.

Não é o uso da escrita em si que possibilita mudanças nas formas e conteúdos de pensamento, mas as possibilidades que a escrita desenvolve e as condições que propiciam

esse desenvolvimento. Pois,

> [...] não é a aquisição do sistema de escrita em si que desenvolve o intelecto mas seu uso na multiplicidade de funções. A escrita afeta nossa maneira de pensar nos processos de leitura, na interpretação, na discussão e na produção dos textos. E isso sucede fundamentalmente em situações nas quais diferentes propósitos vão delimitando as escolhas das formas lingüísticas concorrentes (TOLCHINSKY ,1995, p. 59-60).

Desse modo, assumimos o texto enquanto unidade de sentido e significado da língua. O trabalho com textos deve articular o uso de textos impressos e textos produzidos pelos próprios alunos. Textos que não devem ser infantilizados mas que visem a ampliação do conhecimento do sujeito de acordo com a instância de linguagem e funcionalidade social desse texto.

A capacidade de interpretar e aprender com os textos está diretamente ligado àquilo que o indivíduo conhece antes do ato da leitura e é por meio desses conhecimentos que ele poderá interferir no texto, logo, pensamento e linguagem atuam dialogicamente com o texto. É somente por meio do ato de ler que acontece o desenvolvimento da leitura, pois o leitor vai desenvolvendo estratégias de seleção, relacionadas ao tipo de texto, a antecipações realizadas em busca de significados.

O texto é a unidade básica do ensino e não as letras, sílabas, palavras ou frases descontextualizadas, pois o domínio do sistema alfabético, ao contrário do que se pensava, não é pré-requisito e pode ser aprendido num processo mais amplo de aprendizagem da linguagem. Os dois processos, escritura e leitura devem ocorrer paralelamente.

Produzir linguagem é produzir discurso. A manifestação lingüística do discurso se dá por meio do texto. Por isso, o ensino da língua portuguesa deve ter por finalidade o desenvolvimento da capacidade de representação e comunicação, ou seja, da competência *textual.*

A escrita possui suas características formais relacionadas ao sistema notacional (caracteres, sintaxe, semântica, etc.) e possui a propriedade de se constituir como atividade instrumental que se refere ao uso da escrita em situações com objetivos específicos.

Todo texto se organiza dentro de um gênero e possui forma própria. Os gêneros são determinados historicamente pelas intenções comunicativas nas produções de discurso de uso social. Para o ensino das características discursivas da linguagem é necessário introduzir os diferentes tipos de textos, atos de leitura e escritura como existem e são utilizados no mundo, criando-se situações educativas semelhantes às práticas sociais.

Tradicionalmente a escola vem propondo a produção de textos para ninguém ler,

apenas para o educando demonstrar o que sabe ou não e para a professor(a) corrigir. Nesse sentido, a organização dos conteúdos de língua deverá ser realizada de modo a possibilitar uma aprendizagem contextualizada e significativa e, o seu ensino deve centrar-se no uso, na análise e na reflexão constante da linguagem.

Conceitos básicos

1. *Linguagem oral e gestual:* seus usos e formas

2. *Linguagem escrita*: usos e formas e sua historicidade

2.1. Leitura e escritura de texto: os diferentes gêneros discursivos:

- a funcionalidade da escrita
  - textos literários, prosa; poesia, textos jornalísticos, textos instrucionais, (receitas, manuais, regulamentos, normas, etc.), textos epistolares (cartas), textos publicitários, textos informativos (científicos e históricos) e outros.
- sistema alfabético
  - o alfabeto
  - relações ortográficas
  - grafemas e fonemas
  - letras, sílabas e palavras
  - segmentação e espaçamento das palavras
  - pontuação
  - sentido e posicionamento da escrita
  - acentuação
  - campos semânticos e léxicos
  - flexão de palavras
  - concordância verbal e nominal
  - elementos de coesão
  - Análise e reflexão da linguagem.

4.1.3 O processo de apropriação dos conhecimentos Matemáticos

> Eu tinha dificuldades no 1ª ano eu aprendi algumas coisas mas no 2ª eu comecei a entender as operações dividir, multiplicar e somar. Hoje melhorei muito (Aluna Vânia da Rosa David - 17anos).
>
> Eu sou borracheiro, antes quando ia cobrar o meu serviço, eu dizia para as pessoas que estava com as mãos sujas e pedia para elas fazerem as contas. Agora eu já sei fazer sozinho! È bem mais fácil agora! (Aluno João Gonçalves - 35-anos).

A matemática é uma disciplina de fundamental importância para o desenvolvimento do sujeito. Precisa estar ao alcance de todos, para que se apropriem dos conhecimentos científicos e tecnológicos e por meio destes possam compreender e transformar sua realidade.

Só há aprendizagem matemática quando há compreensão e esta deverá ser trabalhada de forma interdisciplinar estabelecendo relação ente os conhecimentos sistematizados e o cotidiano do sujeito. Deste modo, estaremos colaborando para o desenvolvimento conceitual do sujeito.

Todos os conteúdos deverão ser trabalhados, problematizando situações que façam parte da realidade do aluno, e mediando aqueles que estão mais distantes deles, de modo que se evidencie a importância do uso da mesma.

Conceitos

1. Campos Numéricos:
Números naturais:
produção histórico-cultural
conceituação e representação
numeração decimal
operações
Números racionais:
produção histórico-cultural
conceituação e representação
números decimais: noção de razão e proporcionalidade, porcentagem, sistema monetário
operações
números inteiros: produção histórico-cultural, conceituação e operações

2. Campos Algébricos:
- produção histórico-cultural
  - sequenciação
  - conceituação e representação

operações com expressões algébricas

3. Campos Geométricos:
Geometria
- produção histórico-cultural
  - espaço (bidimensional e tridimensional}
  - representações do plano
  - desenho geométrico

Sistema de medidas:
- produção histórico-cultural
  - conceituação de medidas de:

tempo, massa, capacidade, comprimento, ângulo, superfície, volume, peso, velocidade e temperatura...
Estatística (introdução)
- produção histórico-cultural
- conceituação
  - leitura e interpretação de dados estatísticos

(tabelas e gráficos)

4.1.4 O processo de apropriação dos conhecimentos de História e Geografia

> O Brasil. A seca no nordeste continua matando e destruindo a vida de muitas famílias na região. Atualmente o nordeste concentra 53% da pobreza do Brasil com 23,7 milhões de pessoas vivendo com uma renda per capita (Aluno Celso - 40 anos).

A História e a Geografia como ciências sociais e políticas tem como objetivo a compreensão do mundo. O ensino destas ciências na Educação de Jovens e Adultos tem por finalidade compreender a cidadania como participação social e política, fazendo com que os alunos ampliem a capacidade de observar seu meio para compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo, reconhecendo a presença de outros tempos no seu dia-a-dia.

A História e a Geografia estudam o processo histórico que condiciona a formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do espaço geográfico, historicamente transformado pelo homem e organizado econômica e socialmente. A historicidade enfoca o homem como sujeito construtor do espaço geográfico em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

As noções básicas tomam como ponto de referência a realidade vivida pelo sujeito e das pessoas com as quais convive: na família, na comunidade, no bairro, no trabalho... Deste modo, serão enfocadas as relações sociais suscitando questionamentos sobre relações com o mundo natural e social. Nesses questionamentos poderão ser enfocadas noções de tempo; de diferença/semelhança e de permanência/mudança.

Estas noções são fundamentais para se entender a história da vida dos homens, das relações sociais como algo vivo e dinâmico.

É importante trabalhar o cotidiano do sujeito que permite conhecer as semelhanças/diferenças do modo de vida, de trabalho, das vivências e experiências, ressaltando que esse cotidiano é individual, havendo nele elementos universais.

O professor deverá planejar situações nas quais os alunos possam desenvolver o espírito crítico e a capacidade de se situarem como sujeitos individuais, coletivos e sociais, cidadãos construtores do mundo em que vivem.

Coonceitos básicos História:

- Memória e identidade (cotidiano e história de vida)
- Relações de trabalho na história do Brasil.Trabalho, tecnologia e

- Tempo e espaço.
- Direitos civis, políticos e sociais.
- Organização e participação da sociedade.
- emprego.
- O estado brasileiro.
- Manifestações e movimentos culturais

Conceitos básicos Geografia:

- O universo:
- A terra e os astros
- ***Brasil, estados e municípios:***
- Localização
- Divisão
- Relevo
- Hidrografia
- Extrativismo
- População
- Clima
- Vegetação
- Agricultura
- Pecuária
- ***Ação do homem sobre a natureza.***
- Indústria
- Comércio
- Transporte
- Comunicação
- Turismo.

4.1.5 O processo de apropriação dos conhecimentos de Ciências

> Brasil é um País muito rico, muitos verdes mas hoje o Brasil está morrendo há muitas queimadas e muita poluição. A quantidade de água e muito pequena, os jovens de hoje só querem droga e, briga, mas nós podemos ajudar o Brasil (Aluno Antônio Gentil Freitas).

O ensino de ciências tem que se comprometer em explicitar a dinâmica histórica das práticas sociais, das relações que o sujeito estabelece com a natureza e com a sociedade.

Cabe ao professor, a preocupação em ajudar o aluno a compreender como e porque, os conceitos, leis, teorias explicativas do mundo natural alternam-se em sua história e não apenas a ser capaz de descrevê-los.

Para isso, os conteúdos a serem trabalhados devem contribuir na transformação da realidade, desvelando os aspectos contraditórios, estabelecendo condições para que os alunos construam conceitos, e percebam as transformações que resultam da interferência da ação humana.

A ciência por lidar como os fenômenos sociais a ambientais, está em constante movimento, por isso pode ser falível e não dogmática. A discussão destes elementos nos mostra a necessidade de instrumentalizar os alunos(as) para que sejam capazes de compreender o caráter histórico e social da produção de conhecimentos e assim apropriando-se dos conceitos científicos. Estas questões devem ser ampliadas e priorizadas pelos professores de EJA.

Conceitos básicos

- Origem da vida
- Elementos bióticos – estudando e compreendendo melhor os seres vivos
- Compreendendo a estrutura organizacional dos seres vivos
- Corpo humano
- Estudando a reprodução
- Educação sexual e comportamento
- Substâncias tóxicas que afetam o organismo (álcool, cigarro, solventes e inalentes)
- Elementos abióticos – estudando e compreendendo melhor o ambiente físico
- Subsolo e suas riquezas naturais
- Solo e agricultura
- Ocupação do solo (aspectos sociais e ecológicos)
- O ar
- Camadas da atmosfera
- Camada de ozônio
- Efeito estufa
- Fatores atmosféricos
- A água
- Diferentes tipos de água.
- Necessidade de tratamento da água.
- Fenômenos que ocorrem na natureza e sua influência ambiental e sua influência sócio- econômica
- Sol e Lua
- Movimentos da terra
- Utilização da energia solar
- Influência do solo sobre os elementos do meio
- A interação do homem com a natureza
- A energia e o trabalho na vida humana
- Processos de produção
- Eletricidade na atmosfera

4.1.6 O processo de apropriação dos conhecimentos de Artes

> O meu desenho é o desenho mais bonito de todos, afinal é o primeiro desenho que eu faço. Eu consegui fazer! (Aluna Joana Santos - 62 anos).

Na EJA entendemos "[...] **a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas**"(PCNs, 1997, p.30) e, portanto, seu ensino poderá se constituir como articulador com as demais áreas no desenvolvendo o pensamento artístico e da reflexão estética.

O ensino de arte deve possibilitar a apropriação, a fruição de conhecimentos e o desenvolvimento do pensamento artístico. Os conhecimentos de arte-educação possibilitam o modo de perceber, sentir e articular significados, valores e culturas que governam os diferentes tipos de relações entre os indivíduos na sociedade. Para tanto, precisamos constituir um ensino significativo que possibilite ao sujeito compreender o objeto de estudo da arte e a percebam e vivenciem como forma de produção, fruição e contextualização histórica das diversas dimensões e formas de representação artísticas.

Conceitos:

- História da arte
- Estudo do tempo e espaço
- Manifestações culturais
- Obra de arte hoje e ontem
- Limitações das linguagens artísticas
- Diferentes artes (arte cênica, música, literatura e outros)
- Distinção de gêneros artísticos
- Criação
- Surgimento da obra
- Autor
- Pesquisa
- Relações com a realidade
- Representar fatos de textos escritos e verbais por meio de atividades corporais e figurativas
- Criar e recriar histórias, elaborar histórias a partir de livros, textos, quadrinhos e desenhos dos alunos
- **Música:**
- Leitura musical (notação musical)
- Gêneros musicais
- Instrumentos (criação de instrumentos)
- Reprodução e produção de sons.
- Canto
- Dança
- História da música
- Representações gráficas
- Criação rítmicas e melódicas
- Letras musicais (composição)
- **Representação das Imagens:**
- Ilustrações, cartazes e placas
- Obras da arte (modernismo brasileiro)
- Histórias em quadrinhos (criação)
- TV e Vídeo
- Descrição de imagem
- Interpretação
- **Leitura e representação das formas e do espaço:**
- Posição
- Proporção
- Leitura visual
- Semelhança / diferença
- Formas geométricas
- Distância
- Pontos/referência
- Tempo
- Movimento
- Textura (natural e artificial)
- **Produção Artística**:
- Desenhar, pintar, cantar, modelar, dramatizar, dançar, declamar, produzir textos e outros
- Representar fatos escritos
- Criar e recriar histórias
- Criar e recriar fatos reais
- Objetos do cotidiano

4.1.7 O processo de apropriação dos conhecimentos de Educação Física

> Professor, agora que a gente tem educação física e pode se exercitar, significa que vou emagrecer? (Aluna Paula, 47 anos).

Apresentamos aqui uma proposta de trabalho baseada nas experiências do professor durante todo o primeiro semestre do ano de implantação da disciplina de educação física no projeto EJA. Entende-se por experiências, as pesquisas feitas sobre os alunos quanto às suas

origens, preferências, profissões, anseios, hábitos de vida, condições de saúde, peso, altura etc. As análises feitas após todas as atividades aplicadas, seu desenvolvimento e resultados, principalmente pelo *feedback* fornecido pelos alunos e também na literatura disponível especialmente sobre saúde e qualidade de vida, que é o que pretendemos enfatizar no nosso trabalho.

A análise e compreensão desses fatores nos possibilitaram o desenvolvimento desta proposta de trabalho, que julgamos neste momento ser interessante, importante e adequada para as turmas de educação de jovens e adultos.

Existem alguns pontos extremamente importantes a serem considerados durante o processo de planejamento de um programa de educação física para jovens e adultos. Primeiro, a heterogeneidade é uma característica presente em todas as turmas, em que facilmente são detectadas diferenças como, por exemplo, a idade, em uma única turma ela pode variar entre 14 e 80 anos, as condições de saúde dos alunos também são as mais variadas possíveis assim como a composição corporal.

Outro fator a ser considerado é a falta de cultura da atividade física, apesar de todas as informações de que dispomos atualmente sobre o tema, o povo brasileiro, principalmente nas camadas economicamente mais baixas da sociedade, ainda não incorporou a prática de atividade física no seu dia a dia, por não ter plena consciência de sua importância e benefícios.

Essas questões acima citadas obrigam o professor de educação física que se propor a trabalhar no projeto EJA, uma intervenção prudente e científica, sob pena de não alcançar os objetivos propostos e até por em risco a saúde física dos seus alunos.

Assumindo os pressupostos teórico-metodológicos do documento de educação física da proposta curricular do município de São José, buscamos aqui fazer algumas reflexões sobre esta área de ensino no projeto de educação de jovens e adultos.

Entendemos neste momento que *a educação física na educação de jovens e adultos tem como objetivos* desenvolver ações que contribuam no desenvolvimento consciente dos alunos, de modo que eles possam entender melhor as variáveis que atuam e atuaram durante todo o seu processo evolutivo, vendo-se não como um ser isolado mas como parte integrante de um todo, e principalmente; proporcionar a eles uma maior conscientização acerca da importância da atividade física no seu dia a dia, possibilitando assim um acréscimo na sua qualidade de vida em geral, e consequentemente um aumento na auto estima, que é muito baixa

na maioria dos casos.

Sendo assim, não podemos nos prender muito a questão do desenvolvimento motor, pois o adulto em geral já possui padrões de movimento bem definidos e desenvolvidos, e além disso cada turma possui apenas uma hora aula semanal, o que dificulta um pouco as ações do professor nesse sentido. Porém, é claro que o professor pode e deve ajudar o aluno na apropriação de novas habilidades motoras e no aprimoramento das já adquiridas.

No entanto, o que pretendemos priorizar é a aquisição ou melhora da saúde física e mental, e consequentemente o aumento da qualidade de vida dos nossos alunos, dentro dessa busca podemos trabalhar variados temas tais como: motivação, auto estima, socialização por meio do exercício e do esporte, alimentação, higiene, corporeidade, lazer, bem estar, ética, cidadania, meio ambiente e pluralidade cultural por meio do esporte.

As metodologias utilizadas para a aplicação destes temas interdisciplinares podem ser as mais variadas possíveis como: aulas teóricas e práticas, vídeos, palestras, debates, passeios, jogos, brincadeiras, dinâmicas de grupo, sessões de alongamento, relaxamento, ginástica, caminhadas , etc.

O professor, por sua vez, deve assumir uma postura que o torne não só o líder mas também um integrante daquele grupo durante a aula. Deve ouvir, discutir, debater com os alunos, abrindo espaço para que eles coloquem suas idéias e sugestões, nunca subestimando os alunos respondendo algo que não tenha certeza, nunca agindo com subterfúgios, achando que é superior aos alunos.

O professor agindo como um observador atento, paciente, amigo, como um sujeito que propõe trocas de conhecimento e que antes de sua aula expõe seus objetivos e conteúdos a serem trabalhados estará contribuindo para o sucesso do seu trabalho e investindo muito na qualidade da relação professor-aluno e da interação de todas as partes envolvidas no processo.

5. Educação de jovens e adultos: caminhos e possibilidades

Para pensar o trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos, numa abordagem de organização curricular buscamos na teoria de Vygotsky, concepção histórico-cultural, a compreensão da relação que se estabelece nos atos de ensinar e aprender entre os diferentes sujeitos e entre sujeito e o conhecimento.

O professor, como um dos sujeitos mediadores da relação escolar com o conhecimento, e neste caso, considerado um sujeito culturalmente mais experiente, deverá promover o desenvolvimento, pois o bom aprendizado é aquele que antecede o desenvolvimento.

Nesse sentido apontamos os projetos de trabalho como uma possibilidade de organização significativa do conhecimento para a EJA.

> Quando falamos de projetos supomos que podem ser um meio que nos ajude a repensar e a recriar a escola. Entre outros motivos, porque por meio deles estamos tentando reorganizar o tempo, a relação entre os docentes e os alunos e, principalmente, porque permite-nos redefinir o discurso sobre o conhecimento escolar (aquilo que regulamenta o que deve ser ensinado e como fazê-lo) (HERNÁNDEZ, 1998, p. 29).

Os projetos de trabalho pretendem, nesse sentido, constituir-se em recursos de mediação instrumental para a organização, sistematização e avaliação do trabalho pedagógico, partindo de conceitos mediadores para a realização de atividades de análise, síntese e reflexão do conhecimento científico, considerando os conhecimentos já apropriados pelos alunos no seu contexto sociocultural.

O planejamento por projetos surge como uma possibilidade de enfocar diferentes áreas do conhecimento e trabalhar tendo em vista a execução de tarefas reais, inseridas na vida cotidiana dos alunos. Opta por uma visão de currículo que busca a interdisiplinariedade no sentido de articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, de forma a tentar constituir uma unidade interpretativa na explicação da realidade, sem parcelamentos. Esta abordagem vem sendo focalizada como "aprendizagem *integrada* que se realiza em torno de temas, idéias ou problemas, relacionando-se contribuições provenientes de especialidades ou cadeiras diversas" (SACRISTÁN, 1998, p. 192).

É importante ter em vista que os projetos são procedimentos metódicos de média e/ou longa duração. A função do educador, neste processo, é de exercer o papel de mediador, realizando um planejamento e tendo o fio organizativo desse processo.

Essa forma de trabalho propõe a re-significação dos conteúdos, ou seja, estes são vistos como seleção de saberes culturais. Por meio deles, introduz-se a aprendizagem não só de conceitos, como também de fatos, procedimentos, atitudes, normas, valores, sentimentos, linguagens, crenças, interesses.

> A partir dessa perspectiva, uma tarefa fundamental do currículo escolar consistirá em traçar questões do tipo: como se produz este fenômeno? Qual é a origem desta prática? Sempre foi assim? Como percebiam isso as pessoas de outras épocas e lugares? Tinham a mesma opinião que nós? Como se explicam essas mudanças? Por que tal visão é considerada como natural? Por que se excluem outras interpretações? [...] Com isso, a cultura escolar adquire a função de refazer e renomear o mundo e ensinar os alunos a interpretar os significados mutáveis com que os indivíduos das diferentes culturas e tempos históricos dotam de sentido a realidade (HERNÁNDEZ, 1998b, p. 58).

Os conteúdos indicam os aspectos do desenvolvimento que a educação deseja promover. O ensino e a aprendizagem destes não têm um fim em si mesmos, mas são meios para o desenvolvimento de capacidades, para que se alcancem os objetivos educacionais.

Trabalhar por projetos implica levar em consideração o modo como os jovens e adultos pensam e aprendem e a melhor maneira de possibilitar aos sujeitos diversos tipos de interações/experiências.

5.1 Possibilidades práticas de organização do ensino com projetos de trabalho

Na organização da prática pedagógica no sentido de buscar articulações interdisciplinares ao pensar os projetos de trabalho, destacam-se alguns pontos relevantes que se constituem em subsídios para a sua realização:

Poderão ser diversas as formas de iniciar um projeto e da escolha de seu tema: por meio de uma notícia de jornal, de questões postas pela realidade social e local do relato de um fato interessante por alguém do grupo, da leitura de uma história, uma reportagem, de uma viagem de estudos realizada pela turma, de uma proposta da comunidade entre outros.

Escolhido o tema é produzido um planejamento coletivo das tarefas individuais, de pequenos e grandes grupos e a distribuição do tempo.

Selecionam-se os recursos materiais e a participação de pessoas envolvidas e elabora-se um quadro de responsabilidades e um índice do trabalho a ser desenvolvido.

Cabe ao professor(a)

Articular o tema com os interesses, os conhecimentos dos sujeitos e os objetivos gerais previstos para o período letivo, integrando as diferentes áreas do conhecimentos, realizando uma previsão dos conteúdos que podem vir a ser trabalhados, assim como buscar novos conhecimentos com relação ao tema.

Discutir e trocar experiências com os professores envolvidos no projeto sugerindo novos trabalhos.

Socializar os conhecimentos desenvolvidos no projeto com os demais profissionais da unidade escolar, assim como com a comunidade.

Na apropriação de conhecimentos o grupo de jovens e adultos poderá buscar informações externas em diferentes tipos de fontes: conversas, entrevistas, passeios, visitas, entrevistas, observações, exploração de materiais, experiências concretas, pesquisas bibliográficas, internet...

A biblioteca da escola e a sala de informática deverão constituir-se em um espaço organizado para os estudos e pesquisas dos alunos, assim como em um espaço de mediações com outros jovens e adultos.

A parceria com as famílias, a atividade profissional e a comunidade – são ótimos elementos de informação para os alunos e professores (as).

O registro das atividades é um momento muito importante, pois é necessário escolher o que deve ser registrado, selecionar e reelaborar as partes mais significativas. Estes materiais constituem-se em instrumentos de acompanhamento da aprendizagem e poderão ser: trabalhos dos alunos, textos coletivos organizados pelo (a) professor (a) e o grupo, montagem de painéis, registros, gráficos e outros. Á medida que as informações são organizadas, vai-se avaliando o que os alunos já sabem e a previsão de novos encaminhamentos. O registro também permite que os sujeitos valorizem o uso social da linguagem.

A organização das informações - os jovens e os adultos juntamente com os seus professores(as) elaboram e apresentam o material coletado e participam da organização. Assim, o grupo avalia e organiza as informações. A partir desse momento o grupo propõe novos encaminhamentos com trabalhos individuais, de pequenos ou de grandes grupos.

Para essa organização poderão ser utilizadas diferentes linguagens como: jogos, atividades dramáticas, experiências científicas, desenhos, escultura, marcenaria, música,

números, cálculos, seriações, textos coletivos, histórias orais e escritas, de acordo com as temáticas trabalhadas.

Depois de organizados e realizados os trabalhos podem ser realizadas exposições, por meio de diferentes linguagens. A avaliação do trabalho desenvolvido é feita a partir do reencontro com a situação-problema levantada inicialmente, com os comentários feitos sobre o proposto e o realizado.

É importante que o grupo divulgue o que está fazendo e que os próprios alunos(as) tenham oportunidades de fazê-lo.

Cada final de projeto propõe novas perguntas que poderão encaminhar novos projetos.

Referências

ALMEIDA, Neide A. **Letramento ou alfabetização**. Revista Alfabetização e Cidadania, n.3. ago.1996.

ANDRÉ, Marli. **Pedagogia das diferenças na sala de aula.** Campinas, SP. Papirus, 1999.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov).**Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, HUCITEC, 1992.

BRASÍL. **Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1° segmento do ensino fundamental**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano - Artes de Fazer**. (Trad. de Ephraim Ferreira Alves). Petrópolis, RJ. Vozes, 1994.

DURANTE, Marta. **Alfabetização de Adultos- Leitura e Produção de Textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FICHTNER, Berndt. **A Escola Histórico-Cultural e a Teoria da Atividade:** A importância na Pedagogia Moderna. Cadernos de Pesquisa/ UFSM, 1996.

FICHTNER, Berndt. **A Psicologia Histórico-Cultural - Contribuições para a educação do Terceiro Milênio.** In Anais do II Congresso Internacional de Educação de Santa Catarina. Florianópolis, SC. SED, 1998.

FLORIANÓPOLIS, Secretaria Municipal de Educação. **Traduzindo em ações: das diretrizes a uma proposta curricular. Jovens e Adultos.** Florianópolis, 1996.

FOUCAMBERT, Jean. **A Leitura em Questão**. (trad. Bruno Charles Magne), Porto Alegre,

Artes Médicas, 1994.

FRAGA, Antonio Viñao. **Alfabetização na Sociedade e na História: vozes, palavras e textos.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Álvaro Hypólito e HELENA b. m. DE Souza. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE PAULO**. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra. 1997.

FREIRE PAULO e SCHOR, Ira. **Medo e Ousadia - O Cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

FREIRE PAULO **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra. 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler, em três artigos que se completam.** 14ª. ed. São Paulo: Cortez. 1994.

FUNDAÇÃO ROQUETE PINTO. **Programa um Salto para o Futuro. Que Conteúdos Dilemas na Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro: maio de 1997.

FUNDAÇÃO ROQUETE PINTO. **Programa um Salto para o Futuro. Proposta Pedagógica.** Rio de Janeiro: maio de 1997.

GARNIER, Catherine [et. Al]. **Após Vygotsky e Piaget: Perspectiva Social e Construtivista – Escolas Russa e Ocidental.** Trad. Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GERALDI, Corinta Maria Grisolia. FIORENTINI, Dario. PEREIRA, Elisabete Monteiro de (Orgs) **Cartografias do trabalho docente / professor(a)-pesquisador(a)** Campinas, SP: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil –ALB, 1998.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de Passagem.** São Paulo: Martins Fontes. 1993.

GNERRE, Maurício. **Linguagem, escrita e poder**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. & SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A Criança e a Linguagem escrita: Considerações sobre a produção de Textos.** In ALENCAR, E. S. **Novas Contribuições da Psicologia aos Processos de ensino e Aprendizagem**. Cortez, 1993.

HERNÁNDEZ, Fernando. **A organização do Currículo por Projetos de Trabalho – O conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1998.

HERNÁNDEZ, Fernando. Repensar a função da escola a partir dos projetos de trabalho. **Revista Pátio**, Porto Alegre, Ano 2, n.6, agos./out 1998a.

HERNÁNDEZ, Fernando. Os projetos de trabalho e a necessidade de transformar a escola. **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, Vol. 4. Mar./abr. 1998b.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e Mudança na Educação – Os Projetos de Trabalho**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1998.

KLEIMAN, Angela B. (org.). **Os Significados do Letramento.** Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KRAMER, Sonia, (1992). **Por entre as pedras: arma e sonho na escola.** Tese de Doutoramento. PUC do Rio de Janeiro. Publicado em 1992, São Paulo: Ática.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **As Vozes de Carolina, José e Daniel...** Campinas: Universidade Estadual de Campinas/ UNICENTRO, 1996. [Dissertação de Mestrado]

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **Educação de Jovens e Adultos: Espaço de encontros... de aprendizado... de todas a vozes...** 2000 (no prelo).

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **Linguagem Escrita: Leitura, Produção e Reestruturação.** Joinville: (mimeo).1997.

LURIA, Alexander Romanovich. **Desenvolvimento Cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais.** Trad. Fernando Limongeli Gurgeira. São Paulo: Ícone, 1990.

OLIVEIRA, Marta Köhl de. **Analfabetos na Sociedade Letrada: Diferenças Culturais e Modos de Pensamento.** Revista Travessia. 1992.

OLIVEIRA, Marta Köhl de. **Inteligência e vida cotidiana. Competências cognitivas se adultos de baixa renda.** Caderno de Pesquisa, São Paulo (44):45:54, fev. 1983.

OLIVEIRA, Marta Köhl de**. Vygotsky - aprendizado e Desenvolvimento - Um processo Sócio-Histórico**. São Paulo, Scipione, 1993.

OLIVEIRA, Z.M.R. Interações sociais e desenvolvimento: a perspectiva sociohistórica. In. Cadernos CEDES, 35: **Implicações pedagógicas do modelo histórico cultural.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

PAIVA, Jane. **Trabalho: A Mão na Massa**. In: PROGRAMA UM SALTO PARA O FUTURO. Série Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: Fundação Roquette Pinto. 16 maio 1997.

PAIVA, Jane. **Que Conteúdos Dilemas na Educação de Jovens e Adultos**. In: PROGRAMA UM SALTO PARA O FUTURO. Série Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: Fundação Roquette Pinto. 16 maio 1997.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação – Da Excelência à Regulação das Aprendizagens – Entre duas Lógicas**. Porto Alegre: Art Med, 1999.

PERRENOUD, Philippe**. Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1.999.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada**. Porto Alegre. Artes Médicas, 2000

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky - Uma perspectiva histórico cultural da educação**. 1995.

REGO, Teresa.C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 2° ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

REVISTA **PÁTIO**, Porto Alegre, Ano 2, n.7, nov./98jan/99.

RIBEIRO, Mazagão**.** Ensino Fundamental de Jovens e Adultos: idéias em torno do currículo. **In: Seminário Internacional de Educação de Jovens e Adultos. IBAEC - Brasília: MEC, 1997.**

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo – Uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre, RS: ARTMED, 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular –Disciplinas Curriculares.** Florianópolis, 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular – Temas Multidisciplinares.** Florianópolis, 1998.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular.** Florianópolis, 1991.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Abordagem às Diversidades no Processo Pedagógico.** Florianópolis, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade - Uma Introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SMOLKA, Ana Luiza B. & LAPLANE, Adriana Friszman. **O trabalho em sala de aula: teorias para quê?**. Campinas: Texto mimeo.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TOLCHINSKY , Landsmann, Liliana. T. **Aprendizagem da Linguagem Escrita**. São Paulo. Ed. Ática S.A.,1995.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso.** Campinas: Pontes. 1988.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1995.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa – Como Ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

5.2 POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO INTERDISCIPLINAR E A NOVA MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS/SÃO JOSÉ/SC?[3]

Mª Hermínia Lage Fernandes Laffin[4]

Este texto tem como objetivos apresentar um debate sobre possibilidades de organização curricular em que se respeitam os conhecimentos específicos das áreas, mas ao mesmo tempo possa permitir uma ação interdisciplinar. Esse debate é importante particularmente no contexto da alteração da Matriz Curricular do Ensino Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de São José (2015) a qual propõe o desenvolvimento de atividades complementares da parte diversificada da Matriz Curricular no decorrer da semana e organizadas mediante projetos interdisciplinares, conforme Resolução N° 51/2014/COMESJ/SC.

O Caderno de Porto Alegre ao buscar articulações interdisciplinares adotou uma concepção de 'totalidades do conhecimento', segundo a qual:

> Os conteúdos libertam da seriação, da fragmentação, da hierarquização e da descontextualização, peculiares da escola tradicional, passando a ter uma conotação interdisciplinar, considerando que "o mundo material é dialético, isto é, está em constante movimento e as coisas estão em constante relação recíproca, ou seja, nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido isoladamente, fora dos fenômenos que o rodeiam" (PORTO ALEGRE, 1996, p. 22-23, grifos da fonte).

Nossa tentativa é de propor o desenvolvimento de projetos previstos interdisciplinarmente na organização da matriz curricular, prevendo tempos para aprofundamento de conhecimentos específicos. A perspectiva dos projetos busca construir um sentido mais amplo para a compreensão de eventos e fenômenos relacionados ao cotidiano e ao conhecimento científico. Na apreensão dos saberes escolares, os projetos possibilitam organizar o currículo de modo que os sujeitos jovens e adultos possam trabalhar em cooperação com os seus colegas e professores, tomando decisões e fazendo suas escolhas. Nessa abordagem para

---

[3] Texto adaptado de: LAFFIN, Mª Hermínia Lage Fernandes. "Conversas de Escola". NUP, 2006 e atualizado em 2015 para fins didáticos.

[4] Professora do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: herminialaffin@gmail.com

que possamos ter maior consistência no ensino na perspectiva dos projetos, estamos desenvolvendo atividades teóricas e práticas, articuladas com os projetos de trabalho.

Os projetos de trabalho, que preveem uma organização interdisciplinar vêm se mostrando como possibilidade de nos aproximarmos da identidade dos alunos, de revisarmos a organização do currículo por disciplinas no tempo e espaço escolares e de resgatarmos, de maneira crítica, o que acontece fora da escola, diante das transformações derivadas da imensa produção de informação que caracteriza a sociedade atual, como nos aponta Fernando Hernández:

> Associo aos projetos de trabalho, não como uma metodologia, mas como uma concepção de ensino, uma maneira diferente de suscitar a compreensão dos alunos sobre os conhecimentos que circulam fora da Escola e de ajudá-los a construir sua própria identidade. O que me preocupa é repensar o papel e a função da educação escolar. As mudanças que ocorrem dentro e fora das paredes da Escola (da educação infantil até a Universidade) constituem hoje um desafio para repensar a Escola e para tentar responder ao processo de mudança que também é vivido pelas crianças e, principalmente, pelos adolescentes que frequentam essa instituição. (HERNÁNDEZ, 1998, p. 27).

Nesse sentido, junto a uma instrumentalização teórica consistente e adequada aos projetos político-pedagógico das escolas, aliada à crença de que é possível formar e transformar as pessoas para exercerem sua cidadania com aguçado espírito de solidariedade, continuaremos refletindo/transformando nossa prática pedagógica.

O conhecimento ao ser selecionado e organizado curricularmente, muitas vezes acaba se caracterizando como um recorte simplificado, reduzido e condensado do saber científico. Tal recorte ao ser trabalhado de forma descontextualizada das origens de sua produção pode dificultar uma aprendizagem com compreensão.

A escolha dos saberes escolares ao serem ensinados ocorre mediante decisões fundamentadas na concepção de conhecimento em determinado momento histórico. Com isto ao pensarmos os modos de lidar com o conhecimento.

Com essa abordagem ao planejar os projetos é preciso ter a preocupação de trabalhar o conhecimento de forma contextualizada, assim como, de favorecer a organização de relações interdisciplinares do conhecimento. Ao pensarmos a questão das possibilidades de estabelecer relações interdisciplinares, buscamos referências em ZABALA (1998, p. 143-144) que situa três graus de relações interdisciplinares:

-Multidisciplinar: é a mais tradicional, não aparecem explícitas as relações que podem existir entre as disciplinas. É uma organização somativa.

-Interdisciplinar: na qual há intencionalmente a interação entre duas ou mais disciplinas. Desde a comunicação de ideias até a integração recíproca dos conceitos fundamentais, da teoria do conhecimento, da metodologia e dos dados da realidade.

-Transdisciplinares: é o grau máximo de relações entre a disciplinas, supõe uma integração mais global e favorece uma unidade interpretativa com o objetivo de constituir uma ciência que explique a realidade sem parcelamento. Determina certas relações de conteúdos com pretensões integradoras. Segundo Zabala essa relação transdisciplinar se estabelece muito mais como desejo do que efetivamente uma prática concreta.

Sobre esta questão surgem no âmbito dos encontros de formação com professores[5], elementos fundamentais para podermos pensar não só a possibilidade de mostrar as alternativas e alcances possível para a prática pedagógica no ensino fundamental, mas também, as interrogações e dúvidas que vão permeando esse processo, uma vez que reconhecemos a complexidade que marca as práticas escolares. Assim, temos na fala da professora Joseane Pinto de Arruda (Colégio de Aplicação/UFSC), uma série de indagações que nos fazem refletir, estudar, produzir novas práticas e nos interrogar constantemente:

> Trabalhar em grupo é complicado, é um desafio, pois somos pessoas com histórias diferentes, mas a troca é significativa e imprescindível. O que questionamos ao pensar projetos é como não fragmentar, como relacionar conhecimento e como fazer isso sem perder a especificidade e aprofundamento de cada área. Outra questão refere-se à relação ensino-pesquisa. É preciso estudar e refletir sobre tudo isso no grupo. Com relação à realização do planejamento integrado tem sido uma boa experiência! (LAFFIN, 2006)

Com relação à questão do trabalho interdisciplinar vale a interrogação da professora ao se questionar, como lidar com a organização e com o ensino do conhecimento numa perspectiva interdisciplinar, sem, no entanto, fragmentar e superficializar, como disse a professora, sem 'forçar a barra' e 'fazer de conta' que estamos trabalhando interdisciplinarmente. Realmente me parece que precisamos refletir sobre isso, pois os limites podem ser bastante tênues.

[5] Exemplos disso foram apresentados no seminário de dezembro de 2014 do GT de Currículo.

Possibilidades de Integração Curricular

Com relação à questão do planejamento curricular interdisciplinar ou integrado como o denomina Jurjo Santomé (1998, p. 206), buscamos contribuições desse autor para nos ajudar nesta questão. O mesmo situa a classificação elaborada por Richard Pring (1976). Para Santomé a possibilidade de integração curricular significa a estruturação das diferentes áreas de conhecimento de modo a abordar temáticas significativas aos sujeitos de aprendizagem de modo a pensar uma perspectiva interdisciplinar. Segundo ele podemos ter diferentes maneiras de integrar o currículo:

1. **Integração correlacionando diversas disciplinas** – nesse caso os conceitos de uma disciplina se relacionam com conceitos de outras, como no caso de um conhecimento matemático se imprescindível para a compreensão de um fenômeno biológico.
2. **Integração através de temas, tópicos ou ideias** – opta-se por um tema que permite integrar diversos conteúdos e atividades característicos de diferentes áreas do conhecimento.
3. **Integração em torno de uma questão da vida prática e diária** – os conhecimentos a serem estudados, temas da vida cotidiana, são apresentados de maneiras não disciplinar, estando presentes em diversas disciplinas.
4. **Integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes** – parte-se da importância da pesquisa como estratégia principal de aprendizagem a partir de questões de pesquisa decididas pelos próprios alunos.

Com isso, este autor nos dá alguns indicativos para aquelas famosas perguntas **"Por onde eu começo"? Como escolho um tema de um projeto? Que princípios me orientam na perspectiva dos projetos de trabalho na sua organização?**

Compreendemos esta perspectiva dos projetos de trabalho como um modo de organização do conhecimento que nos possibilita lidar com a ideia de projetos de estudos com compreensão e em profundidade em uma base contínua. Ou seja, um projeto inicia com algumas ideias e vai avançando por um período para um estudo longo e complexo, no qual são

observados e considerados os interesses, as questões e ideias dos alunos e o conhecimento científico. No entanto, gostaríamos de destacar também que um projeto pode ser disciplinar, entretanto, buscado sempre a relação entre conceitos de uma mesma área, buscando sua contextualização histórica, pois trabalhar disciplinarmente é diferente de ser meramente conteudista. Os projetos podem ser organizados por conceitos das áreas de conhecimento em cada fase, por temáticas relacionadas à questão social ou de interesse de estudantes e professores.

Nesse sentido, relembra-se que nossos estudantes precisam cumprir no conjunto do curso 300 horas de atividades complementares da parte diversificada da Matriz Curricular e mediante o Art. 3° da Resolução N° 51/2014/COMESJ/SC:

> As atividades complementares da parte diversificada da Matriz Curricular deverão ser definidas coletivamente na Unidade de Ensino no início do semestre, em conformidade com a Proposta Curricular do Município, para que todas as turmas compartilhem do mesmo trabalho. (SÃO JOSÉ, 2014)

Já os Art. 4° e 5° indicam que ações podem ser consideradas para computo das 300 horas:

> Art. 4°. Farão parte das atividades complementares da parte diversificada da Matriz Curricular, além dos projetos interdisciplinares, todas as atividades realizadas em período contraturno como festa junina, desfile cívico, mostra cultural, seminários, entre outras que compõem o calendário letivo[6]. Art.. 5° Os professores deverão planejar a partir do contexto da comunidade escolar, todas as atividades a serem realizadas no decorrer do semestre letivo, contemplando os conteúdos mínimos necessários ao desenvolvimento científico, cultural e social dos estudantes.

Desse modo será possível aprofundar conhecimentos específicos das áreas e articulá-los aos projetos de trabalho. Desse modo o sujeito poderá desenvolver também a capacidade de

---

[6] Na Educação de Jovens e Adultos em Florianópolis/SC está prevista a realização de atividades de produção externa às aulas para computo de parte da carga horária: "Diariamente, a avaliação é realizada por meio das horas de produção". Considerando-se que uma noite de trabalho corresponda a 4 horas de produção, os estudantes serão avaliados com indicadores de 1 a 4 horas de produção, conforme o envolvimento dos mesmos nas atividades propostas. [...] Além da avaliação das aprendizagens por horas de produção, os núcleos deverão prever situações de aprendizagem por meio de atividades de produção externas, como oportunidade para o reconhecimento de saberes não tangenciados pelas pesquisas. FLORIANÓPOLIS (2012). Fonte FLORIANÓPOLIS. **Diretrizes Para a Implantação do Plano de Curso da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis**, Secretaria Municipal de Educação. 2012. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=educacao+de+jovens+e+adultos+++eja&menu=7

refletir com e sobre a organização curricular desses conhecimentos em um sistema conceitual, instrumentalizando-se para o modo típico do pensar valorizado pela sociedade letrada.

Estas são algumas ideias iniciais para subsidiar os trabalhos de professores no desenvolvimento dessa nova proposta que merece ser documentada, estudada, registrada, para que possa subsidiar a rede na continuidade do processo. Tal processo será objeto de trabalho nos encontros coletivos destinados a parte das horas atividades no contexto da escola e da formação.

Referências

GOMES, Márcia. **Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS**: Arte-Educação e Identidades Étnico raciais Afro-Brasileiras. Dissertação De Mestrado. Faculdade E Educação Programa De Pós-Graduação Em Educação. Porto Alegre, 2004.

CASTRO, Dinorá de. **A 'Escola Municipal Flor do Cerrado'**: uma experiência de educação de adolescentes, jovens e adultos em Goiânia. UCG – GT: educação de Pessoas Jovens e Adultas. Nº 18. ANPED: Caxambu, 2007.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. **A construção de uma proposta democrático popular de educação para adolescentes, jovens e adultos (EAJA) da rede municipal de educação de Goiânia, pelos sujeitos do processo educativo**. Projeto de Pesquisa, 2001.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e a mudança na educação:** os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LAFFIN, M. Hermínia Lage Fernandes; SILVA, Vânia Beatriz Monteiro. (Org.) . **Conversas de Escola**. 1. ed. Florianópolis: NUP- Núcleo de Publicações do CED/UFSC, 2006. v. 1000. 128p .

MEDRANO, Sandra Mayumi Murakami. **O professor na construção de conhecimentos dos alunos**. In: http//www.tvebrasil.com.be/SALTO/bletins2001/eja/ejatxt3.htm

PORTO ALEGRA. SEJA, Serviço de Educação de Jovens e Adultos. **Em busca da unidade perdida, totalidades de conhecimento:** um currículo em Educação Popular. Cadernos Pedagógicos N.8. Secretaria Municipal de Educação. Porto Alegre. 1996.

SACRISTÁN, J. G. **Currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

SÃO JOSÉ, Secretaria de Educação**. Resolução N° 51/2014/COMESJ/SC**: Regulamenta a Matriz Curricular do Ensino Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de São José a partir do ano letivo de 2015, São José/SC, 2015.

ZABALA, A. **A prática educa**tiva: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS ANOS FINAIS E ENSINO MÉDIO DE ESCOLARIZAÇÃO

6.1.1 Língua Portuguesa

Professores Elaboradores:
Ana Maria Zys Benvenutti
Antonio Prado
Claudia da Silva
Cláudia Regina Pinheiro Pires
Clezia J. da Costa
Elenice F. Soares
Elizete Soares Geraldi
Fabiana de Souza Silvy
Joceli Neves
Lucia Maria Ocker
Maria Amalia Amaral
Maria Terezinha
Mariléia Backes
Neli Junckes da Silva
Regina R. Camargo
Reginaldo Marques
Renata Veiga
Rosi Elaine Rodrigues Ramos
Selba Eloá S. Parente
Valéria Reis
Vanda Lucia do Vale de Oliveira

6.1.1 Concepção do Ensino de Língua Portuguesa

O ensino na Educação de Jovens e Adultos deve levar em conta que o processo de construção do conhecimento se dá no dia-a-dia de forma contextualizada, dinâmica e processual, visando aprimorar o processo de ensino-aprendizagem a partir da concepção sócio-interacionista e sócio-histórica de Vygotsky.

Levando o educando a perceber que ele faz a sua própria história, socializando seus conhecimentos e se apropriando de outros nas trocas de saberes num processo cooperativo entre professor – aluno e aluno-aluno, sem abrir mão de sua identidade.

Conforme nos apresenta a Proposta Curricular de São José, o objetivo do ensino de Língua Portuguesa é o de levar nossos educandos a apropriação da linguagem escrita, fazendo-os perceber que a língua escrita é um poderoso instrumento que lhe permite representar a sua realidade.

Por outro lado é necessário reconhecer que os discursos de uma sociedade exercem efetivamente pressão e controle sobre o usuário de uma língua, pois nem tudo podemos falar

em qualquer momento para qualquer pessoa. Algumas formas discursivas são muito restritivas, como ofícios, por exemplo.

No entanto "sair dos limites", muitas vezes, é o que dá originalidade e reconhecimento. Estas situações devem ser encaradas no ambiente escolar. Dessa forma é que se chega à idéia de que o que se faz com a língua é um trabalho diversificado.

Outra questão para debater é a necessidade de que as idéias sejam expressas claramente. Segundo Vygotsky (1995, p.108):

> A relação entre o pensamento e a palavra não é uma coisa mas um processo, um movimento contínuo de vaivém do pensamento para a palavra, e vice versa. Nesse processo, a relação entre o pensamento e a palavra passa por transformações que, em si mesmas, podem ser consideradas um desenvolvimento no sentido funcional. O pensamento não é simplesmente expresso em palavras; é por meio delas que ele passa a existir.

Então é através do domínio da língua, comprovado pela eficiência do uso dos diversos níveis de linguagem, adaptados cada um ao seu contexto, é que será possível que os alunos aprendam a redigir diversos gêneros textuais.

Objetivo Geral

Valorizar e desenvolver habilidades de ouvir, falar, ler, interpretar, escrever, criticar e apresentar soluções, tomando, como base, motivos que envolvam diferentes épocas, lugares e seres, integrando o indivíduo ao social, exercendo, assim, a sua cidadania e apresentando o domínio da língua. Assim sendo, ampliar as possibilidades de utilização da língua como instrumento para aquisição de novas experiências, desenvolvendo a capacidade criadora, valorativa e crítica dos alunos dos ensinos fundamental e médio.

Objetivos específicos

- Enfatizar a importância da assimilação dos aspectos lingüísticos relativos ao funcionamento da Língua, visando à ampliação de informações, a partir da leitura, pesquisa, escrita, criação de textos, debates, seminários, entre outros;
- Capacitar para a aplicação, identificação e crítica de informações lingüísticas e Literárias visando à auto-avaliação, a auto-correção e a interação verbal e intelectual;

Estabelecer comparações entre as linguagens do texto do outro e as suas (do aluno), aproveitando o resultado para ampliar e aprimorar conhecimentos;

Identificar características dos gêneros e estilos de época (literários), situando-os no espaço e no tempo, visando a sua compreensão dialética do fenômeno literário brasileiro, em seu processo evolutivo e em suas especificidades;

A partir do estudo das questões relativas à Literatura, aprofundar informações referentes à linguagem, tais como: estilística, finalidade de arte, gêneros literários, funções da linguagem, entre outros;

Valorizar vocabulário, pontuação, estilo, grafia, mas, acima de tudo, o universo pessoal e cultural posto em comum a partir da Fala, da Leitura e da Escrita (produção textual);

Através de projetos proporcionar ao aluno os conteúdos fundamentais referentes à Língua Portuguesa envolvidos em uma atmosfera de aprendizagem significativa;

Desenvolver a comunicação através de diferentes linguagens (normativa, coloquial, verbal e não-verbal);

Sensibilizar o aluno para os assuntos a serem trabalhados, tentando trazer para a sala de aula um rico universo de significados, por meio de perguntas, histórias, depoimentos entre outros;

Despertar no aluno o interesse pelo conhecimento em si, criando o hábito de pesquisar em fontes variadas os mais diversos assuntos, permitindo que acompanhe as rápidas transformações socioculturais de nosso tempo;

Promover o trabalho em grupo, com o objetivo de capacitar o aluno para viver em sociedade, respeitando o outro, aprendendo a ser crítico, trocando idéias para chegar a um consenso;

Despertar a produção textual (textos diversos - poesias, contos, histórias, fábulas, crônicas, cartas - e o que ele mais desejar) nos alunos, para que eles possam desenvolver sua capacidade criativa;

Reconhecer e entender o significado das Classes Gramaticais, referentes aos conteúdos dos ensinos fundamental e médio;

Motivar a aprendizagem para que o aluno saiba falar e escrever de acordo com a norma culta. Sem deixar de mostrar a ele que existe o oposto, a linguagem coloquial. Alertando-o de que há situações de uso para essas duas modalidades de linguagem.

Quadro de distribuição de conceitos

ENFÂSE NO DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS POR FASE/SÉRIE/ANO	ANOS FINAIS				ENSINO MÉDIO		
	6ª	7ª	8ª	9ª	1ª	2ª	3ª
PRÁTICAS DE LEITURA							
1 - Enumerativos: dicionários, Gráfico; Informático: notícias, relatos de experiências, reportagens.	X	X	X	X	X	X	X
1.2 - Publicitário: anúncio, classificados, folhetos, avisos.	X	X	X	X	X	X	X
1.3 - Institucionais: cartazes, instruções de uso, regulamentos, receitas, regras de jogo, manuais.	X	X	X	X	X	X	X
1.4 - Informação Cientifica: definições, relatos históricos resumos, trabalhos científicos,, artigos enciclopédicos, Internet.	X	X	X	X	X	X	X
1.5 - Lúdicos: palavras cruzadas, letras de música, charges, histórias em quadrinhos, tirinhas, piadas.	X	X	X	X	X	X	X
1.6 - Literários: crônicas, poemas fábulas, contos, lendas, romances.	X	X	X	X	X	X	X
1.7 - Epistolares: bilhetes e cartas familiares, cartão postal, carta comercial, requerimento, oficio curriculum vitae.	X	X	X	X	X	X	X
GRAMÁTICA: 1 - Elementos da comunicação: Emissor, Receptor, Código, Mensagem, Meio.	X				X		
2 – Fonologia e Fonética (Contextualizado): Som, Fonema, Letra, Encontro Consonantal e Vocálico, Dígrafo.	X				X		
3- Classe das palavras: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição.	X	X	X	X	X	X	X
4 - Estrutura e formação das palavras: Sufixo e Prefixo.				X	X		
5 - Tipos de frases	X						
6 - Termos da oração: sujeito e predicado.		X	X			X	
7 - Período composto				X			X

8 - Regência: nominal e verbal				X			X
9 – Crase (Diferenciar acento Grave e Acento Agudo)	X	X	X	X	X	X	X
10 - Colocação pronominal	X	X	X	X	X	X	X
11 - Concordância: verbal e nominal				X		X	
12 - Figuras de linguagem	X	X	X	X	X	X	X
12 - Linguagem, funções, níveis (Coloquial e Formal) – Situações de uso.			X				
13 – Pontuação	X	X	X	X	X	X	X
14 – Ortografia	X	X	X	X	X	X	X
15 - Semântica: sinônimo, antônimo, antonímia, parônima, homonímia	X	X	X	X	X	X	X
LITERATURA: 1 - conceito, origem, conotação, denotação.					X		
2 - Gêneros literários					X		
3 - Escolas literárias: informativa, jesuíta, barroco, arcadismo.					X		
4 - Romantismo ao Simbolismo						X	
5 - Pré-modernismo, literatura contemporânea.							X
PRÁTICA DE ESCRITURA: 1 - História da escrita (origem)	X	X	X				
2 - Funções sociais da escrita	X	X	X				
3 – Leitura e Produção de diferentes gêneros: narrativo, dissertativo, descritivo.	X	X	X	X	X	X	X

LEGENDA: O número de **X** indica a necessidade de maior aprofundamento em determinada fase.

Metodologia de trabalho

Como metodologia de ensino de Língua Portuguesa, utilizar-se-ão vários recursos que possam favorecer uma aprendizagem significativa ao educando para que este possa relacionar o conteúdo do cotidiano com o científico.

Dessa maneira serão feitos trabalhos em duplas, grupos e individuais, levando o educando compartilhar os seus saberes na elaboração de textos – proporcionando-lhes a leitura de diversos textos literários, para que possam usar a sua criatividade para dar seqüência às histórias -, questionários, maquetes, confecções de cartazes com figuras, redações – narração, dissertação e discrição -, pesquisas, avaliações, entrevistas, entre outros que forem surgindo no contexto escolar, sendo motivadores às tarefas propostas.

Utilização de vídeos – contextualizados com o conteúdo estudado e de acordo com a série/ano em curso -, Internet – como fonte de pesquisa -, retroprojetor -, data show, entre outros meios que a Unidade Escolar oferece.

Avaliação

A avaliação será contínua e permanente durante todo o processo, baseado na observação, participação, interesse, iniciativa, afetividade, disciplina, considerando a construção do conhecimento e o desenvolvimento global do aluno.

Referências

SÃO JOSÉ, **Educação de Jovens e Adultos -Proposta Curricular,** 2000.

SANTOS, Luciane A. e CARVALHO, Valquíria B. O. **Língua Portuguesa Ensino Fundamental**. Apostila, Volume Único – Coleção Frase Didática – Frase Editora, 2002.

SIQUEIRA e Silva; BERTOLIN, Antônio de Rafael. **Língua Portuguesa**. Novo Ensino Médio. Apostila -Volume Único -Curso Completo de**.** São Paulo, 2008.,

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar – **Texto e Interação** – Uma proposta de Produção textual a partir de gêneros e projetos –Atual Editora – São Paulo, 2002.

MAIA, João Domingues. **Português – volume único**– 2ª edição, editora Ática, São Paulo, 2005.

6.1.2 Língua Estrangeira - Inglês

Professores Elaboradores:
Ana Rute da Silva C. Oliveira
Flávia Walter
Iolanda Pereira de Oliveira
José Otavio Olinger
Kátia Lenfers
Leonardo Padilha
Rebeca P. Pereira
Rui Andrade
Sandra Stahlhofer
Silvana Silva
Vera Lucia Castilho de Lins

Introdução

Com a difusão de meios de comunicação como a *internet* e a televisão a cabo, a importação de produtos e a vinda de visitantes de outros países, o contato com outras línguas tem se tornado cada vez mais freqüente em nosso país. Além disso, o processo de globalização que vivenciamos na atualidade torna a aprendizagem de línguas estrangeiras indispensável uma vez que por meio de outras línguas podemos ter acesso mais facilmente às informações, à ciência, à tecnologia e aos acontecimentos no mundo.

Os princípios aqui contemplados orientam para o ensino de LE como forma de socialização de conhecimento e de cultura de outras nações voltado para os interesses do aprendiz.

Concepçao de Língua Estrangeira

A concepção de linguagem que adotamos está fundamentada na perspectiva histórico-cultural apresentada por Vygotsky (1989). Este autor enfatizou a origem social da linguagem e do pensamento, considerando o desenvolvimento cognitivo como um processo determinado pela cultura na qual o individuo está inserido. Para este autor, a formação das funções superiores da mente acontece do exterior para o interior, ou seja, do plano social para o individual. Assim, é a partir e por meio da interação com o outro, mediada pela linguagem, que o individuo se transforma de ser biológico para ser socio-histórico (cultural).

A linguagem, considerada o principal sistema simbólico de todos os grupos humanos, uma vez que caracteriza e constitui o homem, cumpre, assim, um papel essencial como constituidora da consciência e organizadora do pensamento, ou seja, de toda a vida mental do ser humano. É por meio da linguagem que os indivíduos interagem ao mesmo tempo em que

internalizam seus papéis sociais e conhecimentos que possibilitam o seu desenvolvimento psicológico.

Diante da concepção de linguagem como constituidora da própria consciência e organizadora do pensamento, inferimos que o individuo se constitui nas e pelas interações sociais significativas. Dessa forma, quanto mais o aprendiz interagir com outros grupos, maiores serão as possibilidades de aprendizagem de LE e de questionar, compreender e resignificar a sua própria língua materna.

Objetivos Gerais

Os objetivos de ensino de LE foram elencados considerando-se o desenvolvimento de capacidades, em função das necessidades sociais, intelectuais, profissionais, e interesses dos aprendizes. Os objetivos decorrem do papel formativo e da função social da LE e das limitações das condições de ensino e aprendizagem.

Os objetivos gerais estão orientados para a sensibilização do aprendiz em relação à LE pelos seguintes focos:

1) "O mundo multilíngue e multicultural em que vive;
2) A compreensão global (escrita e oral)
3) O empenho na negociação do significado e não na correção" (PCNs/LE, p. 66).

Espera-se que com o ensino de LE o aprendiz seja capaz de:

a) "Identificar no universo que o cerca as LEs que cooperam nos sistemas de comunicação, percebendo-se como parte integrante de um mundo plurilíngüe e compreendendo o papel hegemônico que algumas LEs desempenham em determinado momento histórico;
b) Vivenciar uma experiência de comunicação humana, pelo uso de uma LE, no que se refere às novas maneiras de se expressar e de ver o mundo, refletindo sobre os costumes ou maneiras de agir e interagir e as visões de seu próprio mundo, possibilitando maior entendimento de um mundo plural e de seu próprio papel como cidadão de seu país e do mundo;
c) Reconhecer que o aprendizado de uma ou mais LEs lhe possibilita o acesso a bens culturais da humanidade construídos em outras partes de mundo;
d) Construir conhecimento sistêmico, sobre a organização textual e sobre como e

quando utilizar a linguagem nas situações de comunicação, tendo como base os conhecimentos da língua materna;

e) Construir consciência lingüística e consciência crítica dos usos que se fazem da LE que está aprendendo;
f) Ler e valorizar a leitura como fonte de informação e prazer, utilizando-a como meio de acesso ao mundo do trabalho e dos estudos avançados;
g) Utilizar outras habilidades comunicativas de modo a poder atuar em situações diversas"(Ibid, p. 66-67).

Metodologia de trabalho

O ponto de partida, dentro da proposta aqui apresentada deve ser o **texto oral** ou **escrito** e sua abordagem deve ser interativa. Cabe explicitar que nesta proposta, texto oral ou escrito, refere-se a toda produção lingüística significativa falada ou escrita, amostras reais das mais diversificadas formas de comunicação tais como: anúncios, cartões, cartas, jornais, reportagens, receitas, bulas de remédios, manuais, folhetos, charges, panfletos, anedotas, poemas, músicas, vídeos, narrativas, filmes, pequenas histórias, instruções de jogos, trava língua, rótulos, cartazes, canções, entrevistas; programas de TV, verbetes de dicionário, entre outras.

Propõe-se que o ensino de LE seja abordado por meio de tópicos temáticos privilegiando os temas transversais listados nos PCNs, os temas abordados por outras disciplinas da grade escolar, e, caso seja possível, uma abordagem de ensino interdisciplinar, e/ou temas de interesse do grupo de aprendizes, porém sempre adequados ao nível de conhecimento, a idade e ao meio social no qual vive o aprendiz.

Quadro de distribuição de conceitos

ÊNFASE CONCEITOS POR FASE/SÉRIE	**ANOS FINAIS**				**ENSINO MÉDIO**		
1 **-PRÁTICAS DE LEITURA**	**6ª**	**7ª**	**8ª**	**9ª**	**1ª**	**2ª**	**3ª**
1.1 – Enumerativos: dicionários, índices, sumários, gráfico, guia telefônico.	X	X	X	X	X	X	X
1.2 – Publicitários: anúncios, classificados, folhetos, avisos.	X	X	X	X	X	X	X
1.3 – Institucionais: cartazes, instruções de uso, regulamentos, receitas, regras de jogo, manuais.	X	X	X	X	X	X	X
1.4 – Informação científica: definições, relatos históricos,	X	X	X	X	X	X	X

resumos, artigos enciclopédicos.							
1.5 – Lúdicos: palavras cruzadas, letras de música, charges, histórias em quadrinhos, piadas.	X	X	X	X	X	X	X
1.6 – Literários: crônicas, poemas, fábulas, contos, lendas, romances.	X	X	X	X	X	X	X
1.7 – Epistolares: bilhetes, cartas, cartão postal, curriculum vitae.	X	X	X	X	X	X	X
2 – **GRAMÁTICA**							
2.1 – Elementos da Abordagem Comunicativa: competência gramatical, sociolingüística, discursiva e estratégica.	X	X	X	X	X	X	X
2.2 –Morfologia: classe das palavras: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição.	X	X	X	X	X	X	X
2.3 – Estrutura e formação das palavras	X	X	X	X	X	X	X
2.4 – Tipos de frases	X	X	X	X	X	X	X
2.5 – Termos da oração	X	X	X	X	X	X	X
2.6 – Colocação pronominal	X	X	X	X	X	X	X
2.7 – Pontuação	X	X	X	X	X	X	X
2.8 – Semântica	X	X	X	X	X	X	X
3 - **LITERATURA**							
3.1 – Conceito, origem	X	X	X	X	X	X	X
3.2 – Gêneros literários	X	X	X	X	X	X	X
4 – **PRÁTICA DE ESCRITURA**							
4.1 – Funções sociais da escrita	X	X	X	X	X	X	X
4.2 – Produção de diferentes gêneros: narrativo, dissertativo, descritivo, diálogos, bilhetes, cartas, propagandas, manchetes, notícias, confecção de pôsteres, dentre outros.	X	X	X	X	X	X	X

LEGENDA: O número de **X** indica a necessidade de maior aprofundamento em determinada fase.

Avaliação

Se partirmos do texto como pretexto para o desenvolvimento das diversas habilidades, ao avaliarmos o desempenho do aprendiz, também devemos fazê-lo por meio de textos.

Em relação à forma de avaliar, concordamos com a proposta curricular de LE de São José anterior a esta, a qual sugere que a avaliação da aprendizagem seja: "processual, diagnóstica, dinâmica, participativa, qualitativa, inclusiva e emancipatória" (p. 305).

Destaca-se, ainda, a necessidade constante de acompanhamento do aprendiz, de forma que possa ser continuamente orientado, num esforço ininterrupto de superar a cultura do fracasso. Ainda, em relação à forma de avaliar, os PCNs/LE ressaltam que a mesma deve: "Envolver o aprendiz na construção social de significado e não apenas verificar o domínio de conhecimento sistêmico por meio de formas tradicionais de compreensão escrita, que só fazem o aprendiz procurar no texto a resposta usando estratégias de decodificação" (p. 82)

Por fim, é importante ressaltar que a avaliação não só deve ser conseqüência do que

foi trabalhado durante todo o processo de ensino e aprendizagem no bi/tri/semestre, mas também o ponto de partida para o planejamento de novas ações pedagógicas.

Sugestões sobre avaliação

Entendemos que o sistema de avaliação para a EJA seja previsto para uma única Média, no final do semestre, com direito à Recuperação. Porém defendemos que estejam garantidas, em todas as disciplinas um número mínimo de 04 (quatro) avaliações no período.

Mesmo não havendo a separação em bimestres, sugerimos que se faça uma reunião de avaliação das turmas, no meio do semestre letivo, visando analisar o desempenho dos alunos e também discutir alguns casos que se façam necessário.

Importante:

Tanto o quadro de distribuição de conceitos quanto a sugestão de avaliação de Língua Estrangeira, que constam acima foram elaborados em parceria com as professoras colaboradoras: Marimar da Silva, Saionara Greggio, Maria Aparecida Rita Moreira, Raquel D'Ely e os educadores participantes do Curso de Formação Continuada de 2007, do Município de São José.

Referências.

CEREJA, William Roberto e MAGALHÃES, Thereza Cochar – **Texto e Interação** – Uma proposta de Produção textual a partir de gêneros e projetos –Atual Editora – São Paulo, 2002.

MAIA, João Domingues. **Português – volume único**– 2ª edição, editora Ática, São Paulo, 2005.

SÃO JOSÉ, **Educação de Jovens e Adultos -Proposta Curricularm,** 2000.

SILVA, Antônio de Siqueira. Novo Ensino Médio. Vol. único. Ed. Ibep.

SIQUEIRA e Silva; BERTOLIN, Antônio de Rafael. **Língua Portuguesa**. Novo Ensino Médio. Apostila -Volume Único -Curso Completo de**.** São Paulo, 2008.,

ZIGMUND, Luciane Cristine. **Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental**. 5ª a 8ª séries. Vol. único. Ed. Educarte, 2003.

6.1.3 Artes

Professores Elaboradores:

Ana Lúcia
Anatoly Protocevich Neto
Andréa
Antônia de Cássia Ayres
Bruno de Freitas
Cristina Aparecida da Silva
Deisi A. B. de Carvalho
Dionei Santos Reis
Lucimoni dos Santos
Luiz Coelho
Luiza Maria Graeff
Marcelo

O ensino da arte, como gerador de conhecimentos, possui o campo teórico específico das representações visuais, cênicas, musicais e multineios com seus signos, símbolos e códigos fundadores do pensamento artísticos e da apreciação artística entrevindo na sociedade, compreedendo-os diferentes processo de aprendizagem das múltiplas linguagens, num contexto histórico – social.

Proporcionar um contato sistematizado com as diferentes formas de expressão artística, possibilitando acesso à informação geral, associada às experiências pessoais dos alunos, tornar a arte uma vivência com ação e pensamento, tornando o aluno um ser sociável (sujeito, crítico e transformador da sua história).

Avaliação do processo ensino-aprendizagem será realizado com base nos conteúdos, objetivos e orientações do processo educativo, diagnosticando o nível de conhecimento artístico estético, nas artes visuais por meio das atividades e trabalhos realizados, conhecimento corporal, intuitivo, sintético, imaginativo e perceptivo; o conhecimento da música em seu meio sócio-cultural, bem como a transformação dele como produto cultural, histórico e geográfico; reconhece-se estilos musicais de diferentes épocas, sociedades, etnias e respectivos valores, características e funções, e se valoriza as diversidades sem preconceitos estéticos, étnicos culturais e de gênero, verificar e se o aluno busca a enfrentamento nas situações de jogos, articulando estruturas de linguagem teatral por meio de gestos, movimento e voz e se é capaz de relacionar e fazer sínteses das observações que realiza no cotidiano, se reconhece o direito a preservação da própria cultura e das demais. Havendo ainda situações de auto-avaliação, assiduidade, participação e criatividade.

Quadro de distribuição de conceitos

ENFÂSE NO DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS POR FASE/SÉRIE/ANO	ANOS FINAIS				ENSINO MÉDIO		
	6ª	7ª	8ª	9ª	1ª	2ª	3ª
Compreender a arte	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
Elementos visuais							
Ponto	XX	XXX	X	XX	XXX	XX	X
Linha	XX	XXX	X	XX	XXX	XX	X
Formas	X	XX	XXX	XXX	XX	XX	XX
Textura	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
Cênicas							
Dramatização	X	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
Estética	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
Tríade (ator, texto, PLL)	X	XX	XXX	XXX	XX	XX	X
Expressão corporal	XX	XX	XXX	XXX	XXX	XX	X
Música							
Sons e seus elementos	XX	XXX	X	X	XXX	XX	X
A música	X	XX	XX	XXX	XXX	XX	X
A estética musical	XX	XXX	X	X	XXX	XX	X
Formas de expressão musical	X	XX	XX	XXX	XXX	XX	X

LEGENDA: O número de **X** indica a necessidade de maior aprofundamento em determinada fase.

Ensinar um "saber" sobre o mundo e o "sabor" deste mesmo mundo, sabor que jaz oculto aos sentidos do ser humano. Deste modo, possibilitar o homem "ser" sujeito da própria história, mostrando que Arte é conhecimento e que constitui uma necessidade do homem, desmistificando a Arte como um fazer dissociado de saber ou ainda um saber para poucos.

O enfoque será principalmente nas Artes Visuais, Sonora e Cênica como forma de comunicação cuja leitura exija uma boa aprendizagem.

Conteúdos para Ensino Fundamental - 6ª, 7ª, 8ª e 9ª séries/anos

- Compreender a Arte.
- Função da Arte: Individual, Ambiental, Social
- Linguagens Artísticas:
  - Arte Visual: Cor, Forma, Textura
  - Arte Sonora: sons e seus elementos, música e seus elementos
  - Arte Cênica: Gestualidade, Movimentos, Níveis, Voz, Ator, texto)
  - Contextualização e releituras a partir dos elementos estudados na Obra. Histórico da

Obra.

Além dos conteúdos citados acima, inserir história da arte, estabelecendo relação do antigo com o moderno, trabalhando a Arte Catarinense e a Arte Josefense.

Conteúdos para Ensino Médio

1° ano

- Produção Artística na humanidade
- Pré-história à Arte Cristã

2° ano

- Arte Cristã ao Realismo

3° ano

- Século XVIII ao século XXI
- Arte Catarinense e Arte Local

Referências

CANTELER, R. Bruna. **Arte etc e tal**, Ed. IBEP, 1995.

FLEITAS, Ornaldo. **Arte e Comunicação**. Ed. FTD, 1996.

LOPES, Teixeira. Elizabete – Fujiko. **Desenho Geométrico - Texto e Atividades** – 1. Ed. Scipione, 1988.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. Ed. Ática, 2000.

6.1.4 Biologia

Professores Elaboradores:
Daniela Flávia Orísia Ribeiro
Sérgio Luiz de Almeida

6.1.4.1 Concepção de Biologia

A Biologia tem como função social contribuir para ampliar o entendimento que os indivíduos têm em sua própria organização biológica, do lugar que ocupa na natureza e na sociedade e das possibilidades de interferir na dinamicidade dos mesmos por meio de uma ação mais coletiva, visando a melhoria da qualidade de vida.

Objetivos da Biologia

- Conceituar a biologia como ciência que conectada a outras áreas do conhecimento pode dar ao ser humano a chave de sua sobrevivência e das demais espécies. Relacionar o conhecimento com o cotidiano fazendo o aluno entender a dimensão do mundo e sua própria dimensão.

- Desenvolver a observação e a descrição dos fenômenos biológicos e a capacidade de questionar os processos naturais e tecnológicos, apresentando interpretação e provando evoluções.

- Formular questões a partir de situações reais e compreender aquelas já enunciadas.

Sistematizar o conhecimento já existente. Trabalhar o conhecimento a partir das inter-relações entre os seres vivos e nunca a partir de uma visão antropocêntrica do mundo. Desenvolver a observação e a descrição dos fenômenos biológicos e acima de tudo desenvolver uma postura ativa e crítica em relação aos dados e as informações, evitando a sua aceitação de forma passiva e incondicional.

Distribuição de conceitos

1ª fase (EM)

Unidade I – Introdução à Biologia

Capítulo 1 – Características dos seres vivos

Capítulo 2 – Bioquímica celular

Unidade II – Citologia

Capítulo 3 – Célula: * Membrana plasmática,
* Citoplasma
* Núcleo

Unidade III – Embriologia

Capítulo 4 – Reprodução: * Assexuada,
* Sexuada

2ª fase (EM)

Unidade I – Sistemática ou Taxonomia

Capítulo 1 – Sistema de Lineu

Capítulo 2 – Sistemas modernos de classificação

Unidade II – Biodiversidade Biológica

Capítulo 1 – Vírus

Capítulo 2 – Reino Monera: * Arqueobactéria
* Eubactéria

Capítulo 3 – Reino Protoctista: * Protozoários e Algas em geral

Capítulo 4 – Reino Funghi

Capítulo 5 – Reino Plantae

Capítulo 6 – Animália

3ª fase (EM)

Unidade I – Ecologia

Capítulo 1 – Introdução à ecologia

Capítulo 2 – Cadeias e teias alimentares

Capítulo 3 – Relações ecológicas

Capítulo 4 – Desequilíbrios ecológicos

Unidade II – Genética

Capítulo 1 – Introdução à genética

Capítulo 2 – 1ª Lei de Mendel

Capítulo 3 – Polialelia e Grupos sanguíneos

Capítulo 4 – Herança do sexo

Unidade III – Evolução

Capítulo 1 – Teorias evolucionistas

- Lamrck
- Darwin
- Neodarwinismo

Quadro de conceitos

Conceitos	**Fase (EM)**		
	1º Fase	**2º Ano**	**3º Ano**
Biosfera	X	X	X
Habitat		X	X
Ecossistema	X	X	X
Cadeia alimentar	X	X	X
Litosfera	X	X	X
Hidrosfera	X	X	X
Atmosfera	X	X	X
Seres vivos	X	X	X
Biodiversidade			
Evolução	X		X
Reprodução	X	X	X
Nutrição	X	X	X
Sustentação		X	
Matéria	X	X	X
Energia	X	X	X
Movimento	X	X	x
Célula	X	X	X
Divisão celular	X	X	
Tecidos	X	X	

Genética			X

LEGENDA: O número de **X** indica a necessidade de maior aprofundamento em determinada fase.

METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas;

Quadro e giz; retroprojetor e data show;

Atividades individuais e em grupos, em sala de aula;

Textos alternativos de periódicos atualizados;

Exercícios sobre os assuntos estudados;

Atividades de pesquisa extraclasse.

AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e qualitativa, totalizando 10 pontos (frequência, interesse, participação, responsabilidade, respeito, criticidade e criatividade);

Quantitativa valendo para cada avaliação realizada 10 pontos (avaliações orais e escritas, leituras e interpretações de textos, respostas a questionamentos, elaboração de relatórios, resolução de problemas e exercícios, pesquisas em livros, revistas, jornais, internet).

Referências

AUGUSTO, A.; CROZETTA; M. Lago, S. **Biologia.** Volume Único. IBEP, 2004.

CARVALHO, W. **Biologia em foco**. Volume Único. Editora FTD, 2002.

FONSECA, Albino. **Biologia**. Volume Único. IBEP, 2000.

GAINOTTI, Alba e MODELLI, Alessandra. **Biologia para o Ensino Médio**. Volume Único. Editora Scipione, 2002.

LAURENCE, J. **Biologia**. Volume Único. Editora Nova Geração, 2006.

LINHARES, S.; GEWANDSZNAJDER, F. **Biologia.** Volume Único. Editora Ática, 2006.

LOPES, Sonia. **Biologia**, Volume Único. Editora Saraiva, 2002.

MACHADO, S. **Biologia de olho no mundo do trabalho**. Volume Único. Editora Scipione, 2003.

PAULINO, Wilson Roberto. **Biologia**. Volume Único. Editora Ática, 2000.

Revistas:

Ciência Hoje, Superinteressante, Galileu.

Sites da Internet.

Videoteca da escola

Atividades complementares ao conteúdo programático - temas para pesquisa

1 – Teoria celular

2 – Origem da vida

3 – Conceitos: endocitose, fagocitose, exocitose, pinocitose, fagossomo, pinossomo e pseudópodes

4 – Carboidratos, lipídeos e proteínas (dê que alimentos são retirados essas substâncias?)

5 – Mitose em células vegetais

6 – Espermatogênese e ovogênese

7 – Embriologia: os diferentes tipos de ovo; a formação do embrião; anexos embrionários; desenvolvimento fetal; diferença de gêmeos univitelino e bivitelino

8 – Conceitos: tecido epitelial uniestratificado, ,pluriestratificado, pseudo-estratificado e de transição

9 – Glândulas exócrinas, endócrinas e mistas

10 – Tecido linfático

Número de Alunos: Individual ou grupo de dois

Conteúdo programático ou eixos temáticos

Conteúdos:

Sistemática

Classificação dos seres vivos

Sistema binominal de linné

Regras de nomenclatura

Categorias taxionômicas

Vírus

Características gerais

Doenças virais ou viroses

Reinos

Monera

Protista

Fungi

Animália

Plantae

Animália

Vertebrados

Invertebrados

Os vegetais

Características gerais

Tecidos vegetais

Órgãos vegetais

Fisiologia da água e dos sais minerais

Objetivos

Compreender a classificação biológica para a organização dos seres vivos

Fundamentar a nomenclatura binominal e conhecer suas regras

Ordenar, hierarquizar, as categorias taxionômicas

Identificar e explicar as principais características dos vírus

Enumerar as principais doenças virais humanas, assim como suas formas de contaminação e prevenção

Citar, caracterizar, diferenciar e exemplificar cada um dos cinco reinos

Compreender as principais características anatômicas, fisiológicas e classificação das classes dos invertebrados e vertebrados.

Classificação

Conhecer as principais características dos tecidos vegetais (permanentes e peristemáticos) e suas funções

Identificar e caracterizar os órgãos vegetais (raiz, caule, folha, fruto e semente)

Explicar como a água e os sais minerais são reabsorvidos pela planta.

Explicar como ocorre a condução da seiva bruta e seiva elaborada pelo xilema e pelo

floema.

Citar os fatores que influenciam na transpiração e descorrer gutação ou sudação

Avaliação

Tudo que o aluno fizer em sala ou fora será avaliado assim como o cumprimento de todo o trabalho, prova e principalmente a produtividade.

Metodologia

Aulas teóricas expositivas, participação coletiva, conhecimento prévio do aluno, atividades dentro e fora de classe, exercícios, compreensão de textos, pesquisas e desafios.

Referências

CHEIDA, Luiz Eduardo. **Biologia integrada**. Vol. 1. Ed. FDT, 2002.

FAVARETTO & MERCADANTE. José Arnaldo & Clarinda. **Biologia.** Vol. Único. Ed: Moderna, 1999.

GOWDAK & MATTOS. Demetrio & Neide S. de. **Biologia.** Vol. Único. Ed: FDT, 1991.

LINHARES, Sergio.Fernando G. **Biologia Hoje**. Vol. 1. Ed. Ática, 1998.

LOPES, Sônia. **Bio.** Vol. 1. Ed. Saraiva, 1998.

Atividades complementares ao conteúdo programático -temas para pesquisa

1 – Reino Monera

2 – Reino Protista

3 – Reino Fungi

4 – Vírus

5 – Filo Platelminto

6 – Filo Nematódeo

7 – Identificar outras classes de artrópodes, exceto aracnídeos, insecta e crustáceos

8 – Osmorregulação

9 – Sistema tegumentar

10 – Sistema sensorial – órgãos do sentido

11 – Principais doenças causadas pela disfunção hormonal

12 – Discorrer a atuação da adrenalina e a acetilcolina na regulação dos batimentos cardíacos

13 – Descrever e esquematizar a pequena e grande circulação

14 – Descorrer a circulação linfática

15 – Briófitas – classificação e ciclo reprodutivo

16 – Pteridófitos – classificação e ciclo reprodutivo

Número de alunos: individual ou grupo de dois

3º Ano

Objetivo Geral da Disciplina para o 3º ano

Responsabilizar o ser humano pelos desequilíbrios que ocorrem no planeta que ameaçam todas as espécies vivas, inclusive a humana. Desenvolver posturas e valores pertinentes às relações entre os seres humanos, o meio e o conhecimento, contribuindo para uma educação que formará indivíduos sensíveis e cidadãos conscientes dos processos da vida, capazes assim de realizar ações práticas, de fazer julgamentos e de tomar decisões.

Conteúdo programático ou eixos temáticos

Conceitos básicos

Genética

Leis de mendel

Herança dos cromossomos sexuais

Polialelia

Anomalias

Evolução

Origem da vida

Teorias evolutivas

Ecologia

Conceitos

Simbiose

Ciclos da matéria

Objetivos

Conhecer brevemente as leis de mendel

Conceituar e diferenciar genótipo e fenótipo

Diferenciar alelo dominante e recessivo

Diferenciar herança ligada ao sexo, restrita ao sexo e influenciada pelo sexo

Conceituar alelos múltiplos

Conhecer os mecanismos genéticos envolvidos na determinação do sistema abo

Compreender o que é eritroblastose fetal

Caracterizar os tipos de mutações numéricas e compreender suas implicações

Conhecer e relacionar as teorias que procuram explicar a origem da vida

Comparar os princípios lamarckistas e darwinistas e apontar as principais características de cada teoria

Conceituar e exemplificar seleção natural

Compreender que a recombinação gênica e as mutações são responsáveis pela variação genética, que está sujeita às pressões da seleção natural

Conceituar e diferenciar ambientes bióticos e abióticos

Conceituar e identificar níveis tróficos e a relação estabelecida por eles nas cadeias e nas teias alimentares

Reconhecer produtores, consumidores e decompositores

Diferenciar fluxo da matéria e fluxo de energia nos ecossistemas

Definir habitat e nicho ecológico

Conceituar simbiose

Compreender e exemplificar as relações simbióticas intra-específica e as interespecíficas

Compreender a natureza cíclica dos elementos químicos

Descrever o ciclo da água, do oxigênio, do carbono e do nitrogênio

Relacionar o ciclo do oxigênio.

Avaliação

Tudo que o aluno fizer em sala ou fora será avaliado assim como o cumprimento de todo o trabalho prova e principalmente a produtividade.

Metodologia

Aulas teóricas expositivas, participação coletiva, conhecimento prévio do aluno, atividades dentro e fora de classe, exercícios, compreensão de textos, pesquisas e desafios.

Referências

CHEIDA, Luiz Eduardo. **Biologia integrada**. Vol. 1. Ed. FDT, 2002.

FAVARETTO & MERCADANTE. José Arnaldo & Clarinda. **Biologia**. Vol. Único. Ed: Moderna, 1999.

GOWDAK & MATTOS. Demetrio & Neide S. de. **Biologia**. Vol. único. Ed: FDT, 1991.

LINHARES, Sergio.Fernando G. **Biologia Hoje**. Vol. 1. Ed. Ática, 1998.

LOPES, Sônia. **Bio**. Vol. 1. Ed. Saraiva, 1998.

Atividades complementares ao conteúdo programático Temas para pesquisa

1 – Projeto Genoma humano

2 – Clones e Clonagens

3 – Porque a bioética é necessária?

4 – Aconselhamento genético

5 – Fatos que confirmam a evolução (fósseis, semelhanças anatômicas)

6 – Teoria da evolução humana

7 – Biomas brasileiros (características e importância)

8 – Quais os tipos de biomas que podem ser encontrados em Santa Catarina?

9 – Poluição hídrica, desmatamento e desertificação e extinção de espécies

10 – Entre esses assuntos qual ou quais você mais se identificou? Responda dando sua opinião e uma possível solução, reunindo seus conhecimentos com seu ponto de vista

Número de alunos: individual ou grupo de dois.

Concepção de Biologia

O ensino de Ciência Físicas e Biológicas deverá fornecer aos alunos conhecimentos que possibilitem fornecer a compreensão de elementos do mundo cientifico, cultural e tecnológico. Oportunizando a interação destes com a realidade vivenciada em seu cotidiano, ou seja, a importância das ciências físicas e biológicas no Ensino de Jovens e Adultos se dá em

virtude da sua função alucidatica dos processos de vida em si, e das tecnologias desenvolvidas pelo homem em prol dela.

Objetivos da Disciplina de Ciências

Conceituar a hidrologia como ciência que conectada a outras áreas do conhecimento pode dar ao ser humano a chave de sua sobrevivência e das demais espécies, relacionar o conhecimento com o cotidiano fazendo o aluno entender a dimensão do mundo e sua própria dimensão.

ENFÂSE NO DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS POR FASE/SÉRIE/ANO	ANOS FINAIS			
	6ª	7ª	8ª	9ª
Biosfera	X	X	X	X
Habitat	X	X	X	
Ecossistema	X	X	X	X
Cadeia alimentar	X	X	X	
Litosfera	X	X		X
Hidrosfera	X	X	X	X
Atmosfera	X	X	X	X
Seres vivos	X	X	X	
Biodiversidade	X	X		
Evolução		X	X	
Reprodução		X	X	
Nutrição		X	X	X
Sustentação		X	X	X
Matéria	X	X	X	X
Energia	X	X	X	X
Movimento	X	X	X	X
Célula		X	X	
Divisão celular		X	X	
Tecidos		X	X	
Genética			X	

LEGENDA: O número de **X** indica a necessidade de maior aprofundamento em determinada fase.

ENSINO FUNDAMENTAL

6ª Série/Ano

Objetivo Geral da Disciplina

Desenvolver a observação e a descrição dos fenômenos biológicos e a capacidade de questionar os processos naturais e tecnológicos, apresentando interpretações e prevendo evoluções. Formular questões a partir de situações reais e compreender aquelas já enunciadas.

Conteúdo Programático ou Eixos Temáticos

1. Biosfera

Habitat

Ecossistema

Cadeia alimentar (abióticos e bióticos)

História evolutiva do Reino Plantae (características gerais de cada grupo)

2. Litosfera

Tipo de solos

Contaminação (doenças)

Degradação

Produtos biodegradáveis e não degradáveis

Manutenção do ambiente e importância dos vegetais

3. Hidrosfera

Distribuição da água no planeta

Manutenção dos mananciais e importância da mata ciliar

Poluição das águas

Uso racional da água

Usinas hidroelétricas

Doenças causadas pela água

4. Atmosfera

Camada da atmosfera

Efeito estufa (importância dos vegetais, equilíbrio o_2 e co_2)

Poluição e doenças do ar

Chuvas ácidas

Composição do ar

Objetivos

Conceituar e diferenciar ambientes bióticos e abióticos

Conceituar e identificar níveis tróficos e a relação estabelecida por eles nas cadeias e nas teias alimentares

Reconhecer produtores, consumidores e decompositores

Diferenciar cadeia e teia alimentar

Definir habitat e nicho ecológico

Reconhecer as partes da Terra, litosfera, hidrosfera e atmosfera, citar suas características relevantes e compreender a interação destas com os seres vivos

Compreender como e de que forma a atividade humana interfere e afeta a atmosfera

Avaliação

Tudo o que o aluno fizer em sala ou fora, será avaliado, assim como o cumprimento de todo o trabalho, prova e principalmente produtividade.

Metodologia

Aulas teóricas expositivas, participação coletivas, conhecimento prévio do aluno, atividades dentro e fora de classe, exercícios, compreensão de textos, pesquisas e desafios.

Referências

PROJETO ARARIBA. **Ciências 5º**. Ensino Fundamental. Ed. Moderna, 2003.

CANTO, Eduardo L. **Ciências Naturais. 5º.** Ed. Moderna, 2000.

GOWDAK, Demetrio. **Ciências novo pensar. 5º**. Ed. FDT, 2002.

7ª Série/Ano

Conteúdo Programático ou Eixos Temáticos

1. Seres vivos e o ambiente

Características dos seres vivos

Classificação

2. Vírus

Importância médica

3. Reino Monera

importância ecológica e econômica

doenças

4. Reino Protista

Doença e importância ecológica

5. Reino Fungi

Importância econômica e ecológica

6. Reino Animália

Invertebrados e vertebrados

Características gerais

Papel ecológico

7. Reino Plantae

Produção de alimentos

Equilíbrio ambiental

Classificação

Objetivos

Identificar as características dos seres vivos e compreender a classificação biológica para a organização dos seres vivos

Conhecer os cinco reinos, suas principais características e seus representantes

Anotar as características dos organismos e separá-lo, por meio da organização de tais informações, utilizando as categorias taxionômicas

Descobrir a importância da observação do meio ambiente como forma de revelar conhecimento

Descobrir a importância do microorganismo, tanto a nível ecológico como médico.

Avaliação

Tudo o que o aluno fizer em sala ou fora, será avaliado, assim como o cumprimento de todo o trabalho, prova e principalmente produtividade.

Metodologia

Aulas teóricas expositivas, participação coletivas, conhecimento prévio do aluno, atividades dentro e fora de classe, exercícios, compreensão de textos, pesquisas e desafios.

Referências

PROJETO ARARIBÁ. **Ciências 6º.** Ensino Fundamental. Ed. Moderna, 2003.

CANTO, Eduardo L. **Ciências Naturais 6º**. Ed. Moderna, 2000.

GOWDAK, Demétrio. **Ciências novo pensar 6º**. Ed. FDT, 2002.

8ª Série/Ano

Conceitos ou eixos temáticos

Evolução do homem

Sistema reprodutor

Feminino

Masculino

Gravidez

Parto

DST/AIDS

Anticoncepcionais

Nutrição

Sistema digestório

Nutrientes, transgênicos e aditivos químicos

Órgãos e funções do sistema digestório

Metabolismo

Sistema respiratório

Órgãos e funções do sistema respiratório

Doenças e entorpecentes: drogas

Função do oxigênio e gás carbônico

Sistema nervoso, endócrino e sentidos

Sustentação

Sistema ósseo

Sistema muscular (proteção)

Objetivos

Conhecer a teoria que procuram explicar a evolução do homem

Comparar os princípios Lamarckistas e Darwinistas e apontar as principais características de cada teoria

Discorrer sobre a função da reprodução

Compreender a fisiologia da reprodução

Conhecer as DST/AIDS, como são transmitidas e evitadas

Definir nutrientes e classificá-los quanto à sua composição química

Compreender como os transgênicos são produzidos

Citar as principais características e funções dos carboidratos, lipídeos, proteínas, sais minerais e vitaminas

Conhecer os métodos para a conservação dos alimentos

Diferenciar e conceituar as quatro etapas da digestão

Discorrer sobre a função da respiração e integração com o sistema circulatório

Avaliação

Tudo o que o aluno fizer em sala ou fora, será avaliado, assim como o cumprimento de todo o trabalho, prova e principalmente produtividade.

Metodologia

Aulas teóricas expositivas, participação coletivas, conhecimento prévio do aluno, atividades dentro e fora de classe, exercícios, compreensão de textos, pesquisas e desafios.

Referências

PROJETO ARARIBÁ. **Ciências 7º.** Ensino Fundamental. Ed. Moderna, 2003.

CANTO, Eduardo L. **Ciências naturais 7º**. Ed. Moderna, 2000.

GOWDAK, Demétrio. **Ciências novo pensar 7º**. Ed. FDT, 2002.

9ª Série/Ano

Conceitos ou eixos temáticos

Química

Propriedades da matéria (geral e específico)

Introdução ao estudo da química

Fenômenos químicos

Átomos e estrutura atômica

Distribuição eletrônica

Elemento químico

Tabela periódica

Física

Fenômenos físicos

Transformação de energia

Massa e peso

Mecânica

Leis de newton

Tipos de energia

Objetivos

Definir substância química

Identificar as propriedades da matéria

Compreender os fenômenos químicos

Conhecer o átomo e a distribuição eletrônica dos elementos

Saber identificar os elementos na tabela e seus respectivos números atômicos

Conhecer os principais fenômenos físicos

Conceituar calor e temperatura

Conhecer as unidades de massa e volume

Identificar as formas de transformação de energia

Conhecer as leis de Newton

Avaliação

Tudo o que o aluno fizer em sala ou fora, será avaliado, assim como o cumprimento de todo o trabalho, prova e principalmente produtividade.

Metodologia

Aulas teóricas expositivas, participação coletivas, conhecimento prévio do aluno, atividades dentro e fora de classe, exercícios, compreensão de textos, pesquisas e desafios.

Referências

CANTO, Eduardo L. **Ciências naturais 8º**. Ed. Moderna, 2000.

CHEIDA, Luiz Eduardo. Biologia integrada. Vol. 1. FDT, 2002.

FAVARETTO & MERCADANTE, José Arnaldo; Clarinda. **Biologia.** Vol. Único. Ed: Moderna, 1999.

GOWDAK, Demétrio. **Ciências novo pensar 8º**. Ed. FDT, 2002.

LINHARES, Sergio; Fernando G. **Biologia Hoje**. Vol. 1. Ed. Ática, 1998.

LOPES, Sônia. **Bio**. Vol. 1. Ed. Saraiva, 1998.

PROJETO ARARIBÁ. **Ciências 8ª.** Ensino Fundamental. Ed. Moderna, 2003.

Atividades complementares ao conteúdo programático

Temas para pesquisa

1 – Projeto Genoma Humano

2 – Clones e Clonagens

3 – Porque a bioética é necessária?

4 – Aconselhamento genético

5 – Fatos que confirmam a evolução (fósseis, semelhanças anatômicas)

6 – Teoria da evolução humana

7 – Biomas brasileiros (características e importância)

8 – Quais os tipos de biomas que podem ser encontrados em Santa Catarina?

9 – Poluição hídrica, desmatamento e desertificação e extinção de espécies

10 – Entre esses assuntos qual ou quais você mais se identificou? Responda dando sua opinião e uma possível solução, reunindo seus conhecimentos com seu ponto de vista.

Número de alunos: individual ou grupo de dois.

Avaliação

A avaliação será um processo sistemático, contínuo e integral, que permita acompanhar, registrar e analisar o desenvolvimento do aluno em todas os seus aspectos, fornecendo subsídios ao professor para avaliar o processo ensino-aprendizagem dosa alunos, os conhecimentos por eles trazidos para a sala de aula, suas reais necessidade cientificas e tecnológicas, superando o sendo comum, avaliando o educando como um todo.

6.1.5 Física

Professores Elaboradores:

Adriane Schneider Falck Pinho
André Ary Leonel
Dilma maria Correa
Everton Luiz Silva
Fabiane Aparecida de Souza Soares da Silva
Humbert Luiz Oliveira
Luiz Wagner S. Floriano
Marcos Araquém Scopel
Nilza Cleia Monteiro de Azevedo Costa
Rodrigo Pereira
Sebastião Ribeiro
Silésio dos Santos
Vera Lúcia Medeiros

Concepção da disciplina a respeito da abordagem educacional voltada a EJA

A Física, enquanto área de conhecimento construída tem uma história e uma estrutura que, uma vez apreendida, permite uma compreensão da natureza e dos processos tecnológicos que permeiam a sociedade. Qualquer cidadão que detenha um mínimo de conhecimento científico pode ter condições de utilizá-lo para as suas interpretações de situações de relevância social, reais e concretas, bem como aplica-los nessas e em outras situações.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacional para o Ensino Médio espera-se que o ensino de Física, na escola média, contribua para a formação de uma cultura científica efetiva, que permita ao indivíduo a interpretação dos fatos, fenômenos e processos naturais, situando e dimensionando a interação do ser humano com a natureza como parte da própria natureza em transformação.

> Para tanto, é essencial que o conhecimento físico seja explicitado como um processo histórico, objeto de contínua transformação e associado às outras formas de expressão e produção humana. É necessário também que essa cultura em Física inclua a compreensão do conjunto de equipamentos e procedimentos, técnicos ou tecnológicos, do cotidiano doméstico, social e profissional. (BRASIL, 2000, p. 22)

Dessa forma o Ensino de Física deve incluir a História da Ciência para mudar a concepção da maioria dos alunos de que a ciência e particularmente a Física é construída

linearmente, é uma verdade absoluta e que os cientistas são seres perfeitos e neutros, só visam o bem social. Assumindo o conhecimento de Física como a-histórico, nega-se qualquer tentativa de inseri-lo dentro de um contexto de construção, onde a estrutura atualmente aceita das teorias seja fruto de um processo lento de maturação e adequação aos fenômenos naturais estudados. O ensino de Física também deve incluir tópicos de Física Moderna e Contemporânea (FMC), os quais vêm sendo desenvolvidos desde o inicio do século passado e ainda não são incluídos nesse nível de escolaridade. A FMC é essencial para que o aluno entenda parte dos instrumentos tecnológicos que utiliza no seu dia-a-dia. Além disso, o professor deve está atento à realidade dos alunos e nas concepções que esses trazem do seu dia-a-dia procurando sempre fazer uma boa contextualização dos conceitos trabalhados e uma boa conexão entre a Física ensinada e o cotidiano do aluno.

Objetivo Geral

Permitir que o aluno construa a partir de sua vivência um senso crítico do universo científico, oferecendo condições de utilizá-lo para as suas interpretações de situações de relevância social, reais e concretas, bem como aplica-los nessas e em outras situações.

Neste contexto a física se mostrará como um veículo que lhe trará respostas sobre os atos de sua vida e como parte integrante no meio, bem como contribuir na compreensão das relações entre Ciência, tecnologia e Sociedade.

ENFÂSE NO DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS POR FASE/SÉRIE/ANO	**ENSINO MÉDIO**		
	1ª	**2ª**	**3ª**
Contextualização de Física	**X**		
Segmentos de história, importância e aplicação da Física	**X**		
Noções de Cinemática	**X**		
Movimento Uniforme	**X**		
Movimento Uniformemente Variado	**X**		
Noções de Dinâmica	**X**		
1º Lei de Newton	**X**		
2 ª Lei de Newton	**X**		
3 ª Lei de Newton	**X**		
Energia Mecânica	**X**		
Noções de Hidrostática	**X**		
Quantidade de Movimentos	**X**		
Termologia		X	

Temperatura		**X**	
Escola Termométricas		**X**	
Dilatação térmica		**X**	
Quantidade de calor		**X**	
Propagação de calor		**X**	
Termodinâmica		**X**	
1ª lei da termodinâmica		**X**	
1ª lei da termodinâmica		**X**	
Noções de ótica geométrica		**X**	
Ondas mecânicas		**X**	
Noções de teoria cinemática dos gases		**X**	
Noções de eletrostática			X
Carga elétrica			**X**
Campo elétrico			**X**
Força elétrica			**X**
Potencial elétrico			**X**
Noções de eletrodinâmica			**X**
Corrente elétrica			**X**
Circuito elétrico			**X**
Elementos de um circuito			**X**
Efeito joule			**X**
Noções de magnetismo			**X**
Força magnético			**X**
Campo magnético			**X**
Física moderna			**X**

LEGENDA: O número de **X** indica a necessidade de maior aprofundamento em determinada fase.

Ensino Médio

1ª Série/Ano

- Visão Geral da Física;
- Grandezas Físicas;
- Noções de cinemática (MRU, MRUV);
- Noções de dinâmica;
- Gravitação universal;
- Energia mecânica (princípio da conservação);
- Quantidade de movimento;
- Noções de Hidrostática.

2ª Série/Ano

- Termologia (temperatura, escalas termométricas, dilatação térmica);
- Termodinâmica (calor sensível, calor latente, propagação e transferência de calor, Leis da Termodinâmica e máquinas térmicas);
- Noções de ótica geométrica e ótica física;
- Ondas (características de uma onda e classificação das ondas);
- Comportamento dos Gases.

3ª Série/Ano

- Noção de Eletrostática e campo elétrico;
- Eletrodinâmica (corrente, potência elétrica, resistência, efeito joule e circuitos);
- Eletromagnetismo;
- Campo magnético
- Física moderna

- Sugestões de tópicos de Física Moderna e Contemporânea:

→Relatividade

→Estrutura da matéria

→Radioatividade

→Dualidade onda-partícula (efeito compton, efeito fotoelétrico)

→Princípio da incerteza

OBS: Lembramos que os tópicos de Física Moderna e Contemporânea podem ser abordados ao longo das três fases, respeitando os limites da Física Clássica. Vale lembrar ainda que:

> É inútil pensar que se pode superar o ensino "tradicional", simplesmente pela alteração nas ordens dos conceitos. Aliás, ainda que não exista uma ordem universalmente estabelecida para os conteúdos instrucionais de Física, nas escola média, é conveniente adotar uma seqüência dada de disciplinas ou conteúdos para evitar que a migração escolar, gerada por mudança residencial do estudante ou por outros fatores, possa resultar em repetição de temas ou em lacunas formativas. (SANTA CATARINA, 2003, p. 142)

Avaliação

Segundo Hernández (1998) essa é uma das questões mais controversas, mas, ao mesmo tempo, mais presentes quando se fala em mudar a relação da Escola com os conhecimentos e com as formas de ensiná-los e aprendê-los. De acordo com este autor o papel da avaliação deve fazer parte do próprio processo de aprendizagem, e não é um apêndice que estabelece e qualifica o grau de ajuste dos alunos com a "resposta única" que o docente define. Dessa forma a avaliação não pode ser vista como um fim, mas sim como parte do processo de ensino e aprendizagem, que visa observar o processo e constatar o que ainda precisa ser trabalhado e como deve ser trabalhado, entendendo a educação como um processo de construção histórica.

Os instrumentos utilizados na avaliação serão os seguintes: Resenha de vídeos, Pesquisas e trabalhos individuais ou em grupo, Listas de Exercícios, Provas: individuais, dupla, sem e com consulta, Participação em classe, Apresentação de seminários e Relatório de experimentos.

Metodologia sugerida

Ao iniciar cada assunto o professor poderá fazer uma problematização adequada para motivar o aluno ao aprendizado deste assunto e despertar sua curiosidade. O professor também deve instigar os alunos para saber o que eles já sabem sobre o assunto, se o que eles sabem está de acordo com o conhecimento da Física e pensar em situações que podem reforçar ou falsear as concepções dos alunos caso estas não coincidem com o conhecimento científico.

O professor deve estar ciente que no processo de ensino e aprendizagem de Física, deve-se estimular as perguntas e não somente dar respostas, as quais na maioria das vezes não fazem muito sentido para os alunos, pois não advêm de um processo de construção.

Ao ser solicitado por um aluno, ou pela classe, perante uma dúvida, o professor deverá resolver o problema junto com o aluno e não para o aluno.

Para despertar a curiosidade dos alunos o professor também poderá trabalhar com pesquisas em livros, em grupo, na sala de aula; trabalhos que tragam questões desafio, a fim de mediar o sentimento de competência dos alunos, aumentando a sua auto-estima e seminários. Acreditamos que esse tipo de atividade contribui com a organização da fala (comunicação oral), perante um público, como também sugere posturas convenientes ao falar com grupos de pessoas que não pertencem ao seu círculo de convivência.

Não existe uma receita para se ensinar Física. Acreditamos que cada professor deverá optar por uma metodologia que melhor viabilize o processo de ensino e aprendizagem, pensando na mais adequada para o estilo e predileção da sua turma.

Apoio digital

www.portaldoprofessor.mec.org.br
www.novafisica.net
www.fisica.net
http://homer.nuted.edu.ufrgs.br/tekton/sala_fisica.php
http://www.pion.sbfisica.org.br/pdc/index.php/por
http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/

*OBS***:** Esses endereços possuem recursos que podem ser utilizados tanto com os alunos em sala, como podem ser sugeridos para pesquisas extraclasse, já que grande parte de nossos alunos têm acesso à rede, e/ou contribuir para a formação continuada do professor.

Referências

ALVARENGA, Beatriz. **Física. Vol. 1,2 e 3**. Ed. Scipione, São Paulo, 2003
BONJORNO, José Roberto. **Temas de Física. Vol.1,2 e 3**. Ed. FDI, São Paulo, 2000.
BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Médio, 1999.
GASPAR, Alberto. **Física. Vol. 1,2 e 3**. Ed. Ática, São Paulo, 2003.
GREF. **Física. Vol. 1,2 e 3.** Ed. Edusp, São Paulo, 1999.
PENTEADO, Paulo César et al. **Física, Ciência e Tecnologia**. Ed. Moderna, São Paulo, 2001.
SANTA CATARINA, Secretaria de Educação. **Proposta Curricular** - Física, 2003.

6.1.6 Filosofia

Professores Elaboradores

José Emílio de Medeiros Filho
Adilson Rodrigues Moraes

Concepção da disciplina: Filosofia é uma constante problematização.

Objetivo Geral: Possibilitar ao educando subsídios para que ele possa desenvolver um pensar crítico e criativo, visando uma formação integral, numa perspectiva emancipadora, na busca constante de sua autonomia e independência.

Objetivos Específicos:

Subsidiar o educando na arte do pensar e do agir para compreensão da realidade em seu processo histórico;

Propiciar competências para que o educando crie, inove e busque soluções;

Pensar por si mesmo;

Adquirir senso crítico.

Quadro de distribuição de conceitos:

1º Ano

- Teoria do Conhecimento: Mito, senso comum, Conhecimento empírico, Científico;
- Ética: Ética e Moralidade;
- Política: Ideologia e Alimentação;
- Lógica: Argumentos e premissas;
- Antropologia: Ter e Ser.

2º Ano

- Teoria do Conhecimento: Identidade e Gênero;
- Ética: Verdade, Verdadeiro;
- Política: Relações de poder;
- Lógica: Silogismo;
- Antropologia: Homem.

3º Ano

- Teoria do Conhecimento: Correntes Filosóficas;
- Ética: Liberdade;
- Política: Formas e Governo;
- Lógica: Sofismas e falácias;
- Antropologia: Cultura e Religião.

Avaliação

O que se entende por avaliar? Avaliar é um contínuo processo de verificação da construção do conhecimento do aluno. Contextualizar as questões.

O que avaliar?

Avaliar o nível de:

A abstração;

As inferências;

As relações;

Os questionamentos;

A reflexão;

A crítica;

A criatividade;

A consistência dos argumentos.

Formas de avaliação:

Objetivas V ou F;

Completar;

Pedir desenhos;

Síntese;

Modelos;

Pesquisa;

Maquete;

Relatórios;

Grupos;

Dramatizações;

Associar;

Formar frases;

Experiências;

Provas questões contextualizadas.

Teoria do conhecimento:

Tipos de conhecimento;

Identidade e gênero;

Correntes filosóficas: Idealismo, Marxismo, Existencialismo, Realismo;

1º: Ética: ética x moral, ideologia e alienação, ter e ser;

2º: verdadeiro, relações de poder , silogismo, argumentos, homem;

3º: liberdade, política: formas de governo, Lógica: sofismos, Antropologia: cultura, religião.

Professor

O professor de filosofia deve ter presente que:

É um facilitador;

O promotor da cultura do pensar não só na classe como na Unidade Escolar;

É o grande incentivador do questionamento, do senso crítico e da consciência dos argumentos;

Pedagogicamente um perseguidor da assimilação e das relações de conteúdos;

Intransigente na construção do conhecimento;

É o mestre que se põe a ensinar.

Atitudes que deve despertar nos alunos

Interpretar;

Abstrair;

Inferir;

Problematizar;

Questionar;

Ordenar;

Classificar;

Programar;

Dialogar;

Socializar

6.1.7 Geografia

Professores Elaboradores:

Alessandro M. Pereira
Angela Maria S. Peixer
Antonia Núbia Oliveira
Clarice da Silva
Fabiana de Oliveira
Gerson L. Caldeira
Ivonete M. Sarmento
Luciano João Luzes
Madalena G. Conceição
Margarete Nascimento
Margarete Nascimento
Marilda S. Beal
Nilton Santos Azevedo
Nívea Correa
Osvaldo R. Silva
Ramiro Domingos
Sérgio Valdir da Silva

Concepção Pedagógica no Ensino de Geografia

Uma aprendizagem significativa para todos, fundamenta-se na concepção sócio-interacionista, que entende o homem como ser social e histórico e o conhecimento como um processo de construção coletiva.

Assim seno ensino de Geográfica na EJA deve ocorrer por meio de problematização propostas pela Ciência Geográfica a partir da realidade vivenciadas nas condições socioculturais dos alunos.

Desta forma como alternativa metodológica, busca-se uma representação em escalas geográficas de entendimento: local, entendida como espaço imediato de vivência do aluno, onde se insere a escola, o bairro, a cidade e o município; a regional, nacional correspondendo o Estado de Santa Catarina, a Região Sul e o Brasil. e por último a mundial ou global que corresponde os fenômenos mundiais.

Objetivo Geral

O estudo do espaço geográfico e a relação do homem neste espaço são conceitos fundamentais da ciência geográfica. Sendo assim, torna-se essência compreender a organização e as transformações sofridas por este espaço para a formação do cidadão consciente e crítico. Desta forma, o aluno é visto como agente atuante e modificador do espaço geográfico. No qual

se deve proporcionar o desenvolvimento amplo mediante as dimensões conceituais, procedimentos e atitudinais de forma complexa e integrada.

Ensino Fundamental

6ª Série/Ano

Paisagens: Espaço Geográfico

Os meios de Orientação: Sol, Cruzeiro do Sul, GPS (Sistema de Posicionamento Global)

Localização: Município, Estado, País, Continente e Universo

Sociedade e Trabalho Humano: Desigualdades Sociais

7ª Série/Ano

Paisagens: Espaço Geográfico

Sociedade e Trabalho Humano: Desigualdades Sociais

Localização do Brasil no Globo

Regionalização do Brasil segundo o IBGE

As regiões Geoeconômicas

Setores da Economia em transição

População Brasileira

8ª Série/Ano

Paisagens: Espaço Geográfico

Sociedade e Trabalho Humano: Desigualdades Sociais

Regionalização do mundo: continentes, economicamente

Divisão Norte e Sul

Continente Americano: América Latina e Anglo-Saxônica: fatores socioeconômicos e políticos

Mercosul e Alca

9ª Série/Ano

Paisagens: Espaço Geográfico

Sociedade e Trabalho Humano: Desigualdades Sociais

1ª Revolução Industrial e a expansão do capitalismo

Socialismo: origem e expansão (Guerra Fria)

Globalização e Blocos Econômicos

Ensino Médio

1º Ano

Espaço geográfico: orientação, localização, coordenadas geográficas, cartografia, movimentos da Terra.

Sistemas socioeconômicos: socialismo e capitalismo.

As Revoluções Industriais

Impactos Ambientais

Destruição da natureza: atividades humanas, desenvolvimento sustentável

2º Ano

Impactos Ambientais

Destruição da natureza: atividades humanas, desenvolvimento sustentável

População Brasileira

3º Ano

Geografia de Santa Catarina: aspectos físicos, econômicos e políticos.

Geografia Mundial.

Conflitos Mundiais.

Questão fundiária brasileira

Obs.: Os conceitos foram reavaliados pela equipe, não se observou necessidade de mudança, apenas acrescentar em todas as fases, séries ou anos que os professores façam abordagens que retratem a atualidade, ou seja, conversar com alunos sobre a geopolítica atual.

Avaliação

A avaliação deve ser contínua, diagnóstica, formativa e somativa.

Neste sistema de ensino-aprendizagem (na EJA) os métodos avaliativos devem ser

diversificados abrangendo o todo do educando: comportamento, assiduidade, organização nas atividades propostas, participação ativa frente aos conceitos trabalhos dando ênfase à responsabilidade do educando.

6.1.8 História

Professores Elaboradores
Abigail Machado Simas Mahkowski
Clari Nair Dróppa Pereira
Clerbes Ramos Santos
Eufrásia Maria de Sousa
Ivonete Klock
João Vianey Moreira Costa
José Carlos Gonçalves
Karla Andrezza Vieira
Kelly K. da Costa Martins
Mabel de Souza Mello
Marcos Aurélio Espíndola
Maria Aparecida Correa Nunes
Maria Aparecida Silveira Colonia
Maria da Graça F. Conegatto
Maria José Castro Parucker
Rosemari de Oliveira Letti Rodrigues

A proposta curricular de História para a Educação de Jovens e Adultos do Município de São José tem por objetivo primeiro possibilitar ao educando a participação na **produção** do conhecimento, através de instrumentos que lhe permitam vivenciar experiências significativas e necessárias ao processo de inserção social e ao exercício da cidadania.

Assim, a concepção de História direciona esta proposta deve permitir o entendimento da sociedade em suas diversidades histórico-culturais, cujas singularidades devem estar referenciadas tanto no âmbito das dimensões macro-estruturais, quanto cotidianas. Deste modo, no que se refere às dimensões simbólico-culturais, destacamos as contribuições de Henri Leebvre, de Nietzsche, de Bloch, de Febvre; historiadores franceses, como Jacques Le Goff e Duby; ingleses, como Perry Anderson e Edward Thompson; assim como do italiano Carlo Ginzburg. (PROPOSTA CURRICULAR, 1998 P. 160)

Dentre os historiadores brasileiros que trabalham segundo esta concepção, destacam-se entre outros: Maria Odila Leite da Silva Dias, Fernando Novaes, Déa Fenelon, Francisco Iglesias, Kátia Matoso, Carlos Guilherme Mota, Caio Prado Júnior, e Edgar De Decca, Sérgio Buarque de Holanda. (PROPOSTA CURRICULAR, 1998 P. 160)

A presente proposta esta pautada na concepção História cultural. Conforme Sandra Jatahy Pesavento (1995) a história cultural não como uma "virada de mesa" com relação apressupostos teórico-metodológicos, mas como uma nova abordagem, ou um novo olhar que

se apóia sobre as análises já realizadas, e, por sua vez, avança dentro de um determinado enfoque.

Neste sentido, a história cultural realmente vem se somar ao conhecimento acumulado, sem voltar às costas a uma matriz teórica, fruto de uma reflexão cumulativa.

É salutar dizer que a história está em permanente construção, posto que, as ações e experiências de homens e mulheres ao longo do tempo, produzem novas relações sociais e culturais transformando desse modo a história.

Estamos, portanto, diante de uma produção histórica que privilegia a participação do educando no processo de ensino-aprendizagem, que dedica maior atenção ao contexto social em que os educandos estão inseridos e destaca o cotidiano como campo de possibilidade para o saber histórico em sala de aula. Explorando a experiência dos sujeitos, suas vivências e as diversidades.

Objetivos Geral:

- Possibilitar aos alunos condições de compreender o processo de construção histórico da sociedade, fazendo-os perceber, também, o caráter historicamente contingente deste último.

Específicos:

- Aproximar o estudante da produção científica na área da história, dando-lhe também condições de analisá-la criticamente.
- Incentivar novas leituras das fontes relevantes e diversificadas para a compreensão da disciplina.
- Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços de lutas com vistas a um efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais.

É de grande relevância que o aluno da Educação de Jovens e Adultos, tanto no Ensino Fundamental quanto no Médio, ao longo do processo de aprendizagem domine as **categorias do ensino da história:**

- Tempo
- Espaço
- Relações de Produção
- Relações Sociais
- Relações de Poder
- Cotidiano
- Memória e Identidade
- Análise de Discursos

CONCEITOS

Ensino Fundamental

6ª série/Ano

- Conceito de história
- As fontes históricas
- O tempo e o calendário
- Periodização histórica
- Pré-história Geral, Brasileira e de Santa Catarina (os sambaquis e os tupi)
- Antiguidade: Egito, Grécia e Roma
- Sociedade medieval (poder, servidão e religião)

7ª série/Ano

- Expansão marítima
- Renascimento
- Reforma Religiosa
- Brasil Colonial (colonização, administração, economia, sociedade e escravidão)
- A Colonização em Santa Catarina e São José

8ª série/Ano

- Revolução Francesa
- Revolução Industrial
- Brasil Império (da Independência ao II Reinado)

9ª série/Ano

Brasil República:

- República Velha
- Era Vargas
- Período Democrático
- Ditadura Militar
- Redemocratização
- História de Santa Catarina e São José

Ensino Médio

1ª Série/Ano

A conquista e a colonização do Brasil

- Os autóctones
- Indígenas catarinenses
- Economia canavieira e administração colonial
- O Brasil Espanhol: Expansão Bandeirante
- A mineração
- Reformas

2ª série/Ano

- Iº Império
- IIº Império
- Processo abolicionista
- A imigração

3ª série/Ano

Brasil Contemporâneo

- Primeira República
- A sociedade, economia, política e cultura na 1ª República
- Revolução de trinta
- Era Vargas (populismo). Ascensão e colapso
- O Regime militar
- A nova República
- Atualidades Santa Catarina e São José

Referências

CARVALHO, M. Cecília M. de (org.).**Construindo Saber.** São Paulo: 4. ed. Papirus, 1994.

DE CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano:** Artes de Fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. de Janeiro: Marco Zero, 1984.

DIAS, Maria O L. da S. **Quotidiano do Poder em São Paulo no Séc. XIX.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1995.

FABREGAT, H e FABREGAT,M. H. **Como Reparar Uma Aula de História**. 2. ed. Rio Tinto/Portugal : Edições Asas, 1991.

FELGUEIRAS, Margarida L. **Pensar a História e pensar seu Ensino**. Porto: Editora Porto, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Hoje**: Dúvidas, Desafios e Propostas. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro v. 7. nº13, 1994.

LEITE, Míriam M. **Retratos de Família**. São Paulo: EDUSP 1994.

LEMOS, Carlos A . **O que é Patrimônio Histórico**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LUENA, Célia T. **Memória e História Local**: ensino e pesquisa. In: Tópicos Educacionais, Recife, Vol. 12, 1 e 2, 1994.

MARSON, Adalberto. **Reflexões Sobre Procedimento Histórico** . In: SILVA, M. A (org) Repensando a História. Rio

MENEZES, Ulpiono B. de. **A História é Cativa da Memória?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 34, 1992, pp. 9-23.

PESAVENTO, Sandra Jatahy.In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290.

SANTA CATARINA, Proposta Curricular de Santa Catarina, 1991.

SANTA CATARINA, Proposta Curricular de Santa Catarina, 1998.

SANTA CATARINA, Proposta Curricular de São José, 2000. www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/178.pdf 04/11/2008.

6.1.9 Matemática

Professores Elaboradores:

Adão Régis
Valdemar Morsoleto

Concepção da Matemática para EJA

Para enfrentas as exigências do mundo moderno, as sociedades têm sido pressionadas a investir na elevação dos níveis de escolarização e na preparação de mão de obra especializada. As tentativas de inclusão de jovens e adultos nos sistemas escolares, aos quais eles não tiveram acesso na idade mais adequada, respondem em parte por essas exigências.

Uma parcela significativa dos alunos da EJA são trabalhadores, que precisam dar conta das obrigações profissionais e domésticas, e que em função dessa conjuntura tem pouco tempo (ou condições financeiras) para atividades culturais ou de lazer, e dessa forma buscam por meio da elevação do nível de escolarização melhorar suas condições de trabalho e de vida.

A Matemática tem um papel fundamental nesse processo de inclusão, podendo

dar sua contribuição à formação dos jovens e adultos que procuram a escola, ao promover metodologias que enfatizem a construção de estratégias, a busca e a aplicabilidade de resultados, a criatividade, o trabalho coletivo, e que possibilitem ao aluno da EJA adquirir confiança na própria capacidade para enfrentar desafios. Além disso, a Matemática deve contribuir para a formação de um cidadão crítico e consciente, enfatizando que para exercer a cidadania é necessário saber calcular, medir, raciocinar, interpretar gráficos e pesquisas, entender de descontos, acréscimos e porcentagens, interpretar textos, jornais, telejornais,...O ensino de Matemática também deve contribuir para a leitura e interpretação de dados estatísticos e de índices ou pesquisas divulgados pelos meios de comunicação.

Com esse entendimento pretende-se construir um currículo, que seja mais flexível e interessante, para a Matemática da EJA, que respeite e valorize a pluralidade sociocultural das comunidades, onde a escola está inserida, abordando questões atuais e fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades, como por exemplo: meio ambiente; aquecimento global; desmatamento; uso racional da água doce; pagamento e aplicação dos tributos; uso e domínio dos recursos tecnológicos; a pesquisa e a busca na internet; estudo e análise dos diversos tipos de gráficos; formas de economizar energia elétrica;...

Espera-se que essas atitudes contribuam para que o aluno cuide melhor de si, de sua família, de seus amigos e de sua comunidade, estando atento ao uso responsável da energia elétrica, dos recursos hídricos, da aplicação dos tributos, e de todas as outras questões que estão presentes no seu dia-a-dia. Acredita-se que por meio de estudos, pesquisas, painéis, debates, apresentação de trabalhos, a Matemática da EJA poderá contribuir para que os jovens e adultos a prendam a perceber, observar, questionar, intervir e ser parte da solução dos problemas de sua comunidade.

Objetivo Geral

A disciplina de Matemática tem como objetivo oportunizar ao educando condições de interpretar e identificar variáveis relevantes para que ele possa desenvolver estratégias na resolução de situações problemas que a sociedade coloca, como desafio, no seu cotidiano.

Objetivos Específicos

Para adquirir um conhecimento que faz parte de nossa vida é preciso sistematizar ao longo dos conteúdos desenvolvidos, a compreensão em cada totalidade, relacionando sempre com a prática social dos homens.

Em cada tópico relacionado neste planejamento fez-se como intuito principal, levar ao aluno a compreensão dos conceitos, a partir da relação entre o conceito matemático escolar e a experiência matemática vivenciada em seu cotidiano.

O sistema de avaliação não consiste apenas em notas, tem como prioridade o progresso de cada aluno num contexto geral e a sua participação em todas as relações presentes no meio social em que está inserido.

Demonstrar o raciocínio lógico e a teoria fundamental da matemática de acordo com os métodos científicos.

Ensino Fundamental

6ª série/Ano

Unidade 1: Sistema de numeração

Números naturais

Operações:

Adição

Subtração

Multiplicação

Divisão

Potenciação

Radiciação

Expressões Numéricas

Mínimo Múltiplo Comum

Divisores

Fatoração

Unidade 2: Números Racionais

Idéia de Fração

Comparação de Frações

Operações

Números decimais

7ª Série/Ano

Números inteiros:

Introdução

Operações com números inteiros

Resolução de problemas

Números Racionais:

Introdução

Operações com números racionais

Resolução de problemas

Equações de 1º grau:

Introdução

Técnicas de resolução

Resolução de problemas

Regra de três simples

8ª Série/Ano

Porcentagem

Expressões Algébricas:

Introdução

Valor numérico

Monômios e Polinômios

Operações

Produtos notáveis

Resolução de problemas que envolvem sistemas de equação com duas variáveis

Geometria:

Áreas e Perímetros de figuras planas

Ângulos e Polígonos (triângulos e quadriláteros)

9ª Série/Ano

Equação do 2º grau:

Equações incompletas

Equações completas

Fórmula geral

Problemas

Geometria:

Razão e Proporção

Teorema de Tales

Teorema de Pitágoras

Sistema de numeração métrica:

Sistema de medida

Notação científica

Base 10

Ensino Médio

1ª Série/Ano

Conjuntos:

Simbologia

Conjuntos numéricos

Função: Conceito:

Noções de domínio, Imagem, Contra-domínio

Tipos de função

Função do 1ª grau

Revisão de equação do 1º grau

Definição

Raiz

Gráfico

Função do 2º grau

Revisão da equação do 2º grau

Definição

Fórmula de Báskara

Gráfico

Fundamentos trigonométricos no triângulo:

Seno

Cosseno

Tangente

2ª Série/Ano

Função logarítmica

Progressões:

Sequências

P. A

P. G

Matrizes

Determinante

3ª Série/Ano

Matemática Financeira

Juros simples

Juros compostos

Análise Combinatória

Permutação

Arranjos

Combinações

Probabilidade

Geometria Plana:

Ponto, reta, plano

Polígonos regulares

Áreas das figuras

Noções de Estatística

Interpretação de gráficos e tabelas

Metodologia

Na metodologia de ensino considerar-seá:

Trabalhos em duplas

Realização das tarefas

Participação nas aulas

Avaliação escrita individual

Colaboração e cooperação com colegas e professores

Avaliação

A avaliação será processual, continuada e diversificada, levando em conta não somente uma formação matemática dirigida para o desenvolvimento social e intelectual do aluno, como também o seu esforço individual, a sua cooperação com os colegas e a construção da sua responsabilidade.

A avaliação se dará durante todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, valorizando o crescimento do aluno qualitativa e quantitativamente. Serão feitos em equipe, em sala de aula. Avaliação individual da participação, interesse e assiduidade.

Haverá recuperação paralela de conteúdos e avaliações.

ANEXO:

POESIA MATEMÁTICA

Às folhas tantas
Do livro matemática
Um Quociente apaixonou-se
Um dia
Doidamente
Por uma Incógnita.
Olhou-a com o seu olhar inumerável
E viu-a do ápice à base
Uma figura ímpar;
Olhos rombóides, boca trapezóide,
Corpo retangular, seios esferóides.
Fez de sua uma vida
Paralela à dela
Até que se encontraram
no infinito.
"Quem és tu?," o indagou
em ânsia radical.
"Sou a soma do quadrado dos catetos.
Mas pode me chamar de Hipotenusa."
E de falarem descobriram que eram
(o que em aritmética corresponde
a almas irmãs)
primos entre si.
E assim se amaram
ao quadrado da velocidade da luz
numa sexta potenciação
traçando
ao sabor do momento
e da paixão
retas,curvas,círculos e linhas sinoidais
nos jardins da quarta dimensão.
Escandalizaram os ortodoxos das fórmulas euclidiana
e os exegetas do Universo Finito.
Romperam convenções newtonianas e pitagóricas.
E enfim resolveram se casar
constituir um lar,
mais que um lar,
um perpendicular.
Convidaram para padrinhos
O Poliedro e a Bissetriz.
E fizeram planos, equações e diagramas para o futuro
sonhando com uma felicidade
integral e diferencial.

E se casaram e tiveram uma secante e três cones
muito engraçadinhos.
E foram felizes
até aquele dia
em que tudo vira afinal
monotonia.
Foi então que surgiu
O Máximo Divisor Comum
freqüentador de círculos concêntricos,
viciosos.
Ofereceu-lhe, a ela,
uma grandeza absoluta
e reduzi-a a um denominador comum.
Ele, Quociente, percebeu
que com ela não formava mais um todo,
uma unidade.
Era o triângulo,
tanto chamado amoroso.
Desse problema ela era uma fração,
a mais ordinária.
Mas foi então que Einstein descobriu a Relatividade
e tudo que era espúrio passou a ser
moralidade
como alias em qualquer
sociedade.
Millôr Fernandes

Texto extraído do livro **"Tempo e Contratempo",** Edições O Cruzeiro, Rio de janeiro, 1954, pág. Sem número, publicado com o pseudônimo de Vão Gogo.

6.1.10 Química

Professores Elaboradores
Adriana Lopes Leal
Benícia Maria Ternus
Ilana Seifriz
Itamar Corrêa
Karina Zaia Machado
Lizete Silveira Cesar
Silvia Regina Citadin
Sinara Antunes

Concepção da disciplina

A química é uma ciência que está estruturada na concepção física do estudo da matéria, focando sua atenção na transformação desta em produtos que se destinam a evolução da sociedade, permitindo a acessibilidade a inovação tecnológica em diversos setores da indústria, mantendo-se em equilíbrio com a natureza de modo a minimizar o impacto ambiental sobre ela.

Objetivo da Disciplina

Estabelecer as relações existentes entre os conceitos dados pela química e o dia-a-dia do aluno, explorando os aspectos da vivência do aluno, motivando a reflexão e a adoção de uma postura necessária em busca de uma sociedade mais igualitária na qual se busque assegurar a preservação do ambiente em todas as escalas, bem como focar a real importância da química na vida de cada aluno.

Questões teórico-metodológicas

Estabelecer elos entre os conceitos teóricos e a prática do cotidiano do aluno, permitindo a este assimilar os conteúdos.

Trabalhar uma linguagem química de fácil entendimento para o aluno, correlacionando com fatos do seu cotidiano.

Objetivos Específicos

Estimular o interesse pela ciência e suas evoluções;

Mostrar ao aluno dados sobre questões ambientais, políticas de conservação e utilização dos recursos naturais não-renováveis;

Possibilitar ao aluno a compreensão de alguns conceitos técnicos que estão inseridos no seu mercado de trabalho.

Principais conceitos-conteúdos:

1ª Fase

- Conceito de química
- A ciência, os materiais e o lixo
- Poluição atmosférica
- Misturas e métodos de separação
- Química como ciência experimental no cotidiano
- O átomo e suas partículas
- Os elementos químicos
- As ligações químicas
- Funções químicas

2ª Fase

- Tabela periódica
- Ligações químicas
- Funções químicas
- Cálculos químicos
- Soluções

3ª Fase

- Introdução a química orgânica
- Funções orgânicas
    - Hidrocarbonetos
    - Álcoois
    - Aldeídos
    - Cetonas
    - Éteres
    - Ácido Carboxílico
    - Ésteres
    - Aminas
    - Amidas

Metodologia

No trabalho da química na Educação de Jovens e Adultos o professor deve estar atento a problematização dos assuntos abordados em sala de aula, estimulando seus alunos a argumentação, dando-lhes a oportunidade de conhecer as diversas aplicações da química no seu dia-a-dia.

Além dos conceitos cognitivos encontrados nos livros, o professor deve incentivar o trabalho em equipe, a pesquisa e a leitura dos conceitos que estão sendo trabalhados, possibilitando a correlação com a química cotidiana.

O professor deve aproximar de seus alunos o uso contínuo da tabela periódica para que estes entendam a formação das substâncias químicas e onde as mesmas são aplicadas.

Acreditamos que para o educando ter um bom conhecimento em química, faz-se necessária a realização de pequenos experimentos com produtos do dia-a-dia, para que o conceito seja assimilado, correlacionando teoria e prática.

Avaliação:

A concreta abordagem dos assuntos em uma linguagem química de fácil entendimento propiciará a avaliação do estudante a partir de suas participações e trabalhos em sala de aula e também em avaliações escritas de cunho formativo onde o aluno demonstrará os conhecimentos adquiridos.

Referências

FONSECA, Martha Reis Marques da. **Química Integral**. Volume Único, Editora FTD, 1993.

SARDELLA, Antônio. **Curso Completo de Química**. Volume Único, Editora Ática, 2002.

USBERCO E SALVADOR. **Química Essencial**. Editora Saraiva, 2003.

TITO E CANTO. **Química na abordagem do cotidiano 2 – Físico-Química**. Editora Moderna, 2004.

6.1.11 Sociologia

Professores Elaboradores:
Angélica Analu Espíndola
Edna Ramos Montedo
Margarete da Rosa Vieira
Maria do Carmo Koerich Schmitt
Maria Elena Silva Wiel
Newton Martendal Gentil
Níveia Correa
Paulo César Pires
Teresinha Regina Ganjione

Estudo das relações sociais e das formas de associação, considerando as interações que ocorrem na vida em sociedade. Sua função básica é a de possibilitar ao estudante o acesso a instrumentos que o estimule a agir de forma crítica e transformadora no seu cotidiano. Nossa disciplina pressupõe a garantia de um espaço democrático para discussões e reflexões que apontem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Concepção da disciplina

Estudo das relações sociais e das formas de associação. Considerando as interações que ocorrem na vida em sociedade. Sua função básica é a de possibilitar ao estudante o acesso a instrumentos que o estimule a agir de forma crítica e transformadora no seu cotidiano. A disciplina pressupõe a garantia de um espaço democrático para discussões e reflexões que apontem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Objetivo da disciplina

Possibilitar reflexões sobre a especificidade da Sociologia, visando um novo olhar acerca da realidade nas esferas social, cultural e política, considerando as contribuições das Ciências Sociais.

Quadro de distribuição dos conceitos

ENFÂSE NO DESENVOLVIMENTO DOS CONCEITOS POR FASE/SÉRIE/ANO	ENSINO MÉDIO		
	1º Ano	2º Ano	3º Ano
* Sociologia Histórico Ciência e Senso Comum Ciências Sociais Correntes Filosóficas	X	X	X
* Sociedade Modos de organização social Indivíduo e sociedade Instituições sociais	X	X	X
* Cultura Diferenças culturais na sociedade brasileira	X	X	X
* Trabalho Histórico Organização do trabalho	X	X	X

LEGENDA: O número de **X** indica a necessidade de maior aprofundamento em determinada fase.

Ensino Médio

1ª Série/Ano

1 – Conceito de sociologia

1.1 Ciência e Senso Comum

1.2 Ciências Sociais

2 - Sociedade

3 - Cultura

3.1 Diferenças culturais na sociedade brasileira

4 – Identidade Social

2ª Série/Ano

1 – Conceito de Sociologia

2 – Contextualização histórica

3 – Modos de organização social

4 – Indivíduo e Sociedade

4.1 Cultura

3ª Série/Ano

1 – Trabalho

1.1 Histórico

1.2 Organização do trabalho

2 – Correntes Sociológicas

2.1 Os clássicos (Marx, Durkheim, Weber)
2.2 Alguns conceitos (modos de produção, estratificação social, burocracia)
3 – Instituições Sociais
4 – Tema Livre

Avaliação

Avaliar a apropriação dos conceitos científicos e verificar a percepção subjetivada do estudante, por meio de:

Produções individuais e em grupo;

Debates;

Participação/Freqüência

Referências

BERGER, Peter. **A construção social da realidade**. Petrópolis. Ed. Vozes, 1973.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dilemas de construção de identidade social**. In: Sexualidades Brasileiras, 1996.

QUINTANEIRA, Tânia. **Um toque de clássicos**. Durkheim, Marx e Weber. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 1995.

A AVALIAÇÃO DO PROCESSO-ENSINO APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SÃO JOSÉ- ANOS INICIAIS -FASES I E II:

Os alunos do EJA são Jovens e Adultos que não tiveram acesso em frequentar a escola no período em que o tinham como direito, mas que hoje buscam esse direito e fazem parte do mundo do trabalho formal e informal.

A Educação de Jovens e Adultos do município de São José busca possibilitar condições de acesso ao conhecimento, para que se sintam cidadãos conscientes e participantes da sociedade, atuando como sujeitos construtores e transformadores de sua história.

Nesse sentido, é importante repensar as ações desenvolvidas no processo ensino-aprendizagem, pois estas podem ser marcadas por concepções tanto de exclusão como de emancipação.

Uma das questões que mais preocupa os educadores é o processo avaliativo. A avaliação que queremos, deverá ser feita por meio do ato intencional, ou seja, avaliar para melhor observar o processo e constatar o que ainda precisa ser trabalhado. Logo, a avaliação deve ser dinâmica processual e contínua, entendendo a educação como um processo de construção histórica.

Ao pensarmos as funções da avaliação, identificamos três modalidades: **diagnóstica, formativa e somativa.** Estas modalidades são inter-relacionadas e poderão ocorrer simultaneamente. Desse modo, entende-se que

> A **avaliação diagnóstica** é aquela realizada no início de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos conhecimentos e habilidades imprescindíveis para as novas aprendizagens. É também utilizada para caracterizar eventuais problemas de aprendizagem e identificar suas possíveis causas, numa tentativa de saná-los.
> A **avaliação formativa** com função de acompanhamento, é realizada durante todo o decorrer do período letivo, com o propósito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos nas atividades. E assim colaborar com o processo de construção de conhecimento do aluno.
> A **avaliação somativa**, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, e consiste em classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou de um grau para outro. (LAFFIN, BITTENCOURT, LUNARDI E SANTOS,

2002)

Ao considerarmos estas dimensões da avaliação, a nota passa a não ser o centro do processo, nem representa uma medida do conhecimento, recolocando assim a avaliação no seu devido lugar como integrante do processo ensino-aprendizagem e não como um fim em si mesma. Quanto à atribuição de notas, constatamos que ela só será possível desde que a mesma seja entendida meramente como forma de incentivo na realização das atividades diárias e como um processo combinado entre aluno e professor, e não como um elemento classificatório de verificação do rendimento.

Assim, situamos a seguir alguns princípios fundamentais no processo de avaliação na EJA:

a) A avaliação é entendida como processo que envolve: professores, alunos e toda a comunidade escolar.
b) Devemos avaliar considerando a história pessoal de cada aluno e sua relação com os trabalhos realizados e seus registros.
c) Deverão ser consideradas no processo avaliativo todas as atividades desenvolvidas na aula, ou seja, todo trabalho desenvolvido de maneira ampla e dinâmica.
d) Nesse processo, o professor deverá buscar novas ações de ensino, considerando o que já foi aprendido e o que ainda precisa ser mediado. Dessa forma, teremos uma avaliação consciente e produtiva.
e) O “erro" passa a ser visto como parte importante do processo e não como um elemento de rótulo e de classificação dos alunos. É mediante o erro que o professor poderá planejar outras atividades de ensino para a apropriação desse e de novos conhecimentos.
f) O que queremos mostrar nesta avaliação? Queremos uma retrospectiva do trabalho, em que se repense, tanto o percurso do aluno, como o do professor em busca de novas ações que possibilitem o desenvolvimento e a efetivação do processo ensino-aprendizagem.

Conselho de classe

Todo o processo de ensino-aprendizagem e avaliação do percurso deverão ser debatidos no conselho de classe organizado pelo respectivo pólo.

Quanto aos instrumentos de registro da avaliação:

Com relação aos instrumentos de avaliação, os professores do EJA, trabalham mediante registros diários, do professor e dos alunos, fotos e documentação de atividades, produção de texto individual e coletivo, painel, pesquisas de campo, vídeos, auto-avaliação, trabalhos em grupo, dinâmicas. Dependendo da diversidade dos grupos, os instrumentos podem e devem ser adaptados. Tais possibilidades de registro possibilitam que o trabalho pedagógico seja norteador do processo de avaliação do ensino-aprendizagem e vice-versa.

O registro do processo avaliativo no final do semestre dar-se-á de forma semi-descritiva (conforme roteiro em anexo), considerando assim, o conhecimento adquirido durante o processo escolar e aquele que ainda precisa ser trabalhado com a mediação do professor.

Nesse parecer o professor indicará, além do percurso do aluno na apropriação do conhecimento, a possibilidade do aluno seguir no semestre para a 6ª série/ano.

Referências

DAVIS, Cláudia & SPOSITO, Yara L. **Papel e Função do Erro na Avaliação Escolar**. In: Cadernos de Pesquisa. Agosto de 1990 (74): 71-75, São Paulo, 1990.

ESTEBAN, Maria Teresa (Org.) **Avaliação:** uma prática em busca de novos sentidos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ESTRELA, Albano & NOVOA, António (0rg.). **Avaliações em Educação**: Novas perspectivas. Porto Editora Ltda., 1993.

GIMENO, José. e GÓMEZ, A. I. PÉREZ. **Compreender e Transformar o Ensino**. Porto Alegre, RS: ARTMED, 1998.

GIMENO, José. **O Currículo** – uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

GÓES, Maria Cecília R. **As relações intersubjetivas na construção de Conhecimento**. In: 1998.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora. Porto Alegre, RS, 1995.

LAFFIN, M. Hermínia L. F., BITTENCOURT, Jane., LUNARDI, Geovana. Mendonça, SANTOS, Rejane dos**. Didática Geral.** 1ª ed. Florianópolis: Laboratório de Educação a Distância/UFSC, 2002.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. **Um gosto amargo de escola**: relações entre currículo,

ensino e fracasso escolar. São Paulo: EDUC, 1998.

SILVA, Luiz Heron da. **A Escola Cidadã no contexto da Globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Pp. 172 - 177.

WEFFORT, Madalena Freire. **Observação, Registro e Reflexão**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC
SETOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
I SEGMENTO DE ESCOLARIZAÇÃO:

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DO ALUNO - FASE I

ALUNO(A): _____
TURMA:_____DATA:_____
PROFESSOR(A):_____

LÍNGUA PORTUGUESA: CONHECIMENTOS TRABALHADOS	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Expressa-se oralmente de acordo com a situação.			
Faz a leitura e produz por meio de imagens, símbolos, gestos e sons.			
Compreende e lê pequenos textos.			
Constrói sentidos possíveis a partir do texto.			
Compreende idéias do texto e sua relação com a realidade			
Reproduz, sintetiza e comenta textos ouvidos e/ou lidos.			
Produz pequenos textos.			
Domina relativamente a ortografia (escrita das palavras)			
Escreve com clareza e seqüência de idéias pequenos textos, individual ou coletivamente.			

MATEMÁTICA: CONHECIMENTOS TRABALHADOS	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Identifica e representa os números estudados.			
Lê, interpreta e resolve situações matemáticas envolvendo adição, subtração, multiplicação e divisão.			
Domina/utiliza medidas de tempo, de capacidade, de massa e de comprimento.			
Lê, interpreta e constrói tabelas e gráficos			
Domina noções de porcentagem			

Reconhece/domina noções de geometria..			

CIÊNCIAS NATURAIS CONHECIMENTOS TRABALHADOS	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Reconhece/domina o conceito de Meio Biótico (o homem, os animais, as plantas e outros seres vivos, bactérias, fungos e vírus).			
Reconhece/domina o conceito de Meio Abiótico (solo, água, ar, ciclo da matéria e energia, sol, lua, interação meio Biótico e Abiótico.)			
Identifica, classifica e interage com o meio ambiente.			
Identifica, classifica e interage com o corpo humano e sua relação com outros seres vivos.			
Domina noções de planejamento familiar			
Identifica questões relacionadas ao gênero e sexualidade.			
Identifica questões relacionadas à higiene e saúde.			
Domina noções de prevenção e tipos de drogas.			

CIÊNCIAS SOCIAIS CONHECIMENTOS TRABALHADOS	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Domina/representa o conceito de espaço geográfico e social.			
Percebe a ocupação da sociedade em diferentes espaços físicos e sociais.			
Compreensão do processo histórico pessoal e social.			
Reconhece os diferentes modos de ser e de viver, tanto na sociedade em que vivemos quanto em outras culturas.			

PLURALIDADE CULTURAL CONHECIMENTOS TRABALHADOS	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Compreende as relações estabelecidas em sua vida.			

Estabelece relações interpessoais (convivência mo grupo).			
Respeita a pluralidade de crenças, religiões e idéias.			

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA CONHECIMENTOS TRABALHADOS	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Reconhece e utiliza linguagens dramáticas, plásticas, musical e corporal.			
Produz, comunica e expressa por meio de imagens, sons e gestos suas idéias e sentimentos.			

COMO FOI O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO:

REGISTRE COMO FOI O SEU PROCESSO ESCOLAR NESTE SEMESTRE/ANO:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC
SETOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
I SEGMENTO DE ESCOLARIZAÇÃO:

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DO ALUNO - FASE II

ALUNO(A):
_____TURMA:_____
DATA: _____
PROFESSOR(A):_____

LÍNGUA PORTUGUESA: CONHECIMENTOS TRABALHADOS	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Expressa-se oralmente de acordo com a situação.			
Faz a leitura e produz por meio de imagens, símbolos, gestos e sons.			
Lê e interpreta textos diversos..			
Constrói sentidos possíveis do texto.			
Compreende idéias do texto e sua relação com a realidade			
Reproduz, sintetiza e comenta textos ouvidos e/ou lidos.			
Lê com fluência, entonação, pontuação e ritmo.			
Produz textos de acordo com o destinatário, a situação de uso e o tipo de texto.			
Domina relativamente a ortografia (escrita das palavras)			
Escreve com clareza e seqüência de idéias textos, individual ou coletivamente.			

MATEMÁTICA: CONHECIMENTOS TRABALHADOS	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Identifica/representa os números estudados.			
Lê, interpreta e resolve situações matemáticas envolvendo adição, subtração, multiplicação e divisão.			
Identifica/representa os números fracionários			
Reconhece noções de múltiplos e			

divisores.			
Domina/utiliza o conceito de fração.			
Domina/utiliza medidas de tempo, de capacidade, de massa e de comprimento.			
Lê, interpreta e constrói tabelas e gráficos.			
Compreende e aplica o conceito de porcentagem			
Identifica e reconhece os números decimais			
Reconhece/domina noções de geometria.			

CIÊNCIAS NATURAIS CONHECIMENTOS TRABALHADOS	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Reconhece/domina o conceito de Meio Biótico (o homem, os animais, as plantas e outros seres vivos, bactérias, fungos e vírus).			
Reconhece/domina o conceito de Meio Abiótico (solo, água, ar, ciclo da matéria e energia, sol, lua, interação meio Biótico e Abiótico.)			
Identifica, classifica e interage com o meio ambiente.			
Identifica, classifica e interage com o corpo humano e sua relação com outros seres vivos.			
Domina noções de planejamento familiar			
Identifica questões relacionadas ao gênero e sexualidade.			
Identifica questões relacionadas à higiene e saúde.			
Domina noções de prevenção e tipos de drogas.			

CIÊNCIAS SOCIAIS CONHECIMENTOS TRABALHADOS	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Domina/representa o conceito de espaço geográfico e social.			
Percebe a ocupação da sociedade em diferentes espaços físicos e sociais.			
Compreensão do processo histórico pessoal e social.			

Reconhece os diferentes modos de ser e de viver, tanto na sociedade em que vivemos quanto em outras culturas.			

PLURALIDADE CULTURAL **CONHECIMENTOS TRABALHADOS**	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Compreende as relações estabelecidas em sua vida.			
Estabelece relações interpessoais (convivência mo grupo).			
Respeita a pluralidade de crenças, religiões e idéias.			

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA **CONHECIMENTOS TRABALHADOS**	**DOMINA E/OU REALIZA**	**DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE**	**AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS UM POUCO**
Reconhece e utiliza linguagens dramáticas, plásticas, musical e corporal.			
Produz, comunica e expressa por meio de imagens, sons e gestos suas idéias e sentimentos.			

COMO FOI O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO:

QUERIDO ESTUDANTE REGISTRE COMO FOI O SEU PROCESSO ESCOLAR NESTE SEMESTRE/ANO:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC
SETOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
II SEGMENTO DE ESCOLARIZAÇÃO

AVALIAÇÃO DO ALUNO – 6ª a 9 ª Série/ano e Ensino Médio

ALUNO(A): _____TURMA:_____
DATA: _____PROFESSOR(A):_____
DISCIPLINA:_____

CONHECIMENTOS TRABALHADOS	DOMINA E/OU REALIZA	DOMINA E/OU REALIZA PARCIALMENTE	AINDA PRECISAMOS TRABALHAR MAIS
Professor elaborar este quadro com os principais conceitos/conhecimentos trabalhados durante o semestre na sua área na turma.			

COMO FOI O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO ALUNO:

REGISTRE COMO FOI O SEU PROCESSO ESCOLAR NESTE SEMESTRE:

Para que o aluno preencha

ANEXOS

LEGISLAÇÃO VIGENTE

As leis que regulamentam a Educação de Jovens e Adultos em São José são:

Anexo 1 - Lei n º 9.394/92 -Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 20 de dezembro de 1996.
Anexo 2 - Resolução n º 004/99 do Conselho Municipal de Educação de São José.
Anexo 3 - Resolução 42/03
Anexo 4 - Sistema Municipal de Ensino – Lei nº 3.472/99
Anexo 5 - Resolução 01/2000 CNE/CEB
Anexo 6 Resolução 03/2010 – Diretrizes Operacioanais da Educação de Jovens e Adultos.
Anexo 7- RESOLUÇÃO N° 51/2014/COMESJ/SC - Regulamenta a Matriz Curricular do Ensino Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de São José a partir do ano letivo de 2015

Anexo 1 - Lei nº 9.394

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB
Extrato sobre a EJA
Seção V
Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Anexo 2 - Resolução nº 004/99 do Conselho Municipal de Educação de São José

RESOLUÇÃO Nº 004/99

Estabelece diretrizes para a criação, autorização e credenciamento de cursos e exames visando a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Educação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, em obediência ao prescrito na Lei n. 9.394/96, bem como, do definido nas Resoluções nº 02 e 03/98, do Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica (CNE/CEB).

RESOLVE:
CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A Educação de Jovens e Adultos, proporcionada em estabelecimentos de ensino mantidos pelo Poder Público, tem por objetivos:

I. a continuidade de estudos para aqueles que não tiveram acesso à escola ou continuidade de estudos do Ensino Fundamental ou Médio, na idade própria; e,

II. o nivelamento de estudos ao Ensino Fundamental e Médio.

Art. 2º - A Educação de Jovens e Adultos será realizada mediante cursos e exames supletivos no nível do Ensino Fundamental e Médio e será organizada em estabelecimentos de ensino vinculados ao Sistema Municipal de Educação, em obediência às disposições desta Resolução.

Art. 3º - Na organização dos cursos e exames supletivos, atendidos os mínimos da base nacional comum, os estabelecimentos de ensino terão como referência:

I. os princípios, a filosofia e as diretrizes que norteiam a educação nacional;

II. as diretrizes curriculares do Ensino Fundamental e Médio emanadas do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB);

III. a adequação de seu plano político pedagógico às peculiaridades institucionais e de sua clientela; e,

IV. o disposto nos artigos 22 a 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS SUPLETIVOS

Art. 4º - A organização de cursos supletivos, com avaliação no processo e com freqüência obrigatória e que se destinam a conclusão do Ensino Fundamental e/ou Médio, terão, respectivamente, a duração:

I. no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, a carga horária mínima de 1.064 (hum mil e sessenta e quatro) horas de efetivo trabalho escolar;

II. no Ensino Médio, a carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas de efetivo trabalho escolar;

Parágrafo único. A jornada escolar diária não poderá ultrapassar a 04 (quatro) horas de trabalho escolar efetivo, para o cômputo do total do curso.

Art 5º - O ingresso em cursos supletivos destinados à Educação de Jovens e Adultos, no nível do Ensino Fundamental e do Médio, está condicionado:

I. a idade mínima de 14 (quatorze) anos completos, para ingresso no Ensino Fundamental; e,

II. a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, para o ingresso no Ensino Médio e desde que comprove a conclusão do Ensino Fundamental.

Art. 6º - Os processos de avaliação, promoção e correspondente expedição de documentação são da competência dos respectivos estabelecimentos de ensino, sob a responsabilidade das entidades mantenedoras.

Art. 7º - A aprovação de qualquer aluno dos cursos supletivos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, com freqüência obrigatória e avaliação no processo está condicionada à freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do cômputo global da carga horária do respectivo curso.

Parágrafo único. A aprovação de qualquer aluno fica condicionada ao aproveitamento, nota ou conceito mínimo, correspondente a 05 (cinco), na escala de 0 a 10 (zero a dez).

Art. 8º - Comprovada a promoção do estudante, é competência dos respectivos estabelecimentos de ensino, uma vez credenciados ou reconhecidos, expedir a competente titulação, mediante certificados ou diplomas.

§ 1º - As instituições educacionais poderão expedir declaração de conclusão de série ou período, lavrando o respectivo registro, garantida sua guarda e condição de arquivo.

§ 2º - A autenticidade da documentação escolar expedida é de estrita responsabilidade da direção dos estabelecimentos de ensino.

Art. 9º - A organização do ano ou período letivo dos cursos supletivos para o Ensino Fundamental e Médio é de Competência dos estabelecimentos de ensino.

Parágrafo único. A fixação do início e término dos cursos supletivos do Ensino Fundamental e Médio, para o ano ou período letivos, em que forem desenvolvidos, fica a critério das instituições educacionais, sem vínculo obrigatório ao ano civil.

Art. 10 – As entidades mantenedoras que instituem cursos supletivos em seus estabelecimentos de ensino, poderão propor formas e currículos alternativos correspondentes ao Ensino Fundamental, com estrutura e duração apropriadas a esse nível e grau de aprendizagem, respeitada, sempre, a idade mínima de 14 (quatorze) anos completos da clientela, para o respectivo ingresso.

Parágrafo único. Os processos próprios para o desenvolvimento dessas formas e currículos alternativos não tem regras comuns a não ser os mínimos curriculares nacionais e a idade mínima para o seu ingresso.

Art. 11 – Os estabelecimentos de ensino a partir da data de aprovação desta Resolução, editarão, para os seus cursos supletivos, planos e propostas pedagógicas, contendo como mínimos:

I. a filosofia e os princípios didático-pedagógicos da instituição;
II. explicações sobre a organização e disposições das entidades escolares;
III. o calendário escolar;
IV. o currículo específico e a indicação da área ou fase de estudos à qual se destinam;
V. os conteúdos programáticos e as formas de aprendizagem;
VI. os processos de avaliação, promoção, reprovação, recuperação e dependência, esta última, se houver;
VII. o regime escolar;
VIII. as atividades escolares, em geral, e as ações didático-pedagógicas a serem desenvolvidas durante o ano escolar;
IX. os procedimentos a serem adotados para o atendimento de alunos(as) em condições especiais;
X. os espaços e ambientes necessários e adequados a materialização da execução da proposta; e,
XI. a relação e habilitação do corpo docente e técnico-administrativo.

Parágrafo único. As instituições educacionais darão conhecimento do plano ou proposta pedagógica à sua clientela, no início das respectivas atividades escolares de cada ano ou período letivo.

Art. 12 – Os processos de autorização dos cursos supletivos para a Educação de Jovens e Adultos deverão ser encaminhados ao Conselho Municipal de Educação a quem compete decidir a respeito.

Art. 13 – As instituições educacionais que optarem por cursos supletivos para a Educação de Jovens e Adultos somente poderão dar início aos mesmos após autorização pelo Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. O desrespeito ao disposto neste artigo, comina a instituição com a nulidade dos atos praticados.

Art. 14 – Os estabelecimentos de ensino na organização dos seus currículos e correspondentes grades curriculares, observarão os mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 15 – Os estabelecimentos de ensino que ministrarem cursos supletivos de Ensino Fundamental e Médio com presença obrigatória e avaliação no processo, poderão estabelecer o número de períodos escolares para cada turno, períodos correspondentes às horas-aula e com a duração mais favorável à respectiva clientela.

Parágrafo único. A permissão constante neste artigo não invalida, entretanto, o disposto no artigo 4º e seus incisos, desta Resolução, devendo o cômputo final atingir o mínimo de horas-aulas

previsto.

Art. 16 – Os processos de reconhecimento dos Cursos Supletivos para Jovens e Adultos deverão ser encaminhados ao Conselho Municipal de Educação, a quem compete decidir a respeito do respectivo ato de reconhecimento.

Parágrafo único. O prazo para o encaminhamento dos processos previstos neste artigo é o tempo da última série ou período escolar dos respectivos cursos, porém, antes dos 06 (seis) últimos meses da conclusão da primeira turma.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS EXAMES SUPLETIVOS

Art. 17 – Os exames supletivos previstos no artigo38, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, obedecido o disposto no processo legal e após serem organizados pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura, serão realizados:

I. pelo menos uma vez a cada ano, independentemente do ano civil;
II. pelo Poder Público Municipal;
III. em estabelecimentos de ensino mantidos pelo Poder Público Municipal; e,
IV. serão organizados:

a) em nível de conclusão do Ensino Fundamental, para maiores de 15 (quinze) anos;
b) em nível de conclusão do Ensino Médio, para maiores de 18 (dezoito) anos;
c) a matrícula será efetivada nos respectivos estabelecimentos de ensino; e,
d) os certificados e/ou diplomas serão expedidos pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A matrícula ou inscrição aos exames supletivos, observada a idade prescrita, independe de qualquer comprovação de documentação escolar anterior.

Art. 18 – Os Exames Supletivos terão como conteúdos mínimos, sobre os quais os alunos serão avaliados, os mesmos dos cursos supletivos com base nas diretrizes curriculares fixadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 19 – A fixação da época dos exames supletivos é de competência da Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 20 – A Secretaria Municipal da Educação e Cultura encaminhará ao Conselho Municipal de Educação o projeto de exames supletivos para a competente aprovação, incluídos no respectivo projeto, os eventuais convênios ou contratos que tiverem sido celebrados com instituições de iniciativa privada para a sua realização.

CAPÍTULO IV
DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 21 – É permitido o aproveitamento de estudos realizados por via de exames supletivos ou outros, quer seja para o prosseguimento de estudos, quer os casos de transferência de um para outro estabelecimento de ensino.

Art. 22 – Nos casos de transferência de alunos de um para outro estabelecimento de ensino, nas modalidades regular ou supletiva, deverá ser observado:

I. a idade mínima requerida para o ingresso em cursos ou exames supletivos;
II. os mínimos das diretrizes curriculares obrigatórios em âmbito nacional; e,
III. os convenientes procedimentos de adaptação, quando for o caso.

Art. 23 – Nos documentos de transferência deverão ser anexadas todas as informações relativas aos estudos realizados, na forma de históricos escolares, inclusive aqueles conteúdos relativos aos conhecimentos regionais, se for o caso.

Art. 24 – No aproveitamento de disciplinas anteriormente cursadas e que se destinem à complementação escolar de cursos ou exames supletivos para jovens e adultos, deverão ser observados os seguintes critérios:

I. comprovação de aprovação do aluno na respectiva série ou período escolar:

II. comprovação de aprovação em disciplina (s) de exames supletivos :

III. aproveitamento de conteúdos comprovadamente estudados, os quais poderão ser aceitos a título de créditos:

IV. poderão ser aproveitados os estudos previstos no inciso III, imediatamente anterior, para a substituição de disciplinas afins e que possuam idêntico ou equivalente valor formativo excluídas as que compõem os mínimos das diretrizes curriculares fixados pelo Conselho Nacional de Educação; e,

V. observação das normas fixadas pelo Conselho Municipal de Educação .

Art. 25 - É de competência dos estabelecimentos de ensino disciplinar, em seu regimento escolar e proposta pedagógica, a forma das transferências, da adaptação e do aproveitamento de estudos, atendidas, em cada caso, as peculiaridades dos alunos, a época da (s) transferência(s) e os conteúdos mínimos das diretrizes curriculares fixados em âmbito nacional.

CAPÍTULO V
DOS ESTUDOS SUPLETIVOS MODULARIZADOS

Art. 26 - Entende-se, para os efeitos desta Resolução, como estudos modularizados aqueles realizados em estabelecimentos de Educação para Jovens e Adultos, com características especiais:

I. os conteúdos programáticos e curriculares correspondentes aos mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Educação, poderão ser distribuídos em módulos, para estudos presenciais, em forma de acompanhamento a distância;

II. com dispensa de freqüência;

III. com matrícula e avaliação dos respectivos módulos em Centros de Educação de Jovens e Adultos; e,

IV. com observância da idade mínima, conforme o disposto na Lei n. 9.394/96 e nesta Resolução.

Art. 27 - Os Centros de Educação para Jovens e Adultos, para poderem funcionar na forma de estudos supletivos modularizados, deverão ter aprovados seus projetos pelo Conselho Municipal de Educação.

Art.28 - A aprovação em estudos supletivos modularizados fica condicionada ao aproveitamento mínimo correspondente a nota 05 (cinco) ou ao conceito correspondente, na escala de 0-10 (zero a dez).

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.29 - Os estudos realizados em Cursos para a Educação de Jovens e Adultos, uma vez comprovados pelos respectivos certificados e/ou diplomas, terão validade nacional, garantindo o prosseguimento de estudos.

Art.30 - Os estabelecimentos de ensino vinculados ao Sistema Municipal de Educação, para que possam realizar cursos e/ou exames supletivos, para atender à Educação de Jovens e Adulto, deverão ser credenciados por ato do Poder Público Municipal.

Art. 31 - No tocante às normas gerais para o Sistema Municipal de Educação e tendo em vista o disposto no artigo 92, da Lei n. 9.394/96.

Art.32 - As dúvidas e os casos omissos nesta Resolução serão apreciados e resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.

Art.33 - Estudos visando a profissionalização em cursos destinados à Educação de Jovens e Adultos, serão previstos, tanto em sua organização, quanto nos seus aspectos formativos em Resolução específica da Educação Profissional, conforme o disposto no Capítulo III, do Título V, da Lei n. 9.394/96.

Art.34 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São José (SC), 09 de dezembro de 1999.

FERNANDO MELQUÍADES ELIAS
Presidente do Conselho Municipal de Educação de São José

Anexo 3 - Resolução nº 042/03 de 22 de agosto de 2003

Altera o artigo 5º e os incisos I e II da resolução 004 de 09 de dezembro de 1999 que estabelece diretrizes para a criação, autorização e credenciamento de cursos e exames visando a educação de jovens e adultos no sistema municipal educação de São José.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, em Obediência ao prescrito na Lei nº 9.394, bem como o definido no Sistema Municipal de Educação de São José, Título III, Capítulo V, Art.27.

RESOLVE:

Art. 1º - fica alterado o Art. 5º e os incisos I e II da Resolução 004 de 09 de dezembro de 1999, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º - Os cursos supletivos destinados à Educação de Jovens e Adultos, no nível de Ensino Fundamental e Médio, estão condicionados:

Inciso I: no nível de conclusão de Ensino Fundamental, para igual ou maiores de quinze anos.

Inciso II: no nível de conclusão de Ensino Médio para igual ou maior de dezoito anos, comprovado a conclusão do Ensino Fundamental.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Anexo 4 - Lei nº 3.472/99 -Sistema Municipal de Ensino- Lei nº 3.472/99, de 16 de dezembro de 1999.

Dispõe sobre o sistema municipal de ensino de São José.

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 27 – A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiverem acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade própria.

Art. 28 – A Secretaria Municipal da Educação e Cultura desenvolverá uma política de divulgação para o ingresso no Ensino de Jovens a Adultos.

Art. 29 – As turmas serão formadas após avaliação pela coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos, nas unidades escolares municipais ou estaduais, nas empresas interessadas ou em lugares sugeridos pelas comunidades.

Art. 30 – A idade mínima para o ingresso na Educação de Jovens a Adultos será de 15 anos.

Anexo 5 – Resolução nº 01 CNE/CEB

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000

Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 9º, § 1°, alínea "c", da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e tendo em vista o Parecer CNE/CEB 11/2000, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 7 de junho de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação.

Art. 2º A presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º,37, 38, e 87 e, no que couber, da Educação Profissional.

§ 1º Estas Diretrizes servem como referência opcional para as iniciativas autônomas que se desenvolvem sob a forma de processos formativos extra-escolares na sociedade civil.

§ 2º Estas Diretrizes se estendem à oferta dos exames supletivos para efeito de certificados de conclusão das etapas do ensino fundamental e do ensino médio da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 3º As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental estabelecidas e vigentes na Resolução CNE/CEB 2/98 se estendem para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental.

Art. 4º As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio estabelecidas e vigentes na Resolução CNE/CEB 3/98, se estendem para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no ensino médio.

Art. 5º Os componentes curriculares conseqüentes ao modelo pedagógico próprio da educação de jovens e adultos e expressos nas propostas pedagógicas das unidades educacionais obedecerão aos princípios, aos objetivos e às diretrizes curriculares tais como formulados no Parecer CNE/CEB 11/2000, que acompanha a presente Resolução, nos pareceres CNE/CEB 4/98, CNE/CEB 15/98 e CNE/CEB 16/99, suas respectivas resoluções e as orientações próprias dos sistemas de ensino.

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de eqüidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I - quanto à eqüidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II - quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

Art. 6º Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.

Art. 7º Obedecidos o disposto no Art. 4º, I e VII da LDB e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização universal obrigatória, serão considerada idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino fundamental a de 15 anos completos.

Parágrafo único. Fica vedada, em cursos de Educação de Jovens e Adultos, a matrícula e a

assistência de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória, ou seja, de sete a quatorze anos completos.

Art. 8º Observado o disposto no Art. 4º, VII da LDB, a idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino médio é a de 18 anos completos.

§ 1º O direito dos menores emancipados para os atos da vida civil não se aplica para o da prestação de exames supletivos.

§ 2º Semelhantemente ao disposto no parágrafo único do Art. 7º, os cursos de Educação de Jovens e Adultos de nível médio deverão ser voltados especificamente para alunos de faixa etária superior à própria para a conclusão deste nível de ensino ou seja, 17 anos completos.

Art. 9º Cabe aos sistemas de ensino regulamentar, além dos cursos, os procedimentos para a estrutura e a organização dos exames supletivos, em regime de colaboração e de acordo com suas competências.

Parágrafo único. As instituições ofertantes informarão aos interessados, antes de cada início de curso, os programas e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos didáticos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

Art. 10. No caso de cursos semipresenciais e a distância, os alunos só poderão ser avaliados, para fins de certificados de conclusão, em exames supletivos presenciais oferecidos por instituições especificamente autorizadas, credenciadas e avaliadas pelo poder público, dentro das competências dos respectivos sistemas, conforme a norma própria sobre o assunto e sob o princípio do regime de colaboração.

Art. 11. No caso de circulação entre as diferentes modalidades de ensino, a matrícula em qualquer ano das etapas do curso ou do ensino está subordinada às normas do respectivo sistema e de cada modalidade.

Art. 12. Os estudos de Educação de Jovens e Adultos realizados em instituições estrangeiras poderão ser aproveitados junto às instituições nacionais, mediante a avaliação dos estudos e reclassificação dos alunos jovens e adultos, de acordo com as normas vigentes, respeitados os requisitos diplomáticos de acordos culturais e as competências próprias da autonomia dos sistemas.

Art. 13. Os certificados de conclusão dos cursos a distância de alunos jovens e adultos emitidos por instituições estrangeiras, mesmo quando realizados em cooperação com instituições sediadas no Brasil, deverão ser revalidados para gerarem efeitos legais, de acordo com as normas vigentes para o ensino presencial, respeitados os requisitos diplomáticos de acordos culturais.

Art. 14. A competência para a validação de cursos com avaliação no processo e a realização de exames supletivos fora do território nacional é privativa da União, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Art. 15. Os sistemas de ensino, nas respectivas áreas de competência, são co-responsáveis pelos cursos e pelas formas de exames supletivos por eles regulados e autorizados.

Parágrafo único. Cabe aos poderes públicos, de acordo com o princípio de publicidade:

a) divulgar a relação dos cursos e dos estabelecimentos autorizados à aplicação de exames supletivos, bem como das datas de validade dos seus respectivos atos autorizadores.

b) acompanhar, controlar e fiscalizar os estabelecimentos que ofertarem esta modalidade de educação básica, bem como no caso de exames supletivos.

Art. 16. As unidades ofertantes desta modalidade de educação, quando da autorização dos seus cursos, apresentarão aos órgãos responsáveis dos sistemas o regimento escolar para efeito de análise e avaliação.

Parágrafo único. A proposta pedagógica deve ser apresentada para efeito de registro e arquivo histórico.

Art. 17 – A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em:

I – ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica;

II – investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextuadas;

III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática;

IV – utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem.

Art. 18. Respeitado o Art. 5º desta Resolução, os cursos de Educação de Jovens e Adultos que se destinam ao ensino fundamental deverão obedecer em seus componentes curriculares aos Art. 26, 27, 28 e 32 da LDB e às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental.

Parágrafo único. Na organização curricular, competência dos sistemas, a língua estrangeira é de oferta obrigatória nos anos finais do ensino fundamental.

Art. 19. Respeitado o Art. 5º desta Resolução, os cursos de Educação de Jovens e Adultos que se destinam ao ensino médio deverão obedecer em seus componentes curriculares aos Art. 26, 27, 28, 35 e 36 da LDB e às diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.

Art. 20. Os exames supletivos, para efeito de certificado formal de conclusão do ensino fundamental, quando autorizados e reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino, deverão seguir o Art. 26 da LDB e as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental.

§ 1º A explicitação desses componentes curriculares nos exames será definida pelos respectivos sistemas, respeitadas as especificidades da educação de jovens e adultos.

§ 2º A Língua Estrangeira, nesta etapa do ensino, é de oferta obrigatória e de prestação facultativa por parte do aluno.

§ 3º Os sistemas deverão prever exames supletivos que considerem as peculiaridades dos portadores de necessidades especiais.

Art. 21. Os exames supletivos, para efeito de certificado formal de conclusão do ensino médio, quando autorizados e reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino, deverão observar os Art. 26 e 36 da LDB e as diretrizes curriculares nacionais do ensino médio.

§ 1º Os conteúdos e as competências assinalados nas áreas definidas nas diretrizes curriculares nacionais do ensino médio serão explicitados pelos respectivos sistemas, observadas as especificidades da educação de jovens e adultos.

§ 2º A língua estrangeira é componente obrigatório na oferta e prestação de exames supletivos.

§ 3º Os sistemas deverão prever exames supletivos que considerem as peculiaridades dos portadores de necessidades especiais.

Art. 22. Os estabelecimentos poderão aferir e reconhecer, mediante avaliação, conhecimentos e habilidades obtidos em processos formativos extra-escolares, de acordo com as normas dos respectivos sistemas e no âmbito de suas competências, inclusive para a educação profissional de nível técnico, obedecidas as respectivas diretrizes curriculares nacionais.

Art. 23. Os estabelecimentos, sob sua responsabilidade e dos sistemas que os autorizaram, expedirão históricos escolares e declarações de conclusão, e registrarão os respectivos certificados, ressalvados os casos dos certificados de conclusão emitidos por instituições estrangeiras, a serem revalidados pelos órgãos oficiais competentes dos sistemas.

Parágrafo único. Na sua divulgação publicitária e nos documentos emitidos, os cursos e os estabelecimentos capacitados para prestação de exames deverão registrar o número, o local e a data do ato autorizador.

Art. 24. As escolas indígenas dispõem de norma específica contida na Resolução CNE/CEB 3/99, anexa ao Parecer CNE/CEB 14/99.

Parágrafo único. Aos egressos das escolas indígenas e postulantes de ingresso em cursos de educação de jovens e adultos, será admitido o aproveitamento destes estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Presidente da Câmara de Educação Básica

Anexo 6:

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica** (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010) Disponível em: *portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica.../file*

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos** -Resolução Nº 3, de 15 de junho de 2010. Disponível em: confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao032010cne.pdf. Acesso em fev. 2018.

Anexo 7:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ- COMESJ

RESOLUÇÃO N° 51/2014/COMESJ/SC

Regulamenta a Matriz Curricular do Ensino Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de São José a partir do ano letivo de 2015.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação de São José, no uso de suas atribuições, em conformidade com Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com fundamento na Resolução n° 3, de 15 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Educação, publicado no Diário Oficial da União de 16/07/2010 e Resolução n° 4, de 13 de julho de 2010 do Conselho Nacional de Educação, publicado no DOU de 14 de julho de 201O;

Resolve:

Art. 1° Alterar a Matriz Curricular do Ensino Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de São José, a partir do ano letivo de 2015, a ser obrigatoriamente cumprida da seguinte forma:

Art. 2° As atividades complementares da parte diversificada da Matriz Curricular serão realizadas no decorrer da semana e organizadas através de projetos interdisciplinares.

Art. 3° As atividades complementares da parte diversificada da Matriz Curricular deverão ser definidas coletivamente na Unidade de Ensino no início do semestre, em conformidade com a Proposta Curricular do Município, para que todas as turmas compartilhem do mesmo trabalho.

Art. 4° Farão parte das atividades complementares da parte diversificada da Matriz Curricular, além dos projetos interdisciplinares, todas as atividades realizadas em período contraturno como festa junina, desfile cívico, mostra cultural, seminários, entre outras que compõem o calendário letivo.

Art. 5° Os professores deverão planejar a partir do contexto da comunidade escolar, todas as atividades a serem realizadas no decorrer do semestre letivo, contemplando os conteúdos mínimos necessários ao desenvolvimento ci ntífico, cultural e social dos estudantes.

Art. 6° Ao final do semestre, as atividades complementares da parte diversificada da Matriz Curricular deverão compor a avaliação de desempenho dos estudantes, para fins de fechamento das médias.

Art. 7° A carga horária destinada às atividades complementares será acompanhada pela equipe pedagógica e administrativa da escola, para que seja garantida a realização dessas, bem como o cômputo da totalidade das horas.

Ensino Fundamental

Dias de efetivo trabalho escolar por ano/fase: 100(cem) dias

Dias letivos por ano/fase: 100(cem) dias (vide calendário escolar) Semanas letivas por fase: 20(vinte) semanas

Duração hora/aula: 40(quarenta) minutos Número de aulas por turno: 5(cinco) aulas

Número de dias letivos semanais: 4(quatro) dias

Turno: Noturno Duração do curso: 4(quatro) fases semestrais Modalidade de ensino: presencial

	AREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	SERIE				CARGA HORÁRIA
			60	70	ao	go	
BASE NACIONAL COUMUM	LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	LINGUA PORTUGUESA	5	5	5	5	400
		LINGUA ESTRANGEIRA	2	2	2	2	160
		ARTE	2	2	2	2	160

	CIENCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	4	4	4	4	320
		CIÊNCIAS	2	2	2	2	160
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	HISTÓRIA	2	2	2	2	160
		GEOGRAFIA	2	2	2	2	160
		FILOSOFIA	1	1	1	1	80
		ENSINO RELIGIOSO	1	1	1	1	80
PARTE DIVERS-I FICADA	PARTE DIVERSIFICADA	ATIVIDADES COMPLEMÉ:NTARES	5	5	5	5	400
	TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA		**26**	**26**	**26**	**26**	**2080**

Ensino Médio
Dias de efetivo trabalho escolar por ano/fase: 100(cem) dias
Dias letivos por ano/fase: 100(cem) dias (vide calendário escolar)
Semanas letivas por fase: 20(vinte) semanas
Duração hora/aula: 40(quarenta) minutos
Número de aulas por turno: 5(cinco) aulas
Número de dias letivos semanais: 4(quatro) dias Turno: Noturno
Duração do curso: 3(três) fases semestrais
Modalidade de ensino: presencial

	AREA DE CONHECIMENTO	**COMPONENTES CURRICULARES**	**SERIE**			**CARGA HORÁRIA**
			1ª	2ª	3ª	
BASE NACIONAL COUMUM	LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	LINGUA PORTUGUESA	3	3	3	180
		LINGUA ESTRANGEIRA	1	1	1	60
		ARTE	1	1	1	60
	CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	3	3	3	180
		QUÍMICA	2	2	2	120
		FÍSICA	2	2	2	120
		BIOLOGIA	2	2	2	120
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	HISTORIA	2	2	2	120
		GEOGRAFIA	2	2	2	120
		SOCIOLOGIA	1	1	1	60
		FILOSOFIA	1	1	1	60
PARTE DIVER SIFI-	PARTE DIVERSIFICADA	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	5	5	5	300
	TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA		25	25	25	1500

Art. 8° - Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação de São José.

Art. 9° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário e em especial o Parecer n° 32/2008/ COMESJ.

São José (SC), 26 de novembro de 2014.